



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (INEST)

MONIQUE DE SIQUEIRA LOPES

UMA VISÃO DA DIPLOMACIA: RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO BRASILEIRO E A
REPÚBLICA ARGENTINA, NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI, EM 1872.

Niterói, RJ

2020

MONIQUE DE SIQUEIRA LOPES

UMA VISÃO DA DIPLOMACIA: RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO BRASILEIRO E A
REPÚBLICA ARGENTINA, NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI, EM 1872.

Dissertação apresentada
ao Instituto de Estudos
Estratégicos(INEST), da
Universidade Federal
Fluminense, como requisito
para a obtenção do título de
Mestre em Estudos
Estratégicos da Defesa e da
Segurança.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel
Passetti

Niterói, RJ

2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

L864v Lopes, Monique de Siqueira
Uma visão da diplomacia: relações entre o Império Brasileiro e a República Argentina, no pós-Guerra do Paraguai, em 1872 / Monique de Siqueira Lopes ; Gabriel Passeti, orientador. Niterói, 2020.
136 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGEST.2020.m.11853870722>

1. Diplomacia. 2. Pós-guerra. 3. Produção intelectual. I. Passeti, Gabriel, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Estudos Estratégicos. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

MONIQUE DE SIQUEIRA LOPES

UMA VISÃO DA DIPLOMACIA: RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO BRASILEIRO E A
REPÚBLICA ARGENTINA, NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI, EM 1872.

Dissertação apresentada ao
Instituto de Estudos
Estratégicos(INEST), da
Universidade Federal
Fluminense, como requisito
para a obtenção do título de
Mestre em Estudos
Estratégicos da Defesa e da
Segurança.

Data da aprovação: 24/10/2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gabriel Passetti
UFF/Orientador

Prof. Dr. Renato Petrocchi
UFF/Titular

Prof. Dr. Daniel Rei Coronato
UCS/Titular

Prof. Dr. Adriano de Freixo
UFF/Suplente

Prof. Dr. Mariana Kalil
ESG/Suplente

Niterói, RJ

2020

Agradecimentos:

Primeiramente gostaria de agradecer todo o apoio do meu orientador, Gabriel Passetti, pois sem a sua dedicação, orientação e paciência, a presente dissertação não seria possível. Gostaria de agradecer ao Arquivo Histórico do Itamaraty, por ter aberto os seus arquivos, sem os quais a pesquisa não teria sido realizada. Além disso, gostaria de agradecer à bolsa concedida pela CAPES, que me incentivou a dedicar-me ainda mais à pesquisa, e ao INEST, que me acolheu de uma forma que jamais imaginei. Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao grupo de pesquisa, liderado pelo professor Gabriel Passeti, que foi fundamental para o aprofundamento dos temas relacionados à América Latina, assim como, às mulheres incríveis da turma do PPGEST de 2018, que fizeram os debates nas aulas serem sempre mais interessantes e mantiveram a jornada mais leve.

RESUMO

O presente trabalho aborda as questões de política externa e doméstica do Império Brasileiro e da República Argentina, no período posterior à guerra do Paraguai. O ano de pesquisa foi o de 1872 e a documentação analisada foi a dos ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires. Sendo assim, o olhar da pesquisa está principalmente direcionado para os diplomatas que estavam servindo na legação em Buenos Aires e como eles interpretavam o cenário doméstico e internacional dos acontecimentos que estavam acontecendo durante o ano de 1872.

Palavras-chave: Diplomacia; Império Brasileiro; República Argentina; Política Externa; Política Doméstica.

ABSTRACT

The current essay presents the main issues about foreign and domestic policy of the Brazilian Empire and the Argentine Republic, during the phase after the Paraguayan war. The year of the research was 1872 and the documents analyzed were the official letters from the Brazilian Legation in Buenos Aires. Thus, the focus of the research is mainly directed to the diplomats that were serving the country at the legation in Buenos Aires and how they understood the domestic and the international scenario and what was appearing during the year of 1872.

Key-words: Diplomacy; Brazilian Empire; Argentine Republic; Foreign Policy; Domestic Policy.

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - DEBATE HISTÓRICO BRASILEIRO PÓS 1870.....	18
1.1. Diplomacia Imperial.....	18
1.2. Diplomacia Nacional no Prata.....	22
1.3. Diplomacia Estratégica.....	25
1.4. Diplomacia Revisionada.....	31
1.5. Diplomacia Contemporânea.....	41
1.6. Relações Diplomáticas pós-guerra do Paraguai.....	46
1.7 - A Historiografia Brasileira e a Política Externa para o Prata.....	49
CAPÍTULO 2 - A ARGENTINA APÓS A GUERRA DO PARAGUAI: POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DOMÉSTICA.....	52
2.1. O Intervencionismo no Prata.....	52
2.2. História da Argentina.....	54
2.3. A Confederação Argentina e as Suas Duas Repúblicas.....	57
2.3.1. O Estado de Buenos Aires.....	60
2.3.2. Em busca de um Estado, os avanços dos liberais.....	62
2.3.3. Política e políticos argentinos.....	65
2.4. A Imprensa Como Articuladora da Política Interna.....	71
2.5. Febre Amarela.....	74
2.6. Guerra e Pós Guerra.....	76
2.7. Conclusões da Guerra do Paraguai para as Relações Argentinas com o Brasil.....	79
2.8. Conclusões da Guerra do Paraguai para a Argentina.....	82
2.9. Conclusão.....	84
CAPÍTULO 3 - LEGAÇÃO BRASILEIRA EM BUENOS AIRES: QUAIS ERAM OS SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS?.....	86
3.1. Imprensa Nacional.....	87
3.2. Como os Diferentes Jornais Enxergavam o Império.....	99
3.3. Uma Nova Guerra Entre o Brasil e a Argentina?.....	104
3.4. Rivalidades Entre a Monarquia e a República.....	108
3.5. Territórios e Tratados de Limites.....	113
3.6. Visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro.....	122
3.7. Febre Amarela no Prata e a “Necessaria” Quarentena.....	127
3.8. As Relações Entre Brasil e Argentina em 1872 sobre a Perspectiva dos Ofícios de Domingos José Gonçalves de Magalhães.....	130
CONCLUSÃO.....	132

INTRODUÇÃO

A dissertação apresentou como objeto de pesquisa o estudo da política externa do Império Brasileiro, no período posterior ao término da Guerra do Paraguai. O período de pesquisa adveio devido à percepção de uma lacuna historiográfica, na qual havia pouca exploração e aprofundamento sobre o tema. Os anos pensados para iniciar a pesquisa foram a partir de 1870, quando findou-se a Guerra do Paraguai, até o ano de 1889, quando inicia-se a Primeira República do Brasil.

A República Argentina foi a escolhida como objeto de pesquisa por três principais motivos. O primeiro foi porque a Argentina fez parte como aliado do Brasil durante a guerra do Paraguai, e, no entanto, alguns acordos de fim da guerra foram tratados em separado; o segundo foi pelo fato de a Argentina ter sido, em alguns momentos rival do Brasil; e o terceiro principal motivo foi para entender como a sociedade Argentina enxergava as posições do Império Brasileiro, nesse momento de sensibilidade.

Somente a diplomacia brasileira, e os diplomatas que estavam *in loco* na legação em Buenos Aires estavam aptos para ter uma percepção mais apurada e, assim, reportar para o Império qual era o real cenário e o que pensavam os argentinos em relação ao Império Brasileiro.

O ano escolhido para a pesquisa foi o ano de 1872, pelo fato de o Império ter assinado em separado com o Paraguai o Tratado Loizaga-Cotegipe. Havia muita incerteza em relação às possíveis reações dos Estados vizinhos, em relação às questões platinas, logo, um cenário de xadrez fora montado, em que qualquer peça deveria ser movimentada cuidadosamente. Além disso, o ano de 1872 foi importante pela visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro.

Não obstante, o Império Brasileiro era enxergado pela Argentina como um ameaçador da estabilidade na região do Prata, principalmente a partir dos tratados assinados no início da Guerra do Paraguai e pelo não cumprimento dos mesmos, causando desconfiança em relação ao Império Brasileiro. Sendo assim, a documentação dos ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires contribuiu para analisar sobre o que

os diplomatas, representantes brasileiros em Buenos Aires, pensavam sobre essa situação e também de outras temáticas sensíveis no momento.

Sabendo-se das dificuldades da época em relação ao deslocamento, mesmo que fossem países vizinhos, era de grande vultuosidade as visitas oficiais, ou seja, como não eram comuns, ocorriam quando havia uma real necessidade para encontros de chefes de Estado ou de governo. Na maioria das vezes, o objetivo dessas visitas era de suma importância para fazer valer a viagem. Desse modo, verificar a política externa do período e como os argentinos enxergavam o Império Brasileiro na época, não só por questões objetivas, como o fim da guerra da Tríplice Aliança, mas por questões subjetivas, como pelo fato de o Império ser a única monarquia diante de todos os vizinhos repúblicas, foi de grande relevância para entender as principais questões de política externa e doméstica da República Argentina e do Império Brasileiro.

Os principais documentos utilizados para que a pesquisa fosse realizada foram os ofícios do Arquivo Histórico do Itamaraty. Segundo Pio Penna Filho(1999. p.118), o acervo do Ministério das Relações Exteriores é dividido em: secreto-exclusivo; secreto; confidencial; reservado e ostensivo. Ademais, os documentos são distinguidos de maneira diversa. Os ofícios são recebidos pela Chancelaria, que são enviados pelas embaixadas, consulados e representações no exterior; os despachos são os documentos emitidos pela Chancelaria para as Missões no exterior; os telegramas são enviados e recebidos tanto pela chancelaria, como pelas embaixadas e missões atreladas à organismos internacionais, como a ONU e a OEA. Ademais, existem outros tipos de correspondências, como notas, instruções, memorandos, pareceres e avisos.

A pesquisa foi totalmente realizada com os ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires e dentre eles havia diferentes tipos classificação, de acordo com o tema e a sensibilidade do conteúdo exposto.

Os capítulos da presente dissertação foram divididos em três partes com as seguintes proposições: analisar a historiografia tradicional brasileira em relação ao ano posterior ao de 1870, ou seja, depois da Guerra do Paraguai; entender a história da Argentina no século XIX; e interpretar os ofícios da Legação Brasileira na Argentina, no ano de 1872.

A metodologia utilizada no primeiro capítulo foi a qualitativa, havendo comparação bibliográfica em relação aos autores que escreveram no século XIX, até os autores contemporâneos. O objetivo inicial está em perceber, a partir desse debate, quais são as principais questões abordadas no período do pós-guerra, quais fatos são destacados e quais não, e as percepções dos autores, tanto na política doméstica, quanto na política externa.

O segundo capítulo utilizou também a metodologia qualitativa e, como objetivo, ampliou a bibliografia estudada, porém com autores argentinos e brasileiros. O primeiro objetivo está direcionado em estudar a história da Argentina e os principais motivos das tensões internas, que refletiram na política externa, tanto durante a Guerra da Tríplice Aliança, quanto posteriormente. Ademais, a escolha de historiadores argentinos também almeja entender as suas visões particulares em relação aos mesmos acontecimentos.

O segundo capítulo, ainda que detenha, em sua maioria autores argentinos, são também utilizadas obras brasileiras, com a finalidade de contrapor as duas visões em relação à política externa.

O terceiro capítulo é, em sua totalidade, explorado pelos ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires. Estes ofícios foram pesquisados no Arquivo Histórico do Itamaraty e possuem um alto valor para o Brasil, visto que fazem parte da história do país. Ademais, a leitura dos ofícios foi feita em ordem cronológica, entendendo assim que a dissertação ficaria mais clara para o leitor perceber os desdobramentos da política doméstica e externa. Não obstante, o terceiro capítulo foi separado por temas, escolhidos como mais relevantes, por serem citados sucessivamente nos ofícios, como também por terem sido diversamente expostos na literatura brasileira e argentina.

Conseqüentemente, houve uma intenção de converter as informações que foram expostas pelos ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires e de comparar com a visão da historiografia argentina e brasileira. Portanto, a análise é comparativa ao interpretar as nuances dos diplomatas brasileiros em Buenos Aires, com o pensamento das elites argentinas, demonstradas a partir da literatura histórica argentina.

O uso de fontes primárias, a partir da análise dos ofícios do Arquivo Histórico do Itamaraty, foi fundamental para a condução da pesquisa proposta. Pois, somente

com essa documentação, foi possível analisar quais eram os principais temas de política doméstica e externa argentina e brasileira estavam ocorrendo, sob a visão dos diplomatas que estavam permanentes na Legação Brasileira em Buenos Aires.

Segundo Frederico Ferreira(2019 p.5), o uso de fontes do Arquivo Histórico do Itamaraty, até então de posse da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e depois, pelo Ministério das Relações Exteriores, não tivera como intuito beneficiar as pesquisas dos historiadores. A intenção era direcionar os governantes e os formuladores de política externa, a partir do detalhamento e pesquisa desses arquivos.

“Durante todo o período monárquico e as primeiras décadas do século XX os acervos documentais foram mantidos fora do acesso aos cidadãos. Na década de 1940, após a onda da valorização da cultura nacional e de seu patrimônio histórico e artístico, o Ministério das Relações Exteriores criou o Arquivo Histórico do Itamaraty. Ele seria um desmembramento do Arquivo do Serviço de Comunicações e deveria disponibilizar apenas documentos que não estivessem sendo consultados.”(BRASIL apud FERREIRA, Frederico. p. 5)

Embora o intuito inicial do Arquivo Histórico do Itamaraty não tenha sido direcionado para os pesquisadores dos temas relacionados à diplomacia, a execução do presente trabalho não seria possível caso as fontes primárias não fossem disponibilizadas. O Arquivo Histórico do Itamaraty abarca um elevado número de ofícios, despachos, mapas, entre outros documentos que auxiliam o pesquisador a entender mais profundamente o que estava ocorrendo no período de estudo.

No caso do ano de 1872, em que a literatura brasileira é escassa no aprofundamento dos acontecimentos desse ano, como também durante quase as duas décadas após o ano 1870, me foi permitido analisar todos os ofícios escritos da Legação Brasileira em Buenos Aires que foram enviados ao Brasil. Desse modo, entende-se o grande valor do acervo, sem o qual não haveria a devida análise sobre o tema das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina.

Os ofícios abordavam temas distintos, como a questão da febre amarela que assolava a Argentina, a importante visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro, a questão em relação à definição dos limites fronteiriços, principalmente em relação ao Chaco paraguaio. Ademais, a temporalidade desses ofícios era quase diária, a depender

dos fatos que estavam ocorrendo, mas podendo ser mais espaçadas, não mais que uma semana sem nenhum ofício.

A pesquisa, de fato, é baseada na política externa e doméstica, tanto da Argentina quanto do Brasil. Nela, os aspectos da diplomacia e da guerra mostram-se presentes, de modo a perceber o quão relacionados estão as duas temáticas diante dos Estudos Estratégicos como área de conhecimento.

O professor Eurico Figueiredo, em seu artigo que explora os Estudos Estratégicos como área do conhecimento, descreve a seguinte análise:

“Em termos mais analíticos, “Defesa Nacional” compreende de aspectos que podem ser percebidos em termos restritos e amplos. Em sentido restrito, “Defesa” refere-se, por uma parte, ao uso da força, e exibe caráter militar; e, por outra parte, ao emprego dos instrumentos diplomáticos que permitem, em situação de tensão entre Estados, a negociação dos interesses e objetivos das partes envolvidas, visando a manutenção da paz.”(FIGUEIREDO, Eurico. p.117)

Portanto, mostra-se a clara compreensão de que os estudos da diplomacia estão enquadrados na temática dos Estudos Estratégicos. Assim, a diplomacia permite que a negociação aconteça como forma de manutenção da paz entre Estados, além de ser uma estratégia preventiva de guerra.

A pesquisa foi inicialmente pensada para abarcar o período do pós-guerra da Tríplice Aliança, em relação aos anos de 1870 até 1889. Todavia, o principal desafio para escrever a dissertação foi o de procurar, a partir de fontes primárias e secundárias, quais eram os temas relevantes que estavam sendo debatidos na época.

Para tentar aproximar-se à temática, o primeiro estudo foi feito a partir de grandes manuais, como o *História da Política Exterior*, dos professores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno; *História do Brasil*, do historiador Boris Fausto e *A Diplomacia na Construção do Brasil(1750-2016)*, do historiador e diplomata Rubens Ricupero.

Em princípio, a conclusão inicial e a primeira dificuldade para a pesquisa foi a do nível reduzido de informações sobre esse período nos manuais. Sem embargo, foi necessário entender que os grandes manuais abrangem muitos temas, mas não têm a intenção de aprofundá-los. Por isso, o uso dos manuais foi importante para buscar os principais historiadores que estudaram a temática. Não obstante, a partir do

mapeamento desses autores, e também ao observar a bibliografia utilizada nesses manuais, o segundo passo foi aprofundar a temática em assuntos os quais havia interferência sobre as questões da Região do Prata. Posteriormente, o segundo passo foi o de buscar informações sobre o fato de que esses autores abordavam o período historiográfico brasileiro ou dos países vizinhos, em relação ao período elencado entre os anos de 1870 e 1889.

Uma forma alternativa de encontrar os autores que foram selecionados para fazer parte do primeiro capítulo foi a partir de pesquisas de dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordavam a temática dos conflitos platinos. Sendo assim, houve a escolha pelos autores também a partir dessa seleção.

Após encontrar quais seriam os autores estudados, o grande desafio foi o de selecionar as temáticas que se alinhassem com o conteúdo que seria explorado, a partir dos ofícios do terceiro capítulo, assim como temas que versassem sobre a política externa e doméstica brasileira.

Ainda que a pesquisa tenha utilizado os documentos dos ofícios do Arquivo Histórico do Itamaraty e, por isso, tenha um viés mais direcionado para o pensamento dos diplomatas que estavam servindo na legação diplomática em Buenos Aires, o direcionamento da dissertação também buscou entender o que os historiadores brasileiros percebiam e identificavam sobre a história da política externa brasileira, na região da Bacia do Prata e principalmente nos anos posteriores ao fim da Guerra do Paraguai.

Relevante é a percepção do modo como cada historiador abordava as temáticas da política externa brasileira, pois a formação profissional os influenciou diretamente em relação aos fatos históricos a serem apontados. A título de exemplo, o historiador José Honório Rodrigues, por ter sido diretor de pesquisa do Instituto Rio Branco, abordava a temática da diplomacia com maior preponderância do que o autor Hélio Viana, que era professor e historiador.

Desse modo, mostra-se relevante apresentar o fato de que, no primeiro capítulo, não houve uma linearidade em relação aos temas, visto que a intenção principal era a de descobrir se os autores que pensavam a política platina, abordavam a temática do pós Guerra do Paraguai. Como o resultado dessa pesquisa obteve mais

autores que não abordavam sobre a temporalidade em questão, ou muito pouco falavam, o capítulo em análise tornou-se individualizado, a partir das escolhas dos autores em relação aos temas que mais lhe apraziam. Sendo assim, caso houvesse muitos autores que abordassem o recorte temporal em pesquisa, entre os anos de 1870 até 1889, poderia haver uma comparação a partir do que cada pensador escolheu como referência histórica. No entanto, como não houve essa situação, a análise do capítulo foi feita a partir do que os autores escreveram em relação aos conflitos platinos, porém, a temporalidade de análise entre os anos de 1870 até 1889 ficou mais escassa e tornou-se mais preponderante, somente, nos autores mais contemporâneos que estudaram o temas em relação à Bacia do Prata.

A escolha do ano de 1872 foi importante para desenvolver a pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty, no entanto, a dissertação como um projeto único versa não somente em torno desse ano. Mostra-se necessário perceber que a história da política externa e doméstica do Império Brasileiro e da República Argentina é necessária para entender o contexto da época. Por isso, o primeiro capítulo demonstra as questões que assolavam a política doméstica e externa no Império Brasileiro, enquanto o segundo capítulo, mostra o olhar da pesquisa direcionado para os acontecimentos na República Argentina. Ainda que a maioria dos autores escolhidos no segundo capítulo tenham sido de origem argentina é importante dizer que autores brasileiros também fizeram parte do mesmo.

A escolha do ano de 1872 foi necessária para entender os acontecimentos nos dois países e os fatos que os uniam, como a visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro e a assinatura do Tratado Loizaga Cotegipe, que mesmo por ter sido um tratado assinado em separado entre o Brasil e o Paraguai, influenciou diretamente os objetivos argentinos em conquistar o território do Chaco paraguaio. O fim da guerra da Tríplice Aliança gerou um grande temor em relação a uma possível guerra do Império Brasileiro contra a Argentina. Desse modo, esse tema de uma guerra entre os dois Estados também foi abordado, utilizando os dois olhares - brasileiro e argentino - para que pudesse ocorrer uma comparação de opiniões.

Dessa forma, a divisão dos capítulos teve a intencionalidade de explicar ao leitor a história da política doméstica e da política externa do império brasileiro, em

relação à temática conflituosa na região platina; a história da política doméstica e externa da Argentina, durante o século XIX, abordando os principais temas relevantes; e o que ocorreu no ano de 1872, de acordo com a visão dos diplomatas brasileiros que estavam na Legação Brasileira em Buenos Aires. A divisão dos três capítulos foi escolhida respectivamente na ordem elencada acima, com a intenção de que o leitor pudesse se aprofundar nos temas tanto brasileiro quanto argentino, para que o último capítulo fosse majoritariamente analítico, a partir dos fatos descritos nos ofícios enviados pela Legação Brasileira em Buenos Aires, ao Império Brasileiro.

Importante mencionar a forma como foi elaborada a dissertação, com a intenção de que o leitor pudesse ter mais clareza sobre os temas estudados e para que a dissertação apresentasse maior linearidade em relação aos temas sugeridos.

O primeiro capítulo foi escrito a partir de análises dos grandes manuais, que direcionaram aos autores que estudaram a região platina, mas também a partir da análise bibliográfica de historiadores, mestres e doutores que pesquisaram sobre o tema de estudo proposto na presente dissertação, como já citado acima. Em contrapartida e, diferentemente, da normalidade de seguir uma linearidade, o terceiro capítulo foi escrito anteriormente do segundo. A proposta de fazer esse caminho reverso esteve intencionalmente pensada pelo motivo de saber quais eram os principais temas que a diplomacia da Legação Brasileira em Buenos Aires estava analisando. Porque somente a partir dessa visão da diplomacia brasileira é que poderia ser comparado o que a literatura argentina expunha sobre os mesmos temas. Ademais, a partir dessa seleção do que estava ocorrendo na Legação do Império Brasileiro, poderíamos entender quais eram as ameaças brasileiras na Argentina e, em contrapartida, entender se os mesmos temas se relacionavam com a história do país vizinho.

A partir da análise dos ofícios do Arquivo Histórico do Itamaraty, do ano de 1872, na Legação do Império Brasileiro em Buenos Aires, que foi composto o terceiro capítulo. Interessante informar que os ofícios eram divididos em sessões que demonstravam o teor de confidencialidade. Dessa maneira, pôde ser percebido quais os temas mostravam-se mais sensíveis para a Legação Brasileira em Buenos Aires e quais eram somente sobre questões administrativas no posto. Portanto, o terceiro capítulo foi basicamente construído dessa forma.

Em seguida, pode-se perceber que depois do terceiro capítulo, o desenvolvimento do segundo capítulo mostrou-se como consequência para a presente dissertação. Dessa maneira houve uma predileção pela escolha de escritores e pesquisadores argentinos, em grande parte, pelo enriquecimento de conteúdo em suas obras, em relação aos temas de política externa e doméstica do seu país.

O critério de escolha dos autores do segundo capítulo foram semelhantes aos do primeiro capítulo, visto que primeiramente foram escolhidos os grandes manuais, porém, nesse capítulo os manuais foram importantes para que a história da Argentina fosse explicada, não de forma aprofundada, mas que de uma certa maneira pudesse fazer com que o leitor entendesse os principais temas que compuseram a história argentina. Posteriormente, após a leitura dos manuais, a escolha dos autores seguintes adveio da pesquisa bibliográfica de dissertações, teses e artigos argentinos que também tinham como tema os conflitos platinos, assim como a história da política doméstica e externa argentina, e os temas com os quais o Império Brasileiro fez parte com a Argentina.

CAPÍTULO 1 - DEBATE HISTÓRICO BRASILEIRO PÓS 1870

O Brasil e seus países vizinhos, durante os séculos XVIII e XIX, estavam em constantes embates nas questões relacionadas às delimitações das fronteiras. As divergências do Rio da Prata, como limite natural, que perpassavam Estados como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, foram durante muitos anos uma questão sensível aos países da região platina.

A história, por muitas vezes, desenha um único modo de observar determinado fato ocorrido no passado. Podemos observar, no entanto, que a depender da lente de interpretação do historiador, o mesmo fato pode ser entendido de diversas maneiras, e a assim, a história ficar paralisada por muito tempo diante de uma única perspectiva sobre um determinado fato.

O foco do capítulo inicial está em compreender as análises nacionais sobre a política externa brasileira na região da Bacia do Prata. Durante a leitura do primeiro capítulo, serão elencados os principais estudiosos das questões que envolviam a temática dos conflitos da região platina, e será analisado como cada autor inseria sua perspectiva sobre esse assunto.

O objetivo principal do primeiro capítulo está em analisar obras já consagradas por autores tidos como clássicos, que estudaram essa temática, e assim, explicitar de que forma o conhecimento da política externa brasileira nas questões platinas foram construídos, e como cada autor debateu essas temáticas, levando em consideração a formação acadêmica de cada um.

1.1. A DIPLOMACIA IMPERIAL

Partindo da cronologia, o primeiro autor a ser explorado será Pandiá Calógeras, que publicou seu livro *A Política Exterior do Império* em três volumes, além de ter sido estadista brasileiro, sendo ministro da Fazenda, durante o governo de Venceslau Brás, como também ministro da Guerra, no Governo de Epitácio Pessoa.

Para o Autor Pandiá Calógeras(CALÓGERAS. 1998. p.398), as relações que culminaram com um menor poderio português, e por consequência menor poderio

brasileiro, iniciaram a partir da volta de D. João VI para Portugal, em abril de 1821. Calógeras afirma, com segurança, que o prestígio do influxo português no Rio da Prata diminuiu em razão das distâncias entre o estuário da Prata e os dois centros de ação interventores, que seriam o Rio de Janeiro e Lisboa .

Durante o início do século XIX havia um debate travado entre Portugal e Espanha em relação às colônias americanas. Segundo o autor(CALÓGERAS.1998 p. 403), este debate mudou-se quando esses novos Estados latinos tornaram-se clientes da Grã-Bretanha, com o suicídio de Lord Londonderry e a substituição por George Canning.

A lógica seguida pelo debate de Pandiá está diretamente conectada à teoria de que a Inglaterra interveio diretamente para mediar os conflitos na região platina. Principalmente pelo fato da criação do Uruguai, como forma de preservar o comércio inglês dos novos Estados latinos. Essa ideia é defendida na seguinte passagem:

“Na directriz nova, subsequente entrada em funções de Canning, inspirador da diplomacia britannica, vinham portanto: o enfraquecimento da Hespanha; a manutenção do status subalterno de Portugal; o véto ás expansões territoriaes, quer deste, quer do Brasil; a protecção não dissimulada aos novos Estados.” (CALÓGERAS, Pandiá. pg 403)

Para o autor(CALÓGERAS.1998 p.407), havia um dilema da Inglaterra em dar suporte ao Império Brasileiro ou romper com o mesmo. A primeira hipótese , de suporte ao Império, consolidaria na incorporação das Províncias-Unidas ao Brasil, podendo o Brasil perder território entre os limites no Uruguai, no Paraná e no Paraguai. Na hipótese de a Inglaterra não apoiar o Brasil, o mesmo manteria sua independência à margem esquerda do Prata.

A visão de Pandiá Calógeras mostra-se diretamente vinculada aos olhares do Império Brasileiro. Isso corrobora com o fato de o autor ter sido estadista do país e, por isso, sua argumentação, por muitas vezes, esteve consonante com as premissas nacionais do Império.

Segundo ele, a conquista da Cisplatina foi exclusivamente articulada por D. Pedro I e não tinha apoio da população, como mostra-se no trecho seguinte:

“O Brasil, é certo, estava pacificado, e as pazes com Portugal já haviam sido tratadas. Mas a campanha do Prata não falava à alma popular. Tinha sido iniciada pela política de d. João VI, sem o menor elo com a tradição nacional da conquista dos bandeirantes. Fora mero escopo imperialista e dinástico, e não a resultante da expansão intrínseca dos paulistas e dos continentinos, apelido dado aos Rio-grandenses”. (CALÓGERAS, Pandiá. p. 417).

Há a partir do trecho anterior grande clareza da falta de apoio da população brasileira frente à conquista da Cisplatina, que será endossada com a Guerra do Paraguai. Os brasileiros não estavam de acordo com a política de conquista do território Cisplatino e eram contra às decisões tomadas na região do Prata. Esses fatos demonstram que a queda da popularidade da monarquia não ocorreu somente com os desdobramentos da Guerra do Paraguai, mas que os motivos já vinham sendo construídos anteriormente. Segundo Calógeras: “Para os elementos políticos do Brasil todo, a guerra apresentava-se como herança portuguesa, e não como reivindicação nacional”. (Apud. p.418)

A ideia da intervenção inglesa nos conflitos do Prata era constante. Diante desse cenário, o autor cita uma passagem com o representante inglês no Brasil, George Canning:

“Mister Canning, já me revelou este iníquo projeto; e eu não tardei em comunicá-lo à nossa corte. Há pois para realizá-lo que este governo quer ser mediador entre o Brasil e Buenos Aires: e que sê-lo tanto a força que me intimou que se o Brasil não fizer a paz com Buenos-Aires dentro do prazo de seis meses, isto é não lhe ceder a Banda Oriental, a Inglaterra se declarará a favor de Buenos-Aires e contra o Brasil”. (Apud. p. 423)

O trecho demonstra uma grande intervenção da Inglaterra frente aos desígnios da região platina. Ademais, não se pode esquecer de que o Brasil ainda estava instável em relação ao reconhecimento de sua recém independência. O aval da potência inglesa era de grande importância para o Brasil. Além do fato de que a mesma fazia os investimentos para o Império através de empréstimos bancários da “City londrina”. Por isso, torna-se evidente que a pressão inglesa era um grande estímulo para que o Brasil resolvesse a questão territorial da Cisplatina, para assim, voltar a focar no seu desenvolvimento comercial com a Inglaterra.

Em relação à questão da guerra da Cisplatina, Pandiá Calógeras insere a ideia de que o Brasil, por ser territorialmente maior e, assim, possuir um número de soldados mais expressivo do que as nações vizinhas, teria algum tipo de vantagem diante das conquistas territoriais.

“(…)iniciara-se fase nova no conflito armado da Cisplatina. Após Passo do Rosário, Alvear, com critério e boa visão política, havia dito que cumpria aproveitar a operação contra o Rio Grande para obter uma paz honrosa. De fato, esse era o pensamento dominante nos meios oficiais platinos. Pouco importaria que, na rua, patriotas e elementos irresponsáveis gritassem morras ao Império e ao Imperador. Sabiam melhor os homens de Estado das Províncias-Unidas, e bem viam que a força do Brasil nem sequer estava arranhada. No momento em que a nação sentisse seu futuro, seus interesses primários em jogo, tudo se transformaria. Como na Independência, como se deu mais tarde nas guerras americanas, todo o povo brasileiro estaria na peleja, e, então, segundo a lógica napoleônica, “la victoire va toujours aux gros batallions”, a massa humana sobrepujaria a menor. Político, portanto, era evitar atingir semelhante conjuntura”. (apud. p. 446).

Nessa passagem há a clara demonstração do uso da sobrepujança do Brasil como método de ameaçar os vizinhos nas questões de ampliação territorial. Apesar de o livro *A Política Exterior do Império* ter sido publicado no ano de 1927, há uma grande exaltação do Brasil em relação às questões de conflito na Bacia do Prata. Ainda que o país tenha grandes conquistas territoriais por meios diplomáticos, demonstra-se uma certa predileção pelo uso do poder e, às vezes, pela força. Mostra-se necessário ressaltar que o autor Pandiá Calógeras foi Ministro da Guerra durante o governo de Epitácio Pessoa, em 1918, e, portanto, o uso da força como meio de pensar as questões de resoluções de conflito era predominantes em suas obras.

O fim do capítulo XI do segundo volume do livro *A Política Exterior do Império*, de Pandiá Calógeras, não aborda a questão da Guerra do Paraguai, tampouco o cenário posterior ao conflito. O volume III também não cita nenhuma passagem sobre essas duas temáticas.

Mostra-se dessa forma, como a questão da Guerra do Paraguai, e, como consequência, do pós-guerra, não foram temas discutidos na obra, visto que não fora encontrado nenhum capítulo, em seus três volumes, dedicados a esses períodos na história do Brasil.

Para Pandiá Calógeras, a política externa do Império Brasileiro era constantemente entendida a partir de uma lógica colonial, na qual países com maior poderio econômico, como os europeus, e, especialmente, a Inglaterra, detinham um poder de influenciar e determinar a política externa do Brasil e da região Platina. Para ele, haveria menor autonomia dos estadistas brasileiros na articulação da política externa nacional e maior influência externa.

1.2 - DIPLOMACIA NACIONAL NO PRATA

Hélio Viana foi jornalista, professor e historiador brasileiro. Como historiador, nos anos 1940, associou-se a diversas instituições de pesquisa histórica, como aos institutos militares de formação e à academia diplomática brasileira.

Para o autor Hélio Viana(VIANNA. 1958 p.86 e 87), havia algumas motivações para que as intervenções nessa região fossem feitas. A primeira motivação seria a proteção da bacia platina contra a influência napoleônica, a partir da ocupação francesa na Espanha, e para também evitar que a dinastia espanhola fosse substituída pela dos Bonapartes.

A segunda motivação, e para Viana(VIANNA.1958 p. 87), a mais grave, seria a partir da criação independente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Por elas julgarem-se herdeiras do vice-reino espanhol, com sede em Buenos Aires, visionavam a anexação do Alto Peru, do Paraguai e da Banda Oriental. O Congresso de Tucumán, de 1816, foi importante para vetar as pretensões de anexação posteriores argentinas.

Segundo o autor(VIANNA.1958 p. 87), a necessidade de manter as fronteiras conquistadas na guerra de 1801, com o Tratado de Badajoz, e a incorporação ao Brasil dos Sete Povos das Missões, mesmo com a perda da Colônia de Sacramento, foram relevantes para que a ocupação da Banda Oriental fosse estabelecida.

Diante desse cenário, Viana(VIANNA.1958 p. 89) afirma que as intenções de Buenos Aires de anexar mais territórios deram ensejo ao apoio aos rebeldes uruguaios, que em 1820, foram derrotados por Artigas, em Tacuarembó, e assim fora ocupada completamente por luso-brasileiros a Banda Oriental. O Estado Cisplatino foi criado em

julho de 1821, pelo Congresso nacional do Estado Oriental do Rio da Prata, e incorporado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O autor (VIANNA.1958 p. 91) diz que a Rebelião da Cisplatina, no entanto, que fora apoiada pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, visava a incorporação desse território, resultando em guerra contra Buenos Aires. Esse conflito terminou, após mediação inglesa, com a independência do Uruguai.

Para o autor, o movimento de tentativa de anexação da região da Cisplatina por Buenos Aires mostra a evidência centralizadora que esta tinha durante à época. Ademais, a Inglaterra, em busca de novos mercados, prezava por uma América Latina pacífica para assim poder escoar suas mercadorias, desenvolvendo sua nação através do livre-comércio.

A região da Cisplatina ainda era instável, já que o Império brasileiro, como também as Províncias Unidas do Rio da Prata, também a desejavam incorporar como parte de seu território.

O autor(VIANNA.1958 p. 95)descreve "A Revolução da Cisplatina", que inicia-se em 19 de abril de 1825, quando as tropas denominadas de “trinta e três” e comandadas por João Antônio Lavaleja desembarcam em La Agraciada, próximo da Colônia de Sacramento. Chegando em Durazno, recebem o apoio do coronel Frutuoso Rivera, que dessa maneira, deixou de fazer parte dos serviços do império. Em 1825, o Congresso das Províncias Unidas ao declarar a incorporação da Cisplatina, pedindo a retirada das tropas brasileiras, declara um pedido de guerra, segundo a interpretação brasileira. O Brasil, como contramedida, bloqueia o porto de Buenos Aires. Em 1828, os platinos procuram a paz entre os territórios brasileiros, e a Cisplatina, com o intermédio da Inglaterra, torna-se um novo país independente, a República Oriental do Uruguai. Firmada a Convenção Preliminar de Paz, de 1828, um artigo adicional procurou garantir

a liberdade de navegação do Rio da Prata e seus afluentes. Mostrando, dessa forma, a preocupação diplomática e militar dos luso-brasileiros.¹

O Segundo Reinado do império brasileiro, segundo Hélio Vianna(VIANNA. 1958 p. 100), foi a pior fase das relações diplomáticas do Brasil com as nações platinas, porque as ações não foram somente contra a Argentina, Uruguai e Paraguai, mas foram contra os estadistas Juan Manuel de Rosas, Anastásio Cruz Aguirre e Francisco Solano López. Nos três casos de conflito, o Império brasileiro não demandou nenhuma vantagem territorial pela participação financeira nos conflitos, no entanto, os outros Estados queriam, ferozmente, novos territórios.

“A segura orientação que o governo de D. Pedro II pôde seguir nas diferentes questões platinas foi devida, em grande parte, à lealdade de suas atitudes. O Imperador, o Conselho de Estado, os chefes de missões extraordinárias, que foram, quase todos, ministros de Estrangeiros (o Visconde de Sinimbu, os Marqueses de Abrantes e Paraná, os Viscondes de Abaeté e Uruguai, o Marquês de São Vicente, o Visconde do Rio Branco, os Conselheiros José Antônio Saraiva e Francisco Otaviano de Almeida Rosa, o Barão de Cotegipe), bem como os diplomatas de carreira envolvidos nos acontecimentos e negociações - todos esses agentes da soberania brasileira souberam mantê-la devidamente, por mais difíceis que se lhes tivessem apresentado as circunstâncias. As divergências partidárias registradas na vida política do Império também não influíam na direção dos negócios externos, assunto em que eram sempre solidários conservadores e liberais, coordenados pelo Imperador e pelo Conselho de Estado”.(VIANNA, Hélio. p. 100).

A diplomacia brasileira, segundo Hélio Vianna, respeitou os vizinhos, de modo a não ser expansionista e manter os limites anteriormente definidos nos tratados, como o de Madri e o de Santo Ildefonso.

O autor(VIANNA.1958 p.104) explica que, no ano de 1856, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação regulou os assuntos de conflito entre o Brasil e a Argentina. Segundo a abordagem do autor, Rosas queria ampliar os territórios argentinos e, por isso, declarou guerra contra o Império Brasileiro. A sua queda, na Batalha de Monte Caseros, em 1852, impediu que esse processo vigorasse.

¹É preciso salientar que as questões relevantes ao domínio dos rios da Bacia do Prata eram estrategicamente importantes, visto que muitos territórios não eram acessíveis via terrestre. A título de ilustração, durante o período da anexação da Cisplatina, o território brasileiro de Mato Grosso era acessado, somente, por vias fluviais. Ainda que a independência do Uruguai tenha sido uma derrota para o Império Brasileiro, a questão do acesso aos rios manteve-se como um lado positivo para a diplomacia brasileira.

Posteriormente, com a derrota de Oribe, no Uruguai, a situação continuava instável e as estâncias no Rio Grande do Sul sofriam assaltos.

José Antônio Saraiva foi enviado, em 1864, para conseguir uma solução pacífica, porém, sem sucesso. O presidente do Uruguai, Anatólio Cruz Aguirre, tinha a intervenção paraguaia em seu favor e, por isso, não fez concessões.

O Brasil tinha um bom relacionamento com o Paraguai no ano de 1864, e, segundo Hélio Vianna(VIANNA.1958 p. 105), não havia desconfiança de um ataque paraguaio por um fator externo, como o caso dos blancos no poder do Uruguai. Além disso, o Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência do Paraguai, a estabelecer relações no longo período de isolamento com o ditador José Gaspar Rodríguez de Francia e a defender a integridade territorial contra os desejos expansionistas das Províncias Unidas do Rio da Prata. O autor afirma, novamente, que a região de Buenos Aires estava constantemente buscando o expansionismo, enquanto o Império Brasileiro almejava manter os seus territórios.

O autor Hélio Vianna propõe uma análise com maior apreço em relação aos estadistas que compunham a tríade Brasil, Argentina e Cisplatina, que, posteriormente, transformou-se no Uruguai. Para ele, as questões de política externa não se imiscuíam com as relações dos partidos liberal e conservador do império. Havia uma cooperação interna para que as questões de política externa fossem resolvidas, e, principalmente, para que o viés expansionista das Províncias Unidas do Rio da Prata não afetasse os territórios brasileiros definidos.

Pode-se perceber que, apesar de a formação de Hélio Vianna ter sido entre o direito e a história, sua vida esteve atrelada aos campos do militarismo e da diplomacia. Sua literatura possui um viés mais inclinado para as questões de fronteira e de limitação de território, quando expostas às questões de litígio na região da Bacia do Prata. Sendo assim, é possível entender em seus textos uma maior ênfase nas relações de força do que nas relações diplomáticas. Não obstante, o autor Hélio Vianna também não analisa os anos que se sucederam entre o pós-Guerra do Paraguai e o início do Brasil Império.

1.3. DIPLOMACIA ESTRATÉGICA

José Honório Rodrigues foi historiador, porém, graduou-se em direito pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1948 até 1951 foi diretor do Setor de Pesquisas do Instituto Rio Branco. Além de professor, foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguesa da História, da American Historical Association, da Royal Academy of History e da Sociedade Histórica de Utrecht.

Para o autor(RODRIGUES.1918 p.62), um dos principais motivos para defender o *status quo* e o equilíbrio platino, era a divisão tripartida do Vice-Reino do Prata, para que estes não se reunissem em um único Estado e se fortificassem contra o Brasil. Para isso, os meios utilizados pelo império foram a intervenção armada na guerra contra Rosas e a intervenção diplomática no território das Missões, além dos auxílios financeiros diante de empréstimos à Argentina e ao Uruguai. Segundo ele, o equilíbrio do Prata, com a criação e independência do Uruguai, e a independência do Paraguai foram um dos dogmas da política imperial da América do Sul.

Segundo Rodrigues(RODRIGUES.1918 p.155), depois da primeira presidência constitucional no Uruguai, de Fructuoso Rivera, o seu sucessor foi o General Manuel Oribe. A revolta de seu antecessor deu origem a dois partidos: o blanco, que era o partido do governo, e o colorado, partido dos revoltosos. Ao mesmo tempo, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, ameaçava a estabilidade desse território no Brasil, devido à grande amistosidade entre os farroupilhas e Rivera. Com a intenção de restaurar o Vice-Reinado do Prata, Juan Manuel Rosas, da Confederação Argentina, e Manoel Oribe, presidente do Uruguai, tentam unir-se com os revolucionários da Farroupilha e reconquistar os povos das Missões, o domínio do Uruguai e a submissão do Paraguai.

José Honório Rodrigues (RODRIGUES.1918 p.156) diz que, na época do Vice-Reinado, o alto Peru, o Chile e a Banda Oriental não queriam subordinar-se a Buenos Aires. As províncias argentinas estavam em um processo de desunião, e Entre Rios e Corrientes tentaram unir-se em uma nação independente de Buenos Aires. O tratado de 1828 que assegurava a independência do Uruguai, em um acordo feito pelo

Brasil e Argentina, mostra a linha da política externa brasileira defendendo a independência do Paraguai e Uruguai frente à dominação argentina.

O autor (RODRIGUES.1918 p.159 e 160) fala que, em 1838, Fructuoso Rivera assina um tratado de aliança com Corrientes, que era o centro de luta contra Rosas, ajudando Oribe a invadir o território oriental com tropas argentinas e incitar Montevideú. Segundo Rodrigues, o Brasil manteve-se neutro na luta, apesar dos assaltos das estâncias e o impedimento da passagem do gado para o Rio Grande do Sul solicitados por Oribe. Sem as demandas de reclamações feitas pelo Império Brasileiro, em 1850, são rompidas as relações diplomáticas com Rosas e Oribe. O Paraguai, nesse momento, também negociava acordo com Rosas. Para que o Império não ficasse isolado na região, há um esforço do presidente da Província do Rio Grande do Sul para atrair a simpatia do general Justo Urquiza, que era contrário às políticas de Oribe e Rosas.

Para findar essa etapa, em outubro de 1851, Honório Hermeto Carneiro Leão, com o secretário José Maria Silva Paranhos, partem em Missão Especial para resolver o problema da guerra. Segundo Rodrigues, (RODRIGUES.1918 p.162) a Batalha de Monte Caseros, em 1852, derrubou Rosas e a ambição de seus aliados expansionistas, como Oribe. Sendo assim, a ambição expansionista de Rosas foi posta ao fim.

José Honório Rodrigues não aborda a temática do pós-Guerra do Paraguai, como também não debate o tema da formulação de política externa feito pelo Ministério de Negócios Estrangeiros. Desse modo, afirma-se a necessidade de pesquisar as lacunas históricas que ainda não foram devidamente exploradas pela historiografia brasileira.

O autor José Honório Rodrigues lecionou o curso de História do Brasil no Instituto Rio Branco, a partir do ano de 1946. Sendo assim, há uma grande ligação entre os seus estudos e a formação dos novos diplomatas da época no Brasil.

O historiador José Honório Rodrigues(RODRIGUES.1918 p.53), em seu livro *Uma História Diplomática do Brasil: 1531- 1945* aborda sobre o Ministério das Relações Exteriores e a Política externa do Brasil, durante as questões de conflito na região platina, porém, antes de iniciar esse debate, elenca em quatro grupos de fatores nos quais a política externa está condicionada para funcionar. São eles: a) fatores físicos

e recursos naturais; b) fator humano; c) posição geográfica no mundo; d) patrimônio e tradição. Segundo o autor:

“Do ponto de vista metodológico, deve-se lembrar que não existe hoje uma política externa diferente da interna e que, quando se fala de influências que se exercem sobre a política, é preciso não esquecer que essas influências são a própria política. Esta se revela à medida que tais influências se fazem sentir. Isolando os fatores, arriscamo-nos a esquecer que muitos deles, invocados pelos diplomatas, não servem senão de fachada e de racionalização”(RODRIGUES, José Honório. p.53)

O trecho acima mostra grande relevância para a pesquisa, visto que a análise dos ofícios diplomáticos, feita na Legação Brasileira na Argentina, demonstra grande influência dos diplomatas que estavam lotados na partição nacional. As relações são feitas entre pessoas, logo, a diplomacia, mesmo que tenha direções pré-definidas pelo Estado, possui grande influência, a depender da habilidade de cada diplomata.

“Falta-nos um exame sobre a política externa no Congresso e a exata interpretação, neste, da opinião pública. Não possuímos tampouco as sondagens da opinião nem os estudos psicossociológicos sobre os esteriótipos nacionais e como os brasileiros vêm as demais nações. Estudos sérios sobre como os nacionais vêm a si mesmos e aos estrangeiros podem, por um lado, favorecer a formulação de uma política externa mais ajustada às aspirações populares e, por outro, promover a compreensão internacional e a cooperação concreta entre os povos.” (RODRIGUES, José Honório, pg. 55).

No trecho acima, José Rodrigues dialoga com uma temática relevante: a de como os nacionais se enxergam frente aos outros países e também como eles entendem as outras nacionalidades. Somente com essas visões, que a política externa pode ser mais precisa, pois os formuladores de política externa saberão quais são os anseios da população. Portanto, mostra-se importante entender que na época ainda não existia a consolidação sobre o que era ser brasileiro, tampouco dos Estados vizinhos, que sofriam uma transição, em relação ao território e a população.

Segundo Rodrigues(RODRIGUES.1918 p.61), as fronteiras foram defendidas de forma pacífica, utilizando somente a prova cartográfica, a história e o direito de posse, com o *uti possidetis* do Tratado de Madri. O Brasil não ambicionou o que não era

seu, como no caso dos limites com o Paraguai, em que o Brasil contestou somente as suas fronteiras anteriormente demarcadas, diferentemente das pretensões argentinas.

Diante do vasto território já previamente estabelecido pelo Tratado de Madri(1750), poucos eram os domínios com os quais o Brasil desejava expandir. Fora a questão sensível do Rio da Prata e da Colônia de Sacramento, a maioria das fronteiras já estava delimitada. Manter o *status quo* era um dos objetivos, logo, ampliar o seu território buscando terras paraguaias, não era a finalidade da política externa do momento. O grande conflito do Brasil com Rosas, na Batalha de Monte Caseros e, posteriormente, na questão da Guerra do Paraguai, estavam relacionados ao expansionismo concernente ao Rio da Prata, pois, somente por ele era acessado o estado do Mato Grosso, e, caso essa via fosse extinguida, haveria uma grande chance de o Império Brasileiro perder seu território para os desígnios expansionistas dos Estados vizinhos.

O Brasil era enxergado de forma peculiar diante dos outros Estados Sul-Americanos, e segundo o autor:

“A defesa do nosso *status quo* e do Prata, a política de equilíbrio e das intervenções, o isolamento em relação às outras nações sul-americanas, as diferenças e ressentimentos herdados da Espanha, a oposição irreconciliável entre o sistema monárquico europeu e o republicano americano, adotado por todas as demais nações americanas, tudo enfim, fazia do Brasil um país estranho.”(RODRIGUES, José Honório, p. 64).

A imagem do Brasil, como um país diferente dos demais da América do Sul, não é somente abordada na literatura brasileira, como José Honório Rodrigues afirma, mas também na literatura portenha. O fato de o Brasil ser uma monarquia, rodeado de países vizinhos com a forma republicana de governo, além de continuar com o sistema escravocrata, fez com que o clima de desconfiança fosse existente entre os demais Estados. Desse modo, as iniciativas em conjunto para que fosse criada uma dimensão de amizade, dentre os países platinos, eram sempre um grande desafio.

Não obstante, José Honório Rodrigues tinha uma grande afinidade com a diplomacia brasileira. Dessa maneira, mostra-se grande apreço ao abordar as operações

dos diplomatas durante os celeumas que ocorreram na região platina até o fim do século XIX. Para o autor, as principais missões diplomáticas foram:

1. Missão de Abrantes, em 1844, junto aos gabinetes de Londres e Paris, para a cooperação da manutenção do Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai;
2. Missão do Paraná, em 1852, para obter a ratificação do Governo da República do Uruguai, que recusava os tratados de 1851 sobre limites e navegação;
3. Missão de Pedro Ferreira de Oliveira, de 1853, pedindo satisfação do Governo paraguaio pelo atentado à soberania brasileira;
4. Missão José Maria da Silva Paranhos, em 1856, com o intuito de obter do Governo Paraguai um tratado de limites com o Brasil;
5. Missão Saraiva, em 1864, pedindo satisfação ao Governo da República do Uruguai pela violação dos direitos brasileiros; e
6. Missão Francisco Otaviano de Almeida Rosa, de 1865, para celebrar o Tratado da Tríplice Aliança. (RODRIGUES, José Honório. pg. 184 e 185).

Diante de sucessivas missões diplomáticas brasileiras, durante os vinte anos que antecederam a guerra do Paraguai, segundo ele, pode-se entender que a dominação da região platina fazia parte dos interesses de alguns países que estavam ainda definindo seu território, como a Argentina e o Paraguai.

José Honório tem uma visão diferente dos outros autores anteriores. A questão da Bacia do Prata não era resultante de intervenções de Estados europeus que queriam se beneficiar da região sul americana. A temática central para ele estava pautada em uma divisão da região platina, que pudesse fortificar-se e ir contra os interesses e a solidificação do Império Brasileiro. Para o autor, havia um temor de que o Brasil ficasse isolado frente aos Estados vizinhos, e, para isso, alianças precisaram ser feitas para que houvesse um "*status quo*" na região.

Faz-se necessário ressaltar que o autor, mesmo abordando temas de suma relevância para a história brasileira do século XIX, não aprofundou sobre temas em relação ao fim da Guerra do Paraguai. Essa análise mostra-se importante para entender a lacuna que existe na historiografia brasileira em relação à pesquisa da temporalidade entre os anos de 1870 até os de 1889.

1.4. DIPLOMACIA REVISIONADA

Francisco Monteoliva Doratioto é um dos autores contemporâneos de referência sobre os estudos das questões que concernem à Guerra do Paraguai e as divergências em torno dos países que margeavam a Bacia do Prata. Como formação, é graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade Nacional de Brasília. Ademais, é professor na UNB e foi professor no Instituto Rio Branco, responsável pela formação dos novos diplomatas no Brasil. Doratioto é um dos pensadores contemporâneos que estuda as relações entre o Brasil e o Paraguai, e sua extensa obra foi de suma notoriedade para a historiografia nacional.

Partindo dessas informações, é possível que a sua interpretação esteja mais direcionada às questões ligadas à diplomacia, no entanto, cabe analisar as diversas obras com a temática platina. As duas referências utilizadas do autor serão o livro “*O Brasil no Rio da Prata*” e a “*Maldita Guerra*”.

O livro *Maldita Guerra* inicia-se com o capítulo denominado “Tempestade no Prata” para contextualizar os antecedentes que levaram ao acontecimento da Guerra do Paraguai e, desse modo, mostrar as relações entre os países que faziam parte desse cenário, como citado no trecho a seguir:

“A história do Paraguai esteve intimamente ligada ao Brasil e a Argentina, principais pólos do subsistema de relações internacionais na região do Rio da Prata. O isolamento paraguaio, até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam, em grande parte, pela situação platina. Nos anos seguintes a essa abertura, o Paraguai teve boas relações com o Império do Brasil e manteve-se afastado da Confederação Argentina, da qual se aproximara nos anos de 1850, ao mesmo tempo que vivia momentos de tensão com o Rio de Janeiro.”(DORATIOTO, Francisco. p 23)

A partir desse excerto é possível entender que para Doratioto o Paraguai vivia momentos pendulares, os quais, por vezes, priorizava as relações com a Argentina, e por vezes as relações com o Império Brasileiro. A harmonia na região da Bacia do Prata não era uma constante durante o século XIX, pois, as questões lindeiras ainda não estavam totalmente definidas.

Segundo o autor,(DORATIOTO. 2002 p.25) as questões platinas estavam conturbadas, tanto com o isolamento do ditador José Gaspar Rodríguez Francia, no Paraguai, como também na centralização de Buenos Aires, centrada na foz do Paraná, para dificultar o comércio marítimo do interior com o resto do mundo.

Em relação às questões de política externa o autor afirma que:

“O ano de 1840 assistiu, porém, as mudanças internas tanto no Brasil como no Paraguai, que lhes permitiram voltar a participar das questões platinas. No Paraguai morreu José Gaspar de Francia e, no Império do Brasil, a maioria antecipada de Pedro II e o pacto intra-elites em torno de um Estado monárquico centralizado e escravocrata puseram fim ao conturbado período regencial(1831-40), durante o qual não se pudera criar uma política para o Prata” (DORATIOTO, Francisco. p 25).

O ano de 1840 é, claramente, demonstrado como um novo período tanto para o Paraguai quanto para o Império Brasileiro. O cenário interno fragilizado não é capaz de sinalizar novas perspectivas para a política externa dos Estados, sendo assim, a partir dos anos 1840 iniciam-se mudanças para ambos países. Segundo Doratioto:

“O Estado brasileiro e paraguaio, em meados da década de 1840, já estavam suficientemente estruturados para, no caso do Brasil, ter uma política ativa em relação ao Prata e, no caso do Paraguai, se articular externamente na defesa de sua independência.”(DORATIOTO, Francisco. p. 25 e 26.)

O autor(DORATIOTO. 2002 p.26) diz que, no plano interno, o Paraguai continuava autoritário, mas no externo, o país iniciou sua atuação nas questões platinas. Em julho de 1841 foi assinado com a Província de Corrientes, sublevada contra Rosas, dois tratados, um de Amizade, Comércio e Navegação, e outro de Limites. Esses documentos estabeleciam o livre-comércio recíproco e um *modus vivendi* para evitar conflitos enquanto não se chegasse um acordo sobre fronteiras.

Nas relações das questões platinas, havia no Brasil a vontade de que tanto o Paraguai quanto o Uruguai fossem independentes. Desse modo evitaria uma anexação da Argentina, que assim não ameaçaria a livre circulação nos rios platinos e dificultaria o acesso aos territórios do Império Brasileiro, como Mato Grosso, em que a entrada era exclusivamente fluvial. O texto em seguida exemplifica essa situação:

“Um vizinho republicano poderoso no Prata, que somente poderia ser a Argentina, era visto pela diplomacia imperial como ameaça à independência do Paraguai e à do Uruguai. A existência desses dois Estados era a garantia de que os rios platinos não seriam nacionalizados pela Argentina, fato que seria uma ameaça à sua livre navegação. Essa liberdade era essencial ao Rio de Janeiro, para ter acesso por via fluvial ao Mato Grosso, única forma de contato regular dessa província com a capital brasileira.” (DORATIOTO, Francisco. p. 28).

Na década de 1840, uma das maiores preocupações no cenário de política externa do império brasileiro era a expansão territorial argentina. A ideia de invasão paraguaia era pouco provável. O Brasil não tinha grandes questões de conflito com esse Estado, além de ter sido o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia, no ano de 1844. Segundo Francisco Doratioto:

“O Partido Conservador, que governava o Império no fim da década de 1840, implementou a política, para o Prata, de defesa da integridade territorial do Paraguai e do Uruguai. Com isso, os conservadores buscavam não só garantir a livre navegação, como também evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, de modo a reduzir os pontos pelos quais Rosas poderia promover uma eventual agressão ao Brasil.”(DORATIOTO, Francisco. p. 28).

A questão de limites na Bacia do Prata era a principal reivindicação do Império Brasileiro.

“Carvalho Borges foi instruído a não insistir em negociações, caso visse que a postura paraguaia seria de não atender à reivindicação brasileira sobre limites. Nesse caso, continuaria a vigor a Convenção de 1856, que garantia a livre navegação, que era “da maior importância para o Império”, e o Brasil se manteria no território até o Apa, respaldado por títulos de posse “inquestionáveis”.”(DORATIOTO, Francisco. p. 37)

Segundo Doratioto(DORATIOTO. 2002 p.37 e 38), a ideia de o Paraguai atacar o Brasil era praticamente impossível diante do olhar do Império. A grandiosidade brasileira em relação ao território, à população e à força militar eram elementos que

impediam ou dificultavam a possibilidade de guerrear contra o Brasil. Os acordos diplomáticos seriam sempre mais vantajosos para o governo Imperial. Carvalho Borges, que era o chanceler brasileiro, não acreditava que o governo paraguaio pudesse cometer a falha de atacar o Império, e estava convencido de que as divergências seriam resolvidas de forma pacífica.

“Ao discursar na Câmara dos Deputados, Paranhos argumentou que o Paraguai não poderia provocar uma guerra com o Brasil, devido à desigualdade de recursos entre os dois países. O Brasil não deveria, porém, utilizar-se de sua superioridade para tentar resolver a questão pela força.”(DORATIOTO, Francisco. p. 38).

Esse trecho mostra a análise de Doratioto das linhas da política externa do Império Brasileiro durante as questões conflituosas na Bacia do Prata. Para ele, apesar do vasto tamanho territorial e da potência do Império, o uso da força para alcançar ganhos territoriais era impensável. Todas as questões fronteiriças do Brasil Império deveriam ser feitas pela mediação e arbitragem, caso não fossem anteriormente solucionadas pelo *uti possidetis*. A Guerra do Paraguai, todavia, foi um processo *suis generis*, visto que o Império Brasileiro achava mais vantajoso as conquistas pela negociação e, não, pela guerra.

“Para os Estados platinos, o ano de 1862 foi um marco, quer para as respectivas políticas internas, quer para as relações entre eles. No Paraguai, Francisco Solano López ascendeu ao poder; na Argentina, houve a reunificação nacional sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil, o Partido Liberal substituiu o Conservador no governo. “ (DORATIOTO, Francisco. p. 39 e 40)”.

O texto acima contribui para demonstrar que internamente, Argentina, Brasil e Paraguai tinham modificado sua conjuntura política, e dessa forma, os interesses regionais tenderam a não manter-se como anteriormente. Houve um desequilíbrio simultâneo de direção política nos três países analisados. Na análise de Doratioto, essa situação fica muito clara na história brasileira, visto que, na maioria das vezes em que os partidos liberais tomavam o poder, a instabilidade no país mostrava-se mais latente.

"Nesse ano, também teve fim a moratória para a definição dos limites, estabelecida pelo Paraguai com o Império e a Confederação Argentina na década anterior. As relações do novo governo paraguaio deterioraram, a partir de 1864 de forma acelerada, tanto com o Império, como com a República Argentina, levando o Paraguai à guerra contra esses dois países que, juntamente com o Uruguai,

constituíram a Tríplice Aliança para enfrentar Solano López.” (DORATIOTO, Francisco. p.40)

Na análise do autor, o Paraguai via-se ameaçado com os países em torno da Bacia do Prata, ou seja, Brasil, Argentina e Uruguai. A sua tentativa de armar-se com material bélico de última ponta, vinda da Inglaterra, era a estratégia para poder lidar com a situação, que na interpretação de Solano López, ameaçava a soberania de seu povo. Apesar de o Paraguai estar com um contingente militar, no início do conflito, superior ao do Brasil, Argentina e Uruguai, a questão estratégica e a duração da guerra foram fatores que dificultaram o êxito paraguaio em conquistar os territórios adjacentes e o livre acesso à Bacia do Prata.

A clássica frase de Carlos Antonio López, antes de morrer, ao dizer que o Paraguai: “tem muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente com o Brasil”(DORATIOTO, Francisco. p. 41) mostra com clareza os desígnios do Paraguai antes de Francisco Solano López como liderar o país. O medo de se envolver em conflitos por forma belicosa com o Brasil era evidente, não só pelo tamanho do país, comparado ao do Paraguai, mas também pela maior capacidade de o Império se articular, tanto em quantidade de homens para guerrear, quanto em relação ao investimento financeiro.

"Carlos López agiu para obter um lugar para o Paraguai no plano internacional, mas tinha consciência da debilidade do seu país, daí o pragmatismo de sua política externa, pautada pelos limites do passível. O falecido presidente não era um aventureiro, nem um teimoso, e “como bom administrador tradicional, conhecia os limites do seu poder”. Bem diferente seria a atuação de seu filho mais velho, ao ocupar a presidência paraguaia”. (DORATIOTO, Francisco. p. 41).

Para Francisco Doratioto(DORATIOTO. 2002 p.44), o ano de 1862 foi de grande importância política, visto que se iniciou a ascensão de um gabinete liberal, sendo o primeiro desde o ano de 1848. As eleições de 1860 com a chapa liberal no poder, desenvolveram um novo movimento político expressivo, que alterou o quadro anterior partidário. A ascensão do gabinete liberal, em 1862, garantiu uma nova perspectiva que refletiria na política externa. O gabinete liberal era menos conservador, e portanto, mais propenso a se envolver em conflitos bélicos.

“A nova postura paraguaia, de participar dos assuntos platinos, também levou à alteração nas relações que o país guarani mantinha com a Argentina. Nesta, apesar da vitória do projeto centralizador de Estado, decorrente da derrota militar de Urquiza para Bartolomé Mitre, em 1862, restaram resistências federalistas nas províncias, especialmente em Entre Ríos e Corrientes. Para combater o recém nascido governo central, a oposição argentina procurou articular-se com as forças platinas contrárias a Buenos Aires. Uma dessas forças eram os blancos, que estavam no poder no Uruguai, onde os opositores à ditadura de Rosas, como o próprio Mitre, estiveram exilados sob a proteção dos colorados” (DORATIOTO, Francisco. p. 44 e 45).

O cenário descrito pelo autor mostra a vitória de Bartolomeu Mitre na Batalha de Pavón, de 1861, que unificou a Província de Buenos Aires com a Argentina, ainda que a questão da renda do porto não tivesse sido resolvida. Visto que havia a grande questão do federalismo, que, principalmente, a Província de Entre Ríos, mas também as outras Províncias argentinas demandavam, contra o centralismo de Buenos Aires. Assim, para ganhar mais força política, Urquiza articulou as suas forças com líderes que estavam contra à posição de Buenos Aires. Desse modo, houve uma grande coalizão entre Urquiza, os Blancos no Uruguai e o Império Brasileiro.

“O revisionismo histórico, que aponta o imperialismo inglês como causa da Guerra do Paraguai, vê no encontro de Puntas del Rosario o momento da constituição da Tríplice Aliança sob a articulação de Thorton. Esse diplomata acompanhou, de fato, a ação diplomática brasileira e argentina nesses meses, em um grau de intimidade que deu elemento de argumentação para apontar o imperialismo britânico como fator do conflito”(DORATIOTO, Francisco. p. 56)

O cenário da época era de grandes desafios. A Argentina não tinha definida todas as suas fronteiras, e nem mesmo a noção de Estado argentino estava consolidado. Além disso, a ascensão de um novo governante no Paraguai, que era inimigo do governo central argentino e dos liberais no Brasil, resultou na “tempestade do Prata”.

O trecho acima mostra a concertação entre Brasil e Argentina no período pré-Guerra do Paraguai. Apesar de a literatura apontar para os constantes conflitos e rivalidades entre ambos países, percebe-se que durante a guerra foram criados laços de aproximação, que posteriormente serão quebrados com os tratados posteriores ao conflito. Cabe ressaltar que no início da guerra o Império Brasileiro estava sob os

auspícios dos liberais, que fizeram acordos que, futuramente, foram revogados pelos conservadores no poder.

O Império Brasileiro, antes do conflito, não enxergava ameaça no Paraguai, ao contrário. Havia uma ideia de cooperação — o Império Brasileiro foi o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia. O isolamento do Paraguai pelas constantes ditaduras, até o ano de 1840, era mais um argumento a fim de argumentar a pouca influência paraguaia no sistema internacional dos países da América do Sul, e que este não estava programando uma guerra.

“Guiando-se pela lógica diplomática, ao considerar fatores como a desproporção de recursos entre o Império e o Paraguai, bem como os riscos inerentes a uma guerra, Viana de Lima ainda considerava que Solano López “talvez” apenas rompa relações com o Brasil”.(DORATIOTO, Francisco. p.61)

De toda maneira, o Império Brasileiro não estava preparado para uma ofensiva paraguaia, mas diante das circunstâncias ocorridas pelo país platino, o Brasil precisou organizar-se para defender seu território.

O autor(DORATIOTO. 2002 p.442) afirma que a morte de Solano López ocorreu em, 1º de março de 1870, quando a cavalaria brasileira chega no acampamento, em Cerro Corá e o mata. Pondo fim, definitivamente, ao conflito com a morte do líder paraguaio.

Toda a obra *Maldita Guerra*, do historiador Francisco Doratioto está pautada nas relações que ensejaram a Guerra do Paraguai, a explicação do conflito e o fim, com a morte de Solano López. Para o historiador, o grande cerne da questão conflituosa no Prata estava pautado em relações de desagrado político, inicialmente com a ascensão de Francisco Solano López, que tinha posições divergentes das dos liberais no Brasil e do governo central argentino.

O fim do livro termina com o capítulo intitulado de *Balanço da Guerra*, e mostra o resultado da guerra em relação ao número de perdas humanas, além de um debate traçado pela historiadora americana Vera Blinn Reber, que questionava o número de baixas como resultado da guerra.

Em relação à política externa do império no pós guerra do Paraguai, percebe-se pouco aprofundamento nos anos posteriores ao conflito até o início do Brasil Republicano, no entanto, o trecho seguinte demonstra que uma das maiores preocupações estava relacionada aos limites.

“No plano regional, terminada a guerra, a política externa do governo imperial, exercida pelo Partido Conservador, atuou de forma a evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. Os governantes conservadores buscavam, com isso, evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, pois consideravam que, em algum momento, haveria uma guerra entre os dois países.”(DORATIOTO, Francisco. p. 463)

A maior preocupação do império, em questões de política externa, estava claramente conectada à relação da ampliação do território do Chaco, que a Argentina almejava anexar. Pois essa anexação, além de diminuir os territórios paraguaios, poderia afetar o acesso do Império ao Mato Grosso, como também de ensejar um maior expansionismo argentino. Segundo o autor Francisco Doratioto: “A diplomacia imperial orientou, na prática, entre 1870 e 1876, a política externa dos débeis governos paraguaios para resistir à pretensão argentina sobre o Chaco.”(DORATIOTO, Francisco. p.464).

Na análise de Doratioto, ao fim da guerra, o Império Brasileiro não queria ampliar seu território, apenas delimitar sua fronteira no rio Apa. Em contrapartida, a Argentina desejava aumentar sua influência e, por isso, o Império temia que o governo Paraguaio fosse leniente aos interesses argentinos ou mesmo que tivesse os mesmos objetivos expansionistas. Desse modo, durante o período de instabilidade, o Paraguai tornou-se área protegida do Brasil. Portanto, as tropas brasileiras ficaram em território paraguaio até 1876.

“A melhor forma de combater essa ameaça era a estabilidade política interna guarani, por meio do fortalecimento das instituições e do poder central, bem como do impedimento da ascensão à presidência de um político paraguaio que tivesse ligações com interesses argentinos. O Império agiu em relação ao Paraguai tendo em vista tais objetivos, e para isso utilizou-se da diplomacia, e respaldou-a com a demonstração de estar disposto a recorrer à ação militar em caso de fracasso

daquela. Entre 1869 e 1876, o Paraguai foi praticamente um protetorado do Império.”(DORATIOTO, Francisco. p. 464)

O fim da guerra para o Império Brasileiro terminou nos seguintes termos, em relação à questão das fronteiras:

“Rompendo com a determinação do Tratado da Tríplice Aliança, o Império, representado pelo barão de Cotegipe, assinou a paz com o Paraguai, em Assunção, em janeiro de 1872. Estabeleceu-se a fronteira entre os dois países no rio Apa e o governo imperial desconsiderou o rio Igurei marco fronteiro, como constava no Tratado. Assim, decidiu-se que toda a margem direita do rio Paraná, de Sete Quedas para baixo, pertencesse ao Paraguai e desse ponto para cima fosse do Brasil.” (DORATIOTO, Francisco. p. 465)

O tratado firmado em 1872 foi o denominado Loizaga-Cotegipe, fazendo referência aos dois diplomatas negociadores que o acordaram. Esse tratado foi entendido pela Argentina como uma quebra de confiança com o Império Brasileiro, visto que, em 1864, com os liberais no poder, foi feito um acordo de que todos os tratados posteriores à Guerra da Tríplice Aliança seriam firmados em conjunto.

Em 1872, Bartolomeu Mitre é enviado ao Império Brasileiro, em missão especial, tanto para tentar negociar os acordos em relação ao território paraguaio, que havia sido firmados no Tratado Loizaga-Cotegipe, como também — posteriormente será demonstrado nos ofícios — para saber se o Império estava articulando uma guerra contra a Argentina. A escolha de Mitre para a missão é feita pela grande proximidade que o ex-presidente tinha com o Império, que algumas vezes era mal interpretada pela população argentina. Não obstante, a sua decisão de encontrar-se com o imperador estava vinculada com a possibilidade de reeleger-se nas próximas eleições presidenciais argentinas, caso voltasse vitorioso em conseguir negociar com o Império Brasileiro a questão dos limites.

“O presidente Sarmiento enviou seu antecessor, Bartolomé Mitre, que era admirado no Brasil, em missão especial ao Rio de Janeiro. Dessa forma, foi assinado, em junho de 1872, um acordo que restabelecia a aliança, pelo qual o Brasil se comprometia a apoiar as posições argentinas nas negociações com o Paraguai.”(DORATIOTO, Francisco. p. 467).

Para findar as questões referentes aos tratados de limites, o ano de 1875 foi importante para selar esses acordos.

“Em maio de 1875, o ministro das Relações Exteriores argentino, Carlos Tejedor, o enviado do governo paraguaio, Jaime Sosa, e os representantes brasileiros, Visconde de Caravelas e do Rio Branco, se reuniram no Rio de Janeiro, em nova negociação para se chegar a um tratado de paz definitivo entre a Argentina e o Paraguai. Tejedor e Sosa chegaram a um acordo, pelo qual o Chaco, acima do rio Pilcomayo, seria dividido entre o Paraguai e a Argentina.” (DORATIOTO, Francisco. p. 467)

Segundo o autor(DORATIOTO. 2002 p.467), esse acordo não ocorre, em decorrência da intimidação do governo brasileiro, argumentando que Sosa fizera concessões não autorizadas pelo governo.

O trabalho de Francisco Doratioto sobre a Guerra do Paraguai é um dos mais completos e atuais sobre a temática. Ainda que tenham grandes detalhes sobre os antecedentes da guerra, o conflito e o término do processo, resolvido a partir de tratados lindeiros, o seu grande foco está em explicar a Guerra do Paraguai. Mostra-se relevante perceber que as questões de política externa são pouco abordadas. Há uma centralidade nas questões domésticas brasileiras, o que remonta a uma visão nacional sobre o conflito, sem contemplar a visão dos outros Estados que estavam envolvidos na guerra.

O trecho seguinte, citado pelo autor, contempla uma questão sensível de política externa para o império. O fato de que o Império Brasileiro manteve as suas tropas no Paraguai até o ano de 1876 gerou uma ideia de “imperialismo” sobre um território que já era independente:

“A partir de 1876 e até o fim da monarquia em 1889, essa República vizinha deixou de ser prioritária para a diplomacia imperial, embora permanecesse importante. A menor presença brasileira no Paraguai deveu-se não só a essa realização de objetivos, como também ao agravamento da crise do regime monárquico brasileiro, que inviabilizava uma política externa para o Prata nos moldes daquela exercida no passado.”(DORATIOTO, Francisco. p. 470).

Dessa maneira, a pesquisa sobre a política externa após o conflito da Guerra do Paraguai, que não se atenha somente à consolidação dos limites fronteiriços, mas que aborde as questões da formulação da política exterior feita pela diplomacia, durante o

extenso período de 1870 até o início do Brasil República, é de grande importância, devido à baixa quantidade de estudos na historiografia brasileira.

A análise de Doratioto, em relação ao conflito no Prata, também tem contornos diferentes dos outros autores anteriormente estudados. A partir da década de 1840, o Império Brasileiro possuía uma postura ativa em relação a região. Para os outros autores, existe a ideia de que o Império Brasileiro foi o sinônimo de um Estado defensivo e passivo aos países vizinhos. Além da questão do posicionamento brasileiro, havia a relação com a Argentina, que para os outros autores, Buenos Aires ameaçava a estabilidade brasileira. Para Doratioto, no entanto, era o Império Brasileiro que se sentia ameaçado com uma incorporação do Uruguai e do Paraguai e da Argentina, voltados contra o Império.

1.5. DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA

O embaixador e bacharel em direito Synésio Sampaio Goes Filho tem como área principal de pesquisa a história da política externa brasileira. Foi professor de História Diplomática do Instituto Rio Branco e de Comércio Internacional da Faculdade de Economia FAAP.

Duas obras por ele publicadas são referência sobre os temas na presente dissertação: “*Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*” e “*Fronteiras do Brasil*”. A obra de sua autoria *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas* é uma das mais lidas na temática das fronteiras brasileiras. Em seu livro *Fronteiras do Brasil*, publicado em 2014, há breve menção sobre o término da Guerra do Paraguai e encontra-se no excerto abaixo.

"Terminada a guerra, acentuaram-se as divergências entre o Brasil e a Argentina. Contrariando disposições do Tratado da Tríplice Aliança, o Brasil resolveu fazer uma paz em separado, em 1872, e fixar definitivamente sua fronteira com o Paraguai. A linha de limites começa na região das Sete Quedas, no rio Iguaçu, prossegue pelas serras do Amambai e Maracaju e termina no rio Apa, que deságua no Paraguai. Mais próxima, pois, das reivindicações brasileiras. Com curiosidade, vamos lembrar que, 100 anos depois, na época da construção de Itaipu, ainda persistiam dúvidas sobre a exata posição da fronteira nas Sete Quedas, dúvidas essas alagadas pela grande represa. Quando se escolheu o lugar da barragem esta vantagem – eliminar o problema fronteiro – foi também considerada." (SAMPAIO, Synésio p. 78 e 79)

Diante dessa passagem, Sinésyo Sampaio é um dos poucos autores que aborda o tema do pós-guerra do Paraguai, no entanto, essa abordagem é unicamente em relação às questões de limites. A política externa do período não é estudada, sugere-se dessa maneira, que a pesquisa dos anos de 1870 até 1889 seja aprofundada.

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, diplomata e historiador, bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília e bacharel em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco, possui pós-graduação em Ciência Política pela New York University e mestrado e doutorado em História pela Universidade de Brasília.

O livro intitulado “*O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*”, demonstra a visão dos Estados americanos sobre o Brasil, implementando um particular olhar sobre o Brasil, diferentemente do que normalmente é estudado na história brasileira, pois o olhar, normalmente, está vindo do Brasil e direcionado para outros países.

O Brasil torna-se um caso, no mínimo particular, a ser estudado e, alguns autores acreditam que a manutenção do território por inteiro, diferentemente da fragmentação dos Estados vizinhos, foi desencadeada pela questão da monarquia. Esta que centralizou os poderes e, assim, criou a ideia de nacionalidade brasileira.

Segundo o autor Luís Cláudio Villafañe, as relações entre o interamericanismo e os nacionalismos americanos podem ser vistas de formas distintas: o interamericanismo poderia ser entendido como um vínculo que uniria todos os povos americanos em uma nação, mas também a fragmentação poderia ser compreendida como um fracasso desse projeto.

O historiador(VILLAFANE.2003.p.32) afirma que os projetos bolivarianista e monronísta estabelecem duas perspectivas sobre o mesmo ambiente regional das Américas. Quando bolivarianista, incluíam a América Latina e quando monroísta, incluíam o Império Brasileiro e os Estados Unidos.

Para entender o domínio do Império Brasileiro sob a dinastia da família Orleans e Bragança, necessita-se retomar à ideia do direito divino, que mantinha certa

homogeneidade das lideranças dos Estados modernos, após a Paz de Westfália, em 1648, que consolidou um padrão de Estados baseado na ideia de território definido, população permanente e uma liderança soberana que representasse sua população e que pudesse não só proteger seus nacionais, como também dialogar com outros Estados.

Segundo Villafañe(VILLAFANE.2003.p.38), os países americanos, com a exceção do Brasil construíram seus Estados a partir da soberania popular, enquanto o Brasil manteve a lógica de independência política europeia com a formação do Estado-nação territorial e dinástico.

O fato de o Brasil ter continuado com a forma monárquica de governo corroborou para que o país mantivesse a forma unitária e não se fragmentasse, como ocorreu em quase todos países colonizados pela Espanha. Não obstante, a desconfiança entre os países hispano-hablantes em relação ao Império Brasileiro era constante, visto que o poder monárquico permanecia, ainda que o Estado brasileiro estivesse independente. A centralização do poder nas mãos do imperador e das elites políticas fez com que as revoltas separatistas fossem contidas pelo poder monárquico, diferentemente do que aconteceu com as colônias espanholas, que se segmentaram em vários novos Estados.

Segundo Villafañe(VILLAFANE.2003.p.53), a consolidação do território brasileiro esteve mais aparente a partir do período regencial e do Segundo Reinado. Autores que têm como expressão a teoria weberiana, expressam o aspecto patrimonial do Estado brasileiro, que seria um prolongamento do patrimonialismo colonial.

Esse Estado patrimonialista é o mesmo que toma as decisões do Império de acordo com as necessidades dos latifundiários que dominavam o poder como elites, durante os períodos regenciais e do Segundo Reinado. A ideia de burocratização do sistema político do país mudará anos depois da proclamação da República, em 1889.

A necessidade de enxergar o Brasil a partir da ótica weberiana patrimonialista, na qual não há distinção entre os limites público e privado, é importante, porque será a partir dessa visão, que algumas medidas tomadas pelos estadistas do Império serão entendidas. O privilégio de questões pessoais em detrimento do nacional, muitas vezes,

foram realizados durante o início do Brasil independente, frente à comunidade internacional, porém, mantendo o mesmo sistema monárquico de governo, que antecedeu à independência.

Villafañe(VILLAFANE.2003.p.71) evidencia o fato de que no Primeiro Reinado, a política externa não era objetiva, e mostrava-se confusa em temas importantes como os de limites e de navegação dos rios internacionais.

Esse aspecto mostrado pelo autor, corrobora com o fato de que a política externa da época do Brasil Imperial não era contínua. O patrimonialismo, que era evidente, a partir das escolhas dos estadistas, transformava o eixo da política externa, por vezes, confuso. Mudando, sucessivamente, os objetivos da diplomacia brasileira.

Segundo Villafañe(VILLAFANE.2003.p.85), o Brasil não compareceu ao Congresso do Panamá, de 1826. Dentre todos os motivos, os principais foram a não sujeição à pressão internacional sobre o fim do tráfico de escravos, e o segundo motivo foi a questão das Províncias Unidas em relação à Cisplatina, pois o governo de Buenos Aires poderia aproveitar-se da situação para propor uma aliança anti-brasileira. Com a ausência da Argentina no Congresso, essa teoria dissipou-se.

Segundo Villafañe, o Brasil não se interessou em participar dos congressos na América do Sul. Havia mais preocupação dos diplomatas que estavam lotados nas capitais sul americanas, do que do próprio governo imperial: "O interesse do governo imperial em participar em iniciativas que envolvessem o conjunto de seus vizinhos reduzia-se na proporção direta em que era afastada a ideia de que delas pudessem resultar iniciativas dirigidas contra o Império."(VILLAFANE, Luís Cláudio. p 90).

O maior temor do Império Brasileiro era o de que os Estados vizinhos se voltassem contra o Império nas questões de reivindicação de território, na questão do tráfico de escravos e na situação de o país continuar sendo uma monarquia frente aos Estados republicanos.

Assim que esse temor passou, o Brasil não se empenhou em participar de nenhuma das conferências, como o Congresso de Santiago, de Washington e o Primeiro e o Segundo Congresso de Lima. O único congresso que o Brasil fez esforços para

chegar, mas em meio tempo, anulou o compromisso, foi o Congresso do Panamá, em 1826.

Villafañe aponta a seguinte informação:

“Com o esvaziamento das preocupações sobre a possibilidade de os países vizinhos fazerem uma frente comum para tratar de suas disputas com o Império, a atitude da diplomacia brasileira com relação aos congressos interamericanos passou da preocupação inicialmente demonstrada em relação aos congressos do Panamá e de Lima a um desinteresse evidente" (VILLAFANE, Luís Cláudio. p. 94).

Em 1862, diante da intervenção francesa no México, o encarregado de Negócios do Império em Santiago comentaria a seguinte informação sobre a visão que a América do Sul tinha frente ao Império Brasileiro:

“O Brasil e os Estados Unidos do Norte são tacitamente considerados não pertencentes à comunhão americana e excluídos conseqüentemente dela ou, quando muito, apenas tolerados(...)E ainda assim, o Brasil sendo considerado um borrão e mancha nessa América pela sua infeliz instituição da Monarquia, ou mais bem pela inveja da sua prosperidade, nome e respeitabilidade, seria em último lugar admitido na sua boa amizade e liga se, protestando seus sentimentos republicanos puros, quisesse adotar, perfilar e se tornar co-partícipe dos procedimentos irregulares, da vida política internacional irreflexiva e perigosa de todas elas.(AHI/RJ, 230/4/4) VILLAFANE, Luís Cláudio, p. 97 e 98).

O autor Luís Cláudio Villafañe(VILLAFANE.2003.p.98) acrescenta a informação de que, no ano de 1864, o convite ao congresso foi dirigido ao Brasil, porém, excluiu os Estados Unidos. Desse modo, ainda que a ideia de que os Estados Unidos e o Brasil não eram considerados totalmente pertencentes à comunhão americana, o Brasil continuava sendo mais próximo.

Importante salientar que o ano de 1864 foi o de início às ofensivas da Guerra do Paraguai, como também do fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, podendo ter sido um dos fatores para que os EUA fossem excluídos do Congresso de Lima.

O livro *“O Brasil entre a América e a Europa”*, de Luís Cláudio Villafañe, mostra grande contribuição para a historiografia brasileira, principalmente em demonstrar como o Brasil era enxergado e como se portava frente aos seus vizinhos

hispano-americanos. O livro exemplifica as conferências em que o Brasil não fora convidado, em sua maioria, como também afirma o não comparecimento em nenhum dos encontros.

A temática da Guerra do Paraguai é abordada durante o seu livro, mas, como na maioria dos textos elencados na dissertação, a questão da política externa e da diplomacia no período de pós Guerra do Paraguai não é desenvolvida com aprofundamento.

O autor fala sobre as questões de política externa sendo feitas a partir de um Estado patrimonialista, que decidia suas questões internacionais de acordo com a vontade dos latifundiários. A análise de Villafañe encontra-se também de forma divergente com os outros autores, aqueles demonstravam grande intervenção externa, tanto de Portugal, como a Inglaterra, que foi grande influenciadora das políticas no Prata, enquanto Villafañe não afirmava o mesmo.

1.6. RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS PÓS-GUERRA DO PARAGUAI

Daniel Rei Coronato é doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e especialista em Negociações Econômicas Internacionais pela UNESP.

O seu tema de pesquisa de mestrado está direcionado com a política externa do período que segue após a Guerra do Paraguai e finda no início do Brasil República, em 1889. A sua pesquisa é uma das pouco encontradas que abordam a temática do pós-guerra do Paraguai. Isso mostra uma lacuna na história do Brasil e a necessidade da mesma ser explorada com mais profundidade.

A grande questão a ser debatida em seu tema de pesquisa é a de como ocorreu a política externa nos últimos anos de regime monárquico, e como foi o impacto no entorno geográfico em relação à Bacia do Prata. Segundo Daniel Coronato(CORONATO.2013. p.114), essa falta de olhar para a política externa da época foi devido ao fim do regime monárquico brasileiro, que na época, mostrava-se mais relevante do que a política externa. A hipótese de Daniel está pautada em dois termos: a

distensão externa em relação aos subsistemas do Prata e o universalismo externo nas questões econômicas e de prestígio.

A distensão seria uma forma para evitar um novo conflito ao sul, com a Argentina, e o universalismo estaria ligado a uma representação liberal de política externa para as questões internacionais.

Em relação à política externa, o autor revela o tema central da política externa brasileira na época, que seria:

“No plano regional os anos seguintes foram determinantes para evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. A preocupação brasileira sempre foi evitar o aumento da fronteira com a Argentina, obrigando o país a se aliar com o vencido, ou seja, o Paraguai, para impedir a concessão territorial argentina por direito.” (CORONATO, Daniel. p. 117).

O Brasil consegue alcançar os seu objetivos no Prata, com solução arbitral dos Estados Unidos e garantia dos territórios paraguaios.

Segundo o autor (CORONATO.2013. p.121), o universalismo tornou-se a principal vertente da política externa brasileira, nos anos de 1870, porque o retraimento não era aconselhável. No ano de 1870 começam os sistemas de alianças criado por Otto Von Bismarck.

O Brasil, ainda monárquico, e com mão de obra escrava, via-se desafiado a integrar-se no complexo sistema internacional vigente na época, e incitava os formuladores de política externa brasileiros a adequarem o país a esse novo contexto.

O artigo de Daniel Coronato mostra-se importante para contextualizar a política externa do período de 1870 até o fim da monarquia, em 1889. Apesar de a temporalidade estudada ser semelhante a da presente dissertação, a lente escolhida por Daniel para observar a política externa da época fora o olhar do imperador Pedro II. Desse modo, mostra-se importante salientar a visão dos diplomatas que faziam a política externa do império brasileiro, e como eles enxergavam o sistema internacional, no qual o Brasil fazia parte.

Rubens Ricupero é jurista, historiador e diplomata de carreira. Em seu livro “*A diplomacia na construção do Brasil*”, o autor pretende compilar os maiores temas de política externa brasileira entre os anos de 1750 até 2016.

Ricupero fala que excetuando as guerras defensivas contra franceses e holandeses, a maior parte dos conflitos armados ocorreram entre Argentina, Uruguai e Paraguai. O autor elenca três fases distintas para contextualizar o cenário de conflito:

“1) a da disputa em torno da Colônia de Sacramento, inclusive a campanha de recuperação das Missões do alto rio Uruguai(1680-1801); 2) a da permanência de D. João VI no Brasil, que culmina com a ocupação da Banda Oriental e sua incorporação ao território lusitano na América (1808-1821); e 3) o período pós-colonial, após a independência do Brasil, com território que incluía a Província da Cisplatina(1821-1828), seguida da separação e autonomia dessa província sob o nome de Uruguai(1828), até o fim da Guerra da Tríplice Aliança(1864-1870) e encerramento dos conflitos bélicos na região platina(1822-1870).”(RICUPERO, Rubens. pg. 172)

O autor(RICUPERO. 2017. p.207) diz que no momento de assinatura do Tratado da Tríplice Aliança entre o Brasil, a Confederação Argentina e o Uruguai, há uma resistência da Argentina em relação à cláusula de integridade do território do Paraguai, na qual as futuras fronteiras com o Brasil e a Argentina já tinham anteriormente sido definidas. Esse desacordo entre os dois Estados permaneceria como desacordo diplomático por quase toda a década de 1870.

As questões territoriais entre Brasil e Argentina, ao fim da Guerra do Paraguai, foram sensíveis para a diplomacia, nas quais uma possível guerra entre os dois Estados era cogitada.

“O desentendimento decorria do artigo do Tratado da Tríplice Aliança que definia com antecedência quais deveriam ser as futuras fronteiras do Paraguai com o Brasil e a Argentina. No último caso, não só confirmava a soberania argentina, já existente de fato, sobre o território de Misiones, à margem esquerda do rio Paraná; atribuía também a Buenos Aires, na margem direita do rio Paraguai, todo o Chaco Boreal até a Bahia Negra, na fronteira com Mato Grosso, ressalvados eventuais direitos invocados pela Bolívia.”(RICUPERO, Rubens. p. 210)

Segundo o autor(RICUPERO. 2017. p.211), o Brasil não conseguiu chegar a um consenso entre Argentina e Uruguai quanto à definição dos limites, e a Argentina não cumprindo o artigo 6º do Tratado da Tríplice Aliança, em que não celebrariam tratado de paz senão de perfeito acordo entre todos, incitou o Brasil a assinar um Tratado de Paz com Assunção, em 1872.

Os dois objetivos principais do Brasil eram a liberdade de navegação do Rio Paraguai e a fronteira do rio Apa. Ainda que as questões de fronteira tenham sido objetos de grande esforço da diplomacia brasileira, as questões de elaboração de política externa, como também o pensamento dos diplomatas da época, não foram abordadas no livro de Rubens Ricupero, sobre a diplomacia na construção do Brasil. Sendo assim, existe um grande caminho a ser percorrido em relação à pesquisa da temática da diplomacia brasileira concernente aos anos posteriores à Guerra da Tríplice Aliança, até o início do Brasil República.

1.7 - A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E A POLÍTICA EXTERNA PARA O PRATA

O debate historiográfico em relação à questão platina evoluiu de forma ampla. No início, havia uma certa convicção de que todos os conflitos platinos eram resultado do imperialismo da Inglaterra, que não enxergava com bons olhos a cooperação dos Estados latino-americanos. Não obstante, a visão atual foi modificada por novos autores que contemplam a ideia de que os conflitos platinos fazem parte de uma sistemática regional, e não mais centrada nos valores europeus.

O debate inicia-se com Pandiá Calógeras afirmando que a fraqueza do Império Brasileiro, em relação às questões platinas, estava diretamente relacionada com a volta de d. João VI a Portugal. Desse modo, a região ficaria distante tanto do Rio de Janeiro, como de Lisboa, que para o autor, eram os centros de intervenção. Por conseguinte, o olhar de Calógeras também está direcionado à forças europeias, particularmente às inglesas, em relação à mediação inglesa nos conflitos platinos, que desencadeou na criação do Uruguai, como “um algodão entre cristais”, para que o comércio da região fosse preservado. Não obstante, a intervenção inglesa só foi possível, na visão do autor, devido à saída de d. João VI para Portugal, enfraquecendo os poderes do Império em relação à Bacia do Prata.

O autor Hélió Viana observa a questão platina como uma região influente, pois, durante a expansão napoleônica, poderia haver uma maior dominância, a partir da ocupação da França na Espanha, e assim, invadir a região das colônias espanholas na América do Sul. Ademais, a ideia da volta do Vice Reino do Prata, com Buenos Aires liderando a expansão dos territórios, como os do Alto Peru, do Paraguai e da Banda Oriental, mostrava-se como uma ameaça ao Império Brasileiro. Sendo assim, o autor prevê algumas sensibilidades em relação à conquista de territórios na região da Bacia do Prata, mas também mantém a coerência da época em afirmar que a Inglaterra era a grande mediadora da região, pois, tinha como objetivo manter os seus mercados consumidores vigentes.

O autor José Honório Rodrigues apresenta uma nova interpretação no que diz respeito à consolidação dos territórios da Bacia do Prata. Para ele, a grande ameaça consistia na solidificação do antigo Vice-Reino do Prata, o que alteraria o *status quo* na região. Dessa maneira, a união dos outros Estados platinos poderia ser feita de modo a prejudicar e enfraquecer o Império Brasileiro.

Um dos meios utilizados pelo Império para que a união do Vice-Reinado do Prata não ocorresse foi a partir da intervenção armada na guerra contra Rosas, na Batalha de Monte Caseros, além da intervenção diplomática no território das Missões. Sendo assim, Honório Rodrigues acreditava que os conflitos no Prata não estavam diretamente relacionados com as intervenções dos Estados europeus, mas sim, em um fortalecimento dos Estados da Bacia do Prata, que poderiam se unir e, ao aumentar seu território, ficarem mais fortes. Assim, indo contra os interesses do Império e desequilibrando o *status quo* da região.

O autor Francisco Doratioto também apresenta uma análise próxima a de José Honório Rodrigues, ao dizer que o Império Brasileiro tinha como objetivo a independência dos Estados platinos, visto que a anexação da Argentina sobre os territórios do Paraguai e do Uruguai poderia causar o bloqueio do acesso de territórios brasileiros que, na época, só era permitido o ingresso pela via fluvial, como era o caso do Mato Grosso.

Doratioto também não entende que os conflitos platinos eram resultado da intervenção inglesa para que mantivessem o domínio sobre o comércio da América

Latina, mas percebe que o maior problema argentino era a retomada dos territórios do Vice-Reino do Prata, que desestabilizaria o poder do Império Brasileiro. Para isso, o autor percebe que a postura do Império tinha um caráter mais defensivo do que ofensivo, pois o Brasil sentia-se ameaçado por um possível expansionismo, principalmente o argentino, que iria pressionar a monarquia a reduzir os seus limites fronteiriços.

O autor Synésio Sampaio não entra na temática de relacionar a situação dos conflitos no prata como reflexo de interferência da Inglaterra ou por uma postura ofensiva ou defensiva do Império Brasileiro. O olhar principal está em estabelecer os fatos de acordo com os acontecimentos temporais.

Luís Cláudio Villafañe apresenta um olhar de como os outros Estados enxergavam o Império Brasileiro. Sendo assim, os temas sobre a escravidão e a monarquia eram um grande empecilho para que as questões platinas fossem pacíficas. Não obstante, Villafañe também mostra em sua obra como o Império tinha uma postura defensiva, visto que os países vizinhos tinham uma ideia de aumentar os seus territórios, fazendo com que o Império Brasileiro necessitasse ter uma postura defensiva contra os possíveis ataques.

Diante da perspectiva dos autores estudados é relevante entender que há uma progressão no que concerne o entendimento sobre as questões platinas, as principais ameaças, tanto externas quanto internas, além da evolução da historiografia até os dias atuais.

Em relação ao período do pós guerra do Paraguai, ainda que alguns autores tenham explorado essa lacuna da história nacional, como o pesquisador Daniel Coronato, mostra-se ainda um processo incipiente na historiografia brasileira e que as pesquisas necessitam ser aprofundadas ainda mais nesse grande espaço temporal pouco explorado. Analisar esse período pelos ofícios dos diplomatas torna-se um recurso mais rico, visto que há uma percepção particular sobre a história a partir da visão desses profissionais.

Sendo assim, a dissertação abrange esse tipo de pesquisa: a de explorar a lacuna do período do pós guerra do Paraguai, a partir da visão da diplomacia brasileira pelo uso dos ofícios diplomáticos da Legação Brasileira em Buenos Aires.

CAPÍTULO 2 - A ARGENTINA APÓS A GUERRA DO PARAGUAI: POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DOMÉSTICA

O primeiro capítulo da presente dissertação foi baseado no debate histórico sobre os principais autores brasileiros que se dedicaram em aprofundar a temática do pós-Guerra do Paraguai e assim analisar as questões de política externa desse período no Brasil. O debate inicial é relevante para que, diante da perspectiva de autores brasileiros e de suas percepções concernentes ao Império, pudéssemos comparar com a história argentina e, assim, entender as particularidades, como também perceber as divergências ou convergências sobre a política externa do século XIX.

O segundo capítulo analisará o mesmo período temporal, mas utilizará como base o olhar das políticas externa e doméstica, da história argentina. A pesquisa buscará estudar os principais autores argentinos e brasileiros, que escreveram sobre a temática do período posterior à Guerra da Tríplice Aliança, como também contextualizar as questões sensíveis à época.

2.1 - O INTERVENCIONISMO NO PRATA

A região platina, durante o século XIX, foi cenário de impactantes conflitos, principalmente os relacionados às questões de limites fronteiriços. A Historiadora Gabriela Ferreira aborda as principais questões internas brasileiras, em relação aos partidos do Império e a sua relação com os conflitos no Prata, como também o olhar dos países vizinhos em relação à postura brasileira.

"De fato, se observarmos, por exemplo, os debates ocorridos no Parlamento e no Conselho de Estado desde a década de 1840 acerca da política do Brasil no Prata — entre “pacifistas” e intervencionistas — veremos que a clivagem partidária não era determinante. Havia pacifistas e intervencionistas nos dois grandes partidos. Assim, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão, duas figuras eminentes do partido Conservador, estavam em lados opostos nessa discussão.: o primeiro defendeu durante anos a neutralidade brasileira, e segundo foi um dos grandes advogados do intervencionismo no Prata. (FERREIRA, Gabriela Nunes. p. 138)"

Segundo a autora, na teoria, não havia divergências entre os partidos liberal e conservador em relação à política externa na região platina, contudo, a realidade transformada na metade do século XIX, principalmente durante a guerra da Tríplice Aliança, segmentou as posturas dos dois partidos.

Paulino José de Sousa Soares, integrando a pasta dos Negócios Estrangeiros, no ano de 1849, junto com os Saquaremas² Eusébio de Queirós, como ministro da Justiça e Joaquim José Rodrigues Torres, como ministro da Fazenda, serão parte da trindade que permanecerá por quase quatro anos seguidos. A partir desse ano, Paulino Soares, o Visconde do Uruguai, inicia um plano de ação no Rio da Prata.

“Ao assumir da pasta dos Negócios Estrangeiros, em outubro de 1849, no gabinete conservador presidido pelo visconde de Monte Alegre, deparou-se com alguns importantes desafios: a questão do tráfico de escravos, que expunha o País a forte pressão da Inglaterra; a demarcação definitiva das fronteiras externas do Brasil; e a situação política na região platina, dominada pelo poder do ditador argentino Juan Manuel de Rosas, ameaçando a segurança do Império e atravancando a resolução de questões importantes como a navegação dos rios da bacia platina e a definição dos limites com os vizinhos do Cone Sul. Quando deixou a pasta dos Estrangeiros, em outubro de 1853, todas essas questões estavam, em boa medida, encaminhadas.” (FERREIRA, Gabriela Nunes. p. 143 e 144)

A autora também aborda uma questão relevante em relação ao pensamento diplomático, exaltando o papel da elite imperial para formular tanto a política doméstica quanto a externa. Segundo Gabriela Ferreira, eram os mesmos políticos que articulavam a política interna e externa no Império Brasileiro, e assim, mostra-se uma continuidade de atuação desses articuladores nas decisões platinas. Outrossim, pode-se perceber o exíguo número de representantes políticos que faziam parte da pasta do governo imperial, transitando, dessa maneira, por diversos setores no Império.

“É interessante observar que, como o visconde do Uruguai, vários outros membros da elite política imperial exerceram papel importante nesta dupla dimensão: política interna e política externa. A relação entre esses dois terrenos de atuação política fica mais clara se lembrarmos que, geralmente, as mesmas cabeças pensavam nos dois.

² Mattos, Ilmar Rohloff. 1944. Saquaremas foi o nome que Ilmar de Mattos abordou em sua obra, ao falar dos políticos conservadores do Império. A célebre frase “não há nada tão parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, demonstra, a partir de uma ótica negativa, os partidos políticos no Brasil.(p.103)

Vejamos, por exemplo, os homens que estiveram ao lado do ministro dos Negócios Estrangeiros no planejamento e execução da política no Prata: Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês do Paraná), José Antônio Pimenta Bueno (visconde São Vicente), José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), Luís Alves de Lima e Silva (duque de Caxias); todos foram membros do Partido Conservador e tiveram destaque no campo da política interna."(FERREIRA, Gabriela Nunes. p. 144)

2.2 - HISTÓRIA DA ARGENTINA

Segundo Hilda Sabato (2016, p.17) a constituição da República Argentina foi marcada por conflitos. Inicialmente, a derrota de Juan Manoel de Rosas, na Batalha de Monte Caseros (1852), inicia um novo momento em que o governador de Entre Ríos, Justo José de Urquiza derruba o regime vigente, desde a década de 1830, e cria um novo momento: a secessão de Buenos Aires, como uma província autônoma das outras. A Batalha de Monte Caseros ocorreu quando Rosas declarou guerra ao Brasil. Assim, as províncias de Entre Ríos, Corrientes, Uruguai e o Império Brasileiro se juntaram contra as forças rosistas. Dessa forma, em 1852, ocorre a queda de Juan Manoel Rosas, no entanto, o unitarismo da Província de Buenos Aires não foi consolidado nesse momento.

A relação entre a queda de Rosas e a política imperial intervencionista na região platina, deve-se aos seguintes termos: o partido conservador brasileiro, que estava no poder, queria não somente a livre navegação no Prata, como também impedir a expansão da fronteira argentino-brasileira. Além disso, o comércio entre o Império e a República Argentina era um dos objetivos do Brasil. Segundo o historiador Francisco Doratioto(2002. p.28), havia uma possibilidade de agressão argentina que o Império gostaria de evitar. As lutas internas, tanto na Argentina quanto no Uruguai corroboraram para a ação brasileira no Prata. Diante dessas lutas, o Império Brasileiro apoiou a facção liberal, que era favorável ao comércio exterior e à livre navegação. Segundo o autor (2012), foi nesse contexto que se deu a aliança entre o governador da província de Entre Ríos, Justo Urquiza, que no momento em que Rosas foi derrotado, a Confederação Argentina ficou sob o domínio de Urquiza.

O autor Juan Carlos Garavaglia (2015, p.37) diz que a construção da Argentina Unitária iniciava-se com uma grande dificuldade: a aceitação de que a aduana de Buenos Aires não ficaria somente para esta província. As dívidas da confederação eram altíssimas e, no ano de 1861, chega a uma dívida equivalente a quase quatro anos de suas rendas, tomando como indicador a arrecadação do período de 1854 a 1860.

A questão da aduana portenha foi fortemente sensível, tendo em vista que o porto de Buenos Aires era o único autorizado a fazer o comércio exterior. Sendo assim, todos os bens importados e exportados, chegavam pelo porto de Buenos Aires e, por consequência, todo o lucro advindo dos impostos ficava retido na província portenha. Essa sensível questão foi um dos motivos dos embates entre unitaristas e federalistas argentinos, que perduraram quase um século para serem resolvidos.

A sensível questão referente à centralização de Buenos Aires, como província autônoma, não estava somente ligada às questões financeiras do porto. Buenos Aires era considerada central também para as questões políticas e sociais, visto que, pelo fato de Buenos Aires ser porto de entrada, todo o fluxo de bens, de pessoas e de capitais passavam pelo local. Assim, todo o grande encontro entre líderes, assinatura de tratados ou qualquer outra questão política, tinham como referência a província.

Para que fosse construída uma nação argentina, era necessária a formação de um corpo de oficiais leais à nação. Assim, um exército nacional foi uma das primeiras medidas tomadas após a Batalha de Pavón(1861), batalha essa ocorrida entre Bartolomeu Mitre e José Justo Urquiza, com a finalidade da incorporação de Buenos Aires ao território argentino unitário. Juan Carlos Garavaglia fala sobre esse processo de institucionalização das forças armadas argentinas e demonstra a evolução das forças armadas argentina.

“Y así fue como más de 180 oficiales de los cuerpos provinciales pasaron a formar parte del ejército de la Confederación y más tarde, de la nación. Por supuesto, el problema más complejo fue el de la organización de la Guarda Nacional en las provincias y las cifras de más de 120.000 hombres que estas deberían tener, fueron siempre ideales; (GARAVAGLIA, Juan Carlos. p. 44.)”

O papel dos militares para a consolidação de uma guarda nacional foi imprescindível para que o Estado argentino fosse unificado. Segundo Marcello Carmagnani(2000, p.83) três funções-chave foram preponderantes para o processo de construção do Estado: a construção do Estado em sentido estrito, com o controle dos elementos rivais e contrários às autoridades prevaletentes no interior do território; a condução da guerra, com a defesa e contra-ataque às forças rivais por fora do território; e a proteção do Estado, através do controle e ataque dos adversários e de seus aliados principais.

O debate entre unitaristas e federalistas permeia por quase toda a história da Argentina até a sua unificação, depois da Batalha de Pavón, de 1861. A historiadora Hilda Sabato (2016, p.30) discute a função do Pacto de San Nicolas, como instrumento inicial para organizar as estruturas administrativas argentinas. O Pacto de San Nicolas foi um importante documento legal para que pudesse entrar em vigência o Pacto Federal de 1831 e, assim, poder considerar a possibilidade de organizar a República como um Estado unificado.

Este pacto consistiu em um acordo formado entre as 13 províncias, das 14 existentes na Argentina. A única província que não concordou com o Pacto foi a de Buenos Aires. O objetivo principal foi o de criar bases para a organização estatal Argentina, sendo o pacto um instrumento necessário para a Constituição de 1853, que estabeleceu o direito de soberania de um governo central, com sede na cidade do Paraná.

A ideia de uma República unitária ainda não estava consolidada pela Argentina. Apesar de já obter o status de país independente, desde o nove de julho de 1816. A questão de Buenos Aires buscar o centralismo, por decisão de obter maior receita do porto, enquanto as regiões, como Entre Ríos e Corrientes, Salta e Córdoba, preferirem o federalismo, ampliava os conflitos internos e dissuadiam as opiniões de estabelecer uma só nação.

Juan Manoel de Rosas não era unanimidade na liderança Argentina. Internamente, sofria pressões de outras províncias, principalmente as de José Justo Urquiza, da Província de Entre Ríos, seu maior rival na disputa Argentina pela presidência.

“Internamente, também, o governo portenho vinha enfrentando dificuldades, com o descontentamento de governadores de províncias prejudicadas pela política centralizadora de Rosas. Dentre estes, destacava-se D. Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos. Havia, além disso, um grupo intelectual e politicamente bastante ativo de emigrados argentinos, inimigos de Rosas e ávidos por sua queda.” (FERREIRA, Gabriela Nunes. p.163)

A questão do não entendimento entre a província de Buenos Aires e as demais foi o ponto central da maioria dos conflitos internos argentinos. A resolução desse impasse foi feita posteriormente à Batalha de Pavón, no ano de 1861, mas que passou por um processo gradual de amadurecimento. Marcello Carmagnani(2000, p.86) aborda esse período antecedente da seguinte forma:

“Los contrastes originarios con Buenos Aires, derivados de la oposición de sus autoridades a aceptar la federalización de su territorio y a la amplia discrecionalidad otorgada al poder ejecutivo con respecto a la intervención federal en las provincias, se resolvieron en parte con las modificaciones introducidas unos años más tarde en la normativa constitucional. Sin embargo, la Constitución reformada de 1860 no constituyó un resultado puramente consensual: al contrario, fue el producto de la derrota que el ejército federal de Urquiza infligió a las fuerzas armadas de Buenos Aires en la batalla de Cepeda, que hizo posible el sucesivo Pacto de Unión Nacional, signado en San José de las Flores en 1859.(CARMAGNANI, Marcello. p 86).”

Independentemente dos governos que estavam no poder argentino, os conflitos internos continuaram. A Batalha de Pavón foi decisiva para unificar a província de Buenos Aires com as demais, mas as forças internas não se consolidaram em um ambiente pacífico e unificado. A ideia de unidade não estava firmada no pensamento argentino, e, por isso, os conflitos internos eram constantes.

2.3 A CONFEDERAÇÃO ARGENTINA E AS SUAS DUAS REPÚBLICAS

Segundo a autora Hilda Sabato(2016. p.45), baseada na Constituição de 1853, a Confederação Argentina organizou-se como república federal, reunindo treze das

quatorze províncias, porque Buenos Aires se separou das demais e funcionou como estado autônomo até 1860. Em todo o país realizavam-se eleições para integrar o poder executivo ao Congresso Nacional. O governo de Justo José de Urquiza instalou-se na cidade de Paraná, em Entre Ríos, declarada capital provisória. As autoridades buscaram criar mecanismos para definir uma nova soberania estatal, mas essa tentativa resultou em conflitos e favoreceu uma intensa dinamização da vida política.

Sendo assim, a província de Buenos Aires, desde o início da consolidação da Argentina como país independente, determinou os parâmetros para ser uma província autônoma, pois o seu porto era local de grande entrada e saída de mercadorias e, por consequência, de maior fluxo de capitais. Desse modo, Buenos Aires buscava o unitarismo enquanto as outras províncias preferiam o federalismo. Quando o poder executivo se fixou na cidade de Paraná, esta tornou-se o centro da Confederação e toda província foi federalizada(Hilda Sabato 2016. p.48).

Sábato diz que (2016. p.49 e 50) o governo de Urquiza e a federalização, e os impostos que eram inicialmente separados para cada província, tornaram-se únicos. Os ingressos de recursos vinham pela aduana. Desde as primeiras décadas do século XIX, a principal aduana era a de Buenos Aires, pelo fato de a maior parte do comércio internacional ser realizado pelo seu porto. A cessão do porto de Buenos Aires privava a federação do recebimento dos impostos desse porto e, como medida inicial da República, Urquiza fez a abertura dos rios à livre navegação por parte dos navios de outras nacionalidades.

A autora Hilda Sabato (2016. p.52) afirma que ao pensar nas relações exteriores, era preciso entender que a precariedade financeira da Confederação afetava sua posição em relação ao concerto internacional, principalmente diante da rivalidade com Buenos Aires. Desde a separação, os portenhos buscaram validar sua autonomia frente aos Estados europeus, aos Estados Unidos e aos países vizinhos. Essa autonomia de Buenos Aires era constantemente questionada por Urquiza, que sustentava a ideia de que a Confederação Argentina era única e, por isso, esforçava-se em conseguir o reconhecimento diplomático com a figura da Confederação.

A autora Hilda Sabato (2016, p.56) elenca os campos principais de ação destinados à afirmação de poder: as finanças públicas, a organização militar e o

reconhecimento internacional; e diz que estes tiveram poucos resultados no governo de Urquiza. Nos três planos, o governo desenvolveu políticas para construir a soberania nacional, em contraste com as tendências herdadas e com os interesses locais, marco de uma ameaça permanente de conflito armado com a rebelde Buenos Aires.

Desenvolver o sentido de nacionalidade argentina era um grande desafio para Justo José de Urquiza, visto que Buenos Aires portava-se como uma província descolada de toda as outras ao redor. Pode-se associar a ideia de Buenos Aires, com a de São Paulo, quando esta era grande produtora de café, entre o século XIX e XX, tornando-se eixo de riqueza no país. O seu porto era símbolo de riqueza e era essencial para a entrada e saída de bens do país, sendo assim, por muitos anos foi símbolo de conflito entre as províncias argentinas.

Urquiza, mesmo sabendo que Buenos Aires comportava-se como uma província *suis generis*, estava empenhado em criar instituições que legitimassem o sentido de união, como a criação de um sistema nacional dos correios, a nacionalização da Universidade de Córdoba e a fundação do museu de Ciências Naturais, assim como o desenho de uma política de fomento à imigração. A autora Hilda Sabato (2016. p.56) afirma a intenção de Justo José de Urquiza de consolidar o sentimento de unidade entre Buenos Aires e as demais províncias, exemplificando a partir da institucionalização implementada na sociedade.

As instabilidades nas províncias eram claras e, principalmente, a questão financeira era a que mais influenciava na opinião dos governadores, para solidificar uma Argentina unificada. A centralização de Buenos Aires desfalcava grande parte da arrecadação da Argentina, e ficava clara a necessidade da integração da mesma para que o país pudesse tornar-se uma nação economicamente forte e territorialmente consolidada.

Hilda Sabato (2016. p.65) disse que todas as províncias estavam escassas de recursos, assim como o governo nacional. Urquiza tinha como poder de barganha apenas prometer alguns fundos para atender à defesa das fronteiras, fundos estes que nunca chegavam a tempo e davam ensejo a reiterados protestos por parte dos governadores.

2.3.1 - O ESTADO DE BUENOS AIRES

A retirada do exército de Urquiza, em julho de 1853, confirmou a secessão de Buenos Aires, que se manteve como estado separado da Confederação por mais de dez anos. Segundo Hilda Sabato(2016 p.67), a província foi sustentada por uma vida política intensa, como também por um desenvolvimento devido às instituições estatais. A liderança liberal portenha se propôs a expandir sua influência sobre grupos aliados do interior opostos ao predomínio federal. Apesar da ruptura, os governos nacional e provincial não abandonaram as perspectivas de reunificação, e os métodos para resolver as questões internas variavam de negociações diretas até o enfrentamento armado.

Segundo a autora Hilda Sabato(2016), não havia uma pretensão para que Buenos Aires se mantivesse sozinho como província e distante de todas outras. Havia uma articulação entre Buenos Aires e os grupos do interior. Ambos os governos, o provincial e o nacional, tinham como o objetivo a reunificação. A grande disputa estava representada pelos governantes, que tinham divergências entre si e aumentavam o impasse para que uma solução fosse definida.

A autora Sabato(2016 p.68)entendia que a palavra-chave para Buenos Aires era a liberdade, que fora perdida diante da imposição rosista, e que, no momento, estava possivelmente ameaçada pela liderança de José Justo Urquiza e pela possibilidade concreta de ocupação da província por forças confederadas. Bartolomeu Mitre postulava, como princípio salvador, a liberdade absoluta, a todos e por todos. Mitre mostrou-se mais poderoso, diante de Urquiza, também pelo fato de comandar a província e o porto de Buenos Aires. Essa possibilidade fez com que Buenos Aires pudesse endividar-se ao fazer empréstimos internacionais, e ficar mais fortalecida contra intervenções internas ou possíveis ameaças externas.

Segundo Hilda Sabato(2016 p.78), as relações entre Buenos Aires e a Confederação do Paraná iniciaram a partir dos confrontos de seus exércitos entre 1859 e 1861. Nos anos anteriores, foram quatro as formas de lidar com o enfrentamento: a negociação entre os representantes dos governos, através de meios diplomáticos; por pressão indireta por meio de ações que afetavam a outra parte; pelo apoio ativo, endossado por grupos políticos contrários e pelo enfrentamento militar. Os mais

próximos de uma paz foram os tratados de dezembro de 1854 e janeiro de 1855, que estabeleceram um armistício baseado no reconhecimento do *status quo*. Um ano mais tarde, esses pactos foram revogados e terminaram com as execuções de Villamayor.

Existia uma pressão de unificação da província de Buenos Aires com as demais. Os grandes expoentes foram o General Urquiza, da Província de Entre Ríos, e Bartolomeu Mitre, de Buenos Aires. Em uma das cartas enviadas à Mitre, Domingo Faustino Sarmiento dizia o seguinte:

“Mi querido Coronel:

Tiéndole desde aquí la mano del amigo que dice: ¡bien! Nos ha dado un general; podemos dormir tranquilos estos diez años.

[...] No deje cicatrizar la herida de Pavón. Urquiza debe desaparecer de la escena, cueste lo que cueste. Southampton o la horca. ¡Qué daño nos han hecho los de caballería! Dorme un regimiento, no me desprecio como soldado. Valgo más que todos esos compadres que me prefieren.[...]

Un abrazo y resolución de acabar. Concluir la guerra empezada y no dejarla a mitad de camino, como hizo Urquiza al cabo de Cepeda”. (SABATO, Hilda. p. 89)

Essa carta foi escrita em 20 de setembro de 1861, logo após a Batalha de Pavón, que foi decisiva para consolidar a união das províncias argentinas e incorporar a província de Buenos Aires como estado consolidado da Argentina. Sarmiento, em sua carta, apoia claramente as atitudes de Mitre, e afirma que o mesmo mantenha-se no poder, ao dizer que Urquiza desaparecerá de cena em breve. Nessa batalha, Mitre torna-se vencedor, na disputa pelo domínio argentino com Urquiza, e assim, Bartolomeu Mitre consolida-se como presidente argentino.

Pelo olhar da política externa do período, a Batalha de Pavón mostra-se como um ponto de inflexão para os países do entorno regional. Segundo o historiador Francisco Doratioto(2002 p.473), a vitória de Bartolomeu Mitre sobre os federalistas, no ano de 1862, teve como consequência a apreensão nos países vizinhos. O Paraguai sentia-se ameaçado com a possível expansão argentina, e assim, iniciou um movimento de suporte paraguaio aos blancos, contra os colorados, no Uruguai. O governo paraguaio, ao apoiar os blancos, gerou uma união para que o Uruguai deixasse de ser dependente do Brasil e da Argentina. Os colorados eram aliados de Mitre e os pecuaristas brasileiros eram contra às políticas do partido blanco. Solano López

aproxima-se de Urquiza, que é o governador de Entre Ríos e opositor de Mitre, e ao tornar-se contrário aos desígnios de Mitre, torna-se uma ameaça à consolidação do Estado nacional argentino.

Mostra-se clara, a partir da descrição de Doratioto, a desconfiança dos países em torno da região platina, no período posterior à unificação argentina. Tanto o Brasil quanto a Argentina eram as grandes potências da América do Sul. Sendo assim, o expansionismo de ambos países trazia instabilidade para os países vizinhos, principalmente o Uruguai e o Paraguai. Assim, por uma questão de estratégia, o Paraguai aproxima-se do partido uruguaio blanco, a fim de enfraquecer o poderio de Mitre e fortificar o caudilho Justo Urquiza, da província de Entre Ríos.

2.3.2 - EM BUSCA DE UM ESTADO, OS AVANÇOS DOS LIBERAIS

Segundo a historiadora Hilda Sabato(2016 p.95), depois da Batalha de Pavón, a unificação da República Argentina tendeu a manter-se sob hegemonia de Buenos Aires. Os liberais influenciaram todo o país, com a exceção de Urquiza, que era o governador de Entre Ríos. Desse modo, os federalistas foram retirados do poder em todas as outras províncias e Bartolomeu Mitre foi eleito para a presidência, exercendo o cargo de Chefe do Executivo, entre 1862 até 1868. O grande desafio foi a criação das instituições, assim como a consolidação de um poder central.

Sabato (2016 p.117) diz que Depois da Batalha de Pavón, um grande desafio encontrado pela nova Argentina unificada era o de resolver a questão da Guarda Nacional. Em grande parte, essa guarda vinha de Buenos Aires e contava com mais de 10 mil homens. Mitre conseguiu controlar o interior, e em janeiro de 1864, criou um exército profissional permanente de 6 mil homens, divididos em seis regimentos de infantaria, oito de cavalaria, um de artilharia e os demais nas linhas fixas de fronteira e os batalhões de índios amigos.

A Batalha de Pavón fez parte de um início da consolidação da Argentina federalista das demais províncias, junto com a Argentina unitarista de Buenos Aires. A questão da formação da Guarda Nacional foi de grande importância, tanto para consolidar a unificação do país, como também para criar uma nova ideia de nação, que

viria a ser importante durante a guerra do Paraguai, que se iniciou, em 1864 para o Império Brasileiro, mas o marco da entrada argentina ocorreu, somente no ano posterior, em 1865.

Segundo a autora Hilda Sabato (2016 p.140), o cenário de instabilidade era constante. Havia discórdias entre os liberais e os federalistas. A queda do poder de Peñaloza — líder das guerras civis argentinas —, estreitou o poder liberal no interior, mas não significou o fim dos conflitos políticos. Em várias províncias, os federalistas se organizavam para intervir nas eleições. A autora mostra a grande instabilidade que permanecia entre os grupos liberais e federalistas. Ainda que a Batalha de Pavón tenha sido um marco na história argentina para consolidar a união das províncias, o cenário posterior ao conflito não foi de cordialidade.

Hilda Sabato(2016 p.141) afirma, que a maior complicação ocorreu entre o final do ano de 1865 e início de 1866, quando os conflitos internos somaram-se aos externos, diante da Guerra da Tríplice Aliança, entre Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai.

“[...] la oposición a la guerra reconocía diferentes ejes, pero los principales se centraban en la crítica a alianza con el Brasil imperial, monárquico y esclavócrata, que siempre había mostrado tendencias expansionistas; en la solidaridad con los vecinos paraguayos y en la desconfianza hacia el gobierno nacional encabezado por los liberales porteños. “(SABATO, Hilda. p. 170)

A temática do Brasil monárquico de regime escravocrata foi, durante a guerra da Tríplice Aliança, motivo de divergência entre os dois Estados. Além desses obstáculos, a visão argentina sobre o Império Brasileiro, como potência expansionista, desenvolveu barreiras que continuaram a ser questionadas, principalmente, após os acordos do pós guerra, que não foram firmados em conjunto, como acordado anteriormente durante a fase liberal do governo. Hilda Sabato expõe essa temática em seu livro, concordando com esse pensamento da época.

Não somente Hilda Sabato fala sobre a questão do Brasil escravocrata e monárquico como empecilho para que houvesse maior identidade e proximidade entre o Império Brasileiro e as repúblicas vizinhas da América do Sul. O Império era enxergado como uma ilha de costas para as repúblicas “hispano-hablantes”. A historiadora Maria

Lígia Prado confirma essa opinião, como pode ser observado no trecho abaixo: “[...] a cultura brasileira está profundamente marcada por uma tradição eurocêntrica, responsável, portanto, pelo fato do país estar de olhos postos na Europa e de costas para a América Latina.”(PRADO, Maria Lígia. p.128)

Prado (2011 p.130) fala sobre o pensamento de Sarmiento, que entendia a escravidão no Brasil como algo deforme ou degenerativo. Sendo assim, entende-se que o primeiro grande impasse, quase inquestionável e que gerava distância entre os dois Estados, era a escravidão. A segunda questão que separava o Império Brasileiro e a República Argentina era justamente o fato de o Brasil ser império, diante de uma América Latina que era por completa republicana.

Desse modo, os impasses entre a escravidão e a forma monárquica de governo distanciavam o Império Brasileiro dos demais países vizinhos, principalmente a Argentina, causando desconfiança e afastamento.

Segundo a autora Hilda Sabato(2016 p.174), o fim da guerra trouxe algumas consequências para a Argentina. A primeira, foi a falta de prestígio de Mitre por ter convertido a guerra em uma causa nacional, e assim ter perdido grande parte das receitas da nação. A segunda, foi o crescimento de sua instituição-chave, o exército, aumentando os quadros de militares e gerando um espírito de corpos entre deles. A terceira consequência foi a derrota total dos federalistas e também dos liberais mitristas que perderam o seu lugar e ficaram desprestigiados pela guerra.

A fragilidade de Mitre no poder era latente. Principalmente, pelo fato de que, após a Batalha de Pavón, a consolidação de Bartolomeu Mitre como presidente argentino não tenha impedido que as forças internas continuassem lutando entre si. Dessa maneira, o desprestígio de Mitre mostrou-se evidente, perdendo o seu lugar no poder, como também nas eleições de 1868, nas quais o seu candidato a sucessor, Rufino de Elizalde, perdeu para Domingo Sarmiento.

Mesmo com o fim da guerra, os resquícios do caudilhismo e das divisões regionais continuavam fortes. A intensa necessidade de manter-se no poder, gerava uma pressão das elites para que o sistema continuasse o mesmo. Viktor Izekhsohn aborda esse tema ao dizer que:“A unidade territorial argentina fora proclamada, mas sua existência de fato ainda era muito precária. O localismo resistiu à interferência do poder

central em questões específicas, particularmente no recrutamento de soldados dentre os clientes agregados dos caudilhos regionais”. (IZEKHSOHN, Viktor. p.367)

2.3.3 - POLÍTICA E POLÍTICOS ARGENTINOS

Grandes eram as disputas por poder, principalmente a partir da primeira eleição oficial, após a presidência de Bartolomeu Mitre. A guerra do Paraguai foi importante para a política argentina, e as principais forças federais e liberais mitristas debilitaram-se durante o conflito.

Para Hilda Sabato(2016. p.177) a fraqueza de Bartolomeu Mitre é expressa nas eleições seguintes, nas quais o candidato natural de Mitre, Rufino Elizalde, como Justo José de Urquiza, perdem as eleições para Domingo Sarmiento. Este que imprimiu em sua gestão um caráter reformista e centralizador distinto. Suas políticas estavam pautadas na consolidação do poder e da soberania estatal e também nos instrumentos destinados à modernização da sociedade.

Devido a não existir um mecanismo institucional formal, a eleição foi feita a partir de nomes possíveis que surgiam de diferentes cenários políticos e se difundiam publicamente, principalmente através da imprensa. No caso das eleições presidenciais, os eleitores escolhiam os seus candidatos por província e emitiam os seus votos ao presidente e ao vice. Depois, cada província enviava o resultado ao Congresso, que computava definitivamente esses números(SABATO, Hilda. 2016. p.178).

A pergunta central estava pautada na percepção de quem eram os principais candidatos, de quais partidos vinham e de onde se articulavam. Os principais candidatos mostrados pela literatura argentina eram José Justo de Urquiza, Rufino de Elizalde, Adolfo Alsina e Domingo Faustino Sarmiento.

Segundo a autora Hilda Sabato (2016. p.178), José de Urquiza era o único representante do federalismo e o que mantinha doses de poder político e prestígio. Os outros três representantes faziam parte do partido liberal. Rufino de Elizalde era o Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Mitre, e seu candidato de apoio à sucessão. Adolfo Alsina era chefe do autonomismo, governador de Buenos Aires e um homem forte da política provincial. E Sarmiento era um homem de reconhecida

trajetória intelectual e política, com uma personalidade controversa. A autora ressalta que Sarmiento não era integrante de nenhum partido e não exercia cargos de governo. Dessa maneira, pode-se entender que Sarmiento era o único candidato que não pertencia ao sistema político caudilhista, com remanescentes disputas entre o unitarismo e o federalismo. Além disso, a trajetória de Sarmiento como um “self-made man” também implicou positivamente em impulsionar a carreira e o prestígio político.

O resultado final foi a eleição de Sarmiento para presidente com Adolfo Alsina para vice-presidente durante os anos de 1868 até 1874. Sarmiento, portanto, era o presidente que estava governando o país durante o ano de 1872, período de estudo da pesquisa, em relação aos ofícios na Legação brasileira em Buenos Aires.

Um dado relevante para a autora Sabato(2016. p.181) estava no fato de que os chefes militares mostraram sua eficácia no plano eleitoral, e foi clara a preponderância dos líderes que comandavam o exército de linha e que haviam lutado durante a guerra da Tríplice Aliança. Estes funcionaram com autonomia no poder executivo nacional e intervieram nas províncias para dirimir os conflitos entre os setores que disputavam o poder.

Hilda Sabato(2016. p.182 e 183) aponta, brevemente, a história de Sarmiento. Este chegou à presidência com 57 anos de idade, vindo de uma família com poucos recursos. Sarmiento foi um “self-made man”, aquele que fez seu próprio êxito e fortuna, e essa característica tornou-se uma das suas principais atribuições conhecidas pela sociedade argentina. Sarmiento, por uma década, transitou entre a Argentina e o exílio no Chile, como também, em 1839, fundou o seu primeiro jornal, o *El Zonda*. Em 1855, Sarmiento retorna do Chile e muda-se para Buenos Aires, onde torna-se chefe do Departamento de Escolas da Província de Buenos Aires, membro da comissão revisora da constituição nacional e ministro de Governo e Relações Exteriores sob o mandato de Mitre. Quando Mitre chega à presidência, Sarmiento integra o exército combatente contra os federalistas do interior, torna-se governador da Província de San Juan e é ativamente parte da repressão contra Vicente Peñaloza.

Segundo a autora Hilda Sabato (2016 p. 184) a questão entre o federalismo e o centralismo perdurou por décadas, mesmo depois de 1861. Um grande exemplo dessa dicotomia estava relacionado ao poder das forças armadas. Para a autora, havia

diferentes formas de recrutamento, organização e controle das instituições que formavam a estrutura do exército nacional. O Exército de Linha e a Guarda Nacional impediram o poder central de obter o monopólio da força e ao mesmo tempo permitiram que as províncias defendessem e mantivessem importantes doses de autonomia.

Sarmiento tinha como um dos objetivos do seu governo integrar os federalistas com os centralistas. A ideia de nação Argentina estava sendo construída a partir de medidas tomadas em seu governo em favor do Estado nacional. Como mestre, Sarmiento utilizava-se da ampliação do conhecimento como forma de aumentar a integração entre os argentinos.

“En los Estados Unidos, Sarmiento había visto con admiración que las novedades impulsadas por una educación que a la vez generaba aspiraciones de bienestar y superación en la mayoría de la población eran el factor decisivo para la integración de un mercado nacional, que ponía a ese país a la vanguardia del cambio social y el progreso económico. Estaba convencido de que el estado argentino debía actuar en una dirección semejante, para provocar los cambios que consideraba indispensables en la sociedad que ahora le tocaba presidir.” (SABATO, Hilda. p. 185).

Em relação à questão militar argentina, mostra-se, diante desse cenário de disputas, a clara a necessidade de apaziguamento no território argentino. Era preciso que a Argentina se estabilizasse para que a confiança dos Estados limítrofes e a internacional fossem contempladas e, dessa maneira, a Argentina pudesse desenhar as suas prioridades nas políticas doméstica e internacional.

“Uno de los mayores obstáculos a la consolidación de la unidad nacional, la oposición de Buenos Aires, fue neutralizado temporalmente por otro episodio de tipo militar: la victoria de Mitre en la batalla de Pavón(1861), que determinó en la provincia la superioridad de la corriente favorable de la cooptación bonaerense en la federación. (CARMAGNANI, Marcello. p 91)”

Carmagnani aborda o tema de um fortalecimento argentino, após a eleição de Mitre para a presidência, mas, mesmo assim, não foi o suficiente para resolver os conflitos internos. Desse modo, a questão de unificar Buenos Aires como parte de toda a

Argentina, não havia sido eficaz. O autor diz o seguinte: “La elección de Mitre a la presidencia de la república(1862-1868) fortaleció aún más dicha corriente, pero no logró crear un consenso suficiente para vencer las resistencias en contra de la conversión de la ciudad de Buenos Aires en el distrito federal del nuevo Estado.” (CARMAGNANI, Marcello. p. 91)

Para que houvesse o cessar dos conflitos internos era necessário haver legitimidade do governo no poder. A criação das instituições, como a guarda nacional, representou o fortalecimento do poder central diante das adversidades internas. Não obstante, o envolvimento em uma guerra internacional, como o que ocorreu durante a Guerra da Tríplice Aliança foi de ampla importância para garantir o sentimento de pertencimento à nação argentina e consolidação de uma unidade.

“Los acontecimientos internos durante la guerra de Paraguay, entre 1865 y 1868, contribuyeron a evidenciar tanto el problema del control federal sobre los instrumentos de coerción violenta, como la falta de articulación y unidad de los actores políticos que constituyeron nominalmente la nueva federación a partir de 1853. El conflicto paraguayo representó el único suceso bélico internacional relevante en que participaron las fuerzas armadas argentinas antes de 1880 (CARMAGNANI, Marcello.p.89)“

A questão de o único sucesso bélico argentino ter sido a Guerra da Tríplice Aliança, que tinha como aliados o Brasil e o Uruguai, demonstra a fragilidade das forças armadas argentinas e a capacidade de guerrear. O novo aparelhamento militar no país, inicia-se, somente quando Domingo Faustino Sarmiento entra no poder(1868-1874), como Jorge Bergallo afirma em seu livro sobre as forças navais no país.

“El primer estadista argentino en implementar una verdadera política con respecto a los armamentos navales y su potencial empleo fue el presidente Sarmiento. Política emanada de una elaborada concepción estratégica que, aunque no fue volcada a un único documento que permitiera darla a conocer en aquellos tiempos y estudiarla por algún exegeta con el suceder de la historia, puede ser descubierta con el profundo análisis de sus escritos – privados y oficiales.” (BERGALLO, Jorge. p. 66)

Uma possível futura guerra ofensiva entre Brasil e Argentina não era cogitada pelo Império Brasileiro, no entanto, o Brasil entendia que um ataque argentino poderia ser viável. A literatura brasileira não questionava essa possibilidade, principalmente depois dos grandes dispêndios econômicos e humanos durante a Guerra da Tríplice Aliança. Essa questão, no entanto, era cogitada pela Argentina, e diversos autores endossam esse pensamento, como o militar Jorge Bergallo:

“El lugar donde aplicar el mayor esfuerzo defensivo estaba perfectamente claro que debía ser el Río de la Plata. El marco externo mostraba serias amenazas de enfrentamiento con Chile y con Brasil. Y este último en particular tenía sobrada capacidad para bloquear y bombardear la capital argentina. (BERGALLO, Jorge. p. 144)”

O fato de o Império ter assinado, bilateralmente, o Tratado Loizaga-Cotegipe(1872), como também de ter mantido as tropas em território paraguaio até o ano 1876, demonstrou a força do Brasil. Outrossim, a Argentina era mais fraca em relação ao equipamento militar e naval brasileiro. Dessa maneira, as evidências da fraqueza militar argentina, juntamente com as atitudes do Império Brasileiro, indicavam uma possibilidade de intervenção, caso o Império assim o determinasse.

“En efecto, la conclusión de la guerra de las <<montoneras>> en 1870, dejó el paso a una nueva serie de insurrecciones internas, esta vez al mando del caudillo de Entre Ríos, López Jordán, que se prolongaron – ellas también con discontinuidad – hasta 1876. Al mismo tiempo, la provincia de Buenos Aires, bajo la dirección de Bartolomé Mitre, llevaba a cabo un ulterior enfrentamiento militar con la federación, en 1874; mientras que seis años después. Todavía Buenos Aires – esta vez por iniciativa del gobernador de la provincia, Carlos Tejedor - involucró al ejército federal en un enésimo enfrentamiento bélico, con éxito incierto hasta sus fases finales (CARMAGNANI, Marcello.p. 90)”

Segundo Marcello Carmagnani(2000, p.94), as novas instituições e os atores civis e militares da sociedade precisavam ter legitimidade na Argentina. No entanto, três foram os grandes conflitos internos em que o poder federal necessitou intervir e mostrar a sua força como poder legítimo: a derrota da cavalaria de López Jordán, caudilho de Entre Ríos, levada até o fim pelo presidente Sarmiento, em 1870; a repressão de Mitre e das forças armadas de Buenos Aires por parte do presidente Avellaneda, em 1874 e, por

última vez; a derrota do exército de Buenos Aires, sendo mandada por Carlos Tejedor, por tropas federais, no ano de 1880. Desse modo, o autor reafirma os conflitos internos, que possibilitaram a intervenção argentina e, como consequência, a consolidação das instituições, principalmente as das forças armadas.

A consolidação das instituições fazia parte da estratégia argentina de unidade. Somente um Estado forte internamente poderia ser capaz de iniciar um processo de desenvolvimento econômico em busca de progresso para a nação. Os sucessivos conflitos internos resultavam em gastos que não remetiam à prosperidade da nação. E, somente, após o fim dos conflitos, a Argentina consegue determinar suas políticas doméstica e externa como prioritárias. A partir dos anos 1880, o cenário interno argentino se consolida, como Marcello Carmagnani assim o ratifica.

“La derrota militar de la milicia de Buenos Aires determinó la afirmación de la superioridad coactiva del Estado, pero no el fin de la función interna de los militares argentinos. A pesar de la relativa estabilidad que se consiguió durante los años ochenta, el definitivo ajuste del nuevo orden implicó la realización de seis intervenciones federales en las provincias, con una frecuencia decreciente a lo largo de aquella década.” (CARMAGNANI, Marcello. p. 97 e 98).

Segundo Carmagnani, a Campanha do Deserto, iniciada na década de 1870, foi um projeto feito com a liderança de Julio Roca, de suma importância para a população argentina e para a continuidade do processo de consolidação da noção de povo. A campanha tinha como o principal objetivo ocupar a região da Patagônia. Apesar de ela ter exterminado grande parte do povo indígena da região, a campanha foi importante para garantir a sensação de pertencimento da população, como nacionais argentinos e, não mais, como nacionais de determinada província. Dessa maneira, a Campanha fez parte de um processo de fim dos grandes conflitos internos entre os unitaristas de Buenos Aires e os federalistas das demais províncias argentinas. A condução do general Julio Roca, durante a campanha, aumentou sua popularidade, nos anos de 1880 até 1886. Este presidiu como líder argentino, em um cenário de poucos conflitos internos. O autor Marcello Carmagnani diz o seguinte:

“El proyecto de más amplio alcance al respecto fue la llamada segunda campaña del desierto, que arrancó en 1876 con una primera expedición preliminar y concluyó en 1879 con la incorporación de alrededor de 48.000 kilómetros cuadrado de territorio.” (CARMAGNANI, Marcello. p. 99).

Marcello Carmagnani(2000. p.101) afirma que a Campanha do Deserto, como também outras operações militares, mostra o peso dessa instituição para a formação do Estado nacional argentino. O general Roca, quando assume a liderança argentina, logo após a derrota de Carlos Tejedor, em 1880, afirma que o exército e as comunicações eram as principais prioridades do governo. Assim, Roca manteve a continuidade do projeto liberal de crescimento econômico, junto com as forças armadas. Não obstante, a prioridade pela consolidação das forças armadas era evidente, visto que Julio Roca era militar. No entanto, impulsionar as comunicações sociais reafirma a centralidade que a imprensa tinha na época, como também as novas formas de comunicação, como o telégrafo, que tinha sido recém inaugurado na América.

2.4 - A IMPRENSA COMO ARTICULADORA DA POLÍTICA INTERNA

A imprensa foi, claramente, um dos maiores e importantes meios de articulação da política interna. As elites faziam parte da elaboração dos jornais, como também era essa exígua classe que tinha a possibilidade de comprar os periódicos. Os principais políticos do século XIX possuíam um jornal de produção própria ou articulavam-se com os donos de outros jornais, a depender dos objetivos.

“Y la prensa fue para ellos, sin duda, un instrumento clave de intervención pública: el 1º de abril aparecieron por primera vez *Los Debates*, dirigido por Bartolomé Mitre, joven y ascendente figura del porteñismo, y *El Progreso*, portavoz del grupo más cercano a Urquiza. Un mes más tarde, Dalmacio Vélez Sarsfield, ex funcionario de Rosas y ahora afín a los porteñistas, creó *El Nacional*”.(SABATO, Hilda. p. 28 e 29).

A imprensa, como afirma Hilda Sabato, foi um dos instrumentos-chave da intervenção pública argentina. Ela era considerada articuladora da opinião pública, como também de partidos políticos. Sendo assim, cada jornal possuía seus interesses e

publicava suas matérias de forma a fazer política e de persuadir a população. A opinião pública era de grande valia para legitimar o governo vigente. Desse modo, a imprensa servia como um pilar para ajudar ou prejudicar o governo, a depender dos interesses momentâneos.

“Este entusiasmo por publicar se vinculaba con el lugar que los diarios ocupaban en la política, ya desde las primeras décadas del siglo XIX, pues se consideraban como órganos de expresión de la opinión pública. En la medida en que la soberanía popular constituyó el principio sobre el que se fundaba la legitimidad del poder político, la opinión del pueblo se convirtió en un dato ineludible para la legitimación de ese poder (SABATO, Hilda. p 29).”

“La prensa se erigió en representación de esa voz, que pronto estalló en diversas voces. Desde la década de 1810, hubo prensa oficial, paraoficial y opositora, siempre muy ligadas a las elites políticas y letradas en sus diversas manifestaciones. El régimen rosista puso particular énfasis en desarrollar su propia prensa, mientras censuraba toda expresión de oposición. Al caer Rosas, cayó también la censura previa, y los diferentes grupos políticos crearon, muy rápidamente sus propios medios de difusión (SABATO, Hilda. p 29).”

As análises políticas contidas nos ofícios da legação brasileira em Buenos Aires, no ano de 1872, foram, majoritariamente, feitas a partir do conteúdo dos jornais que estavam sendo produzidos na época. A diversidade da imprensa gerava muitas opiniões, não obstante, mostrava-se de forma clara quem conduzia os jornais e quais eram as suas intenções a favor ou contra o governo vigente. Sendo assim, a ideia de imparcialidade da imprensa, que ocorre atualmente, não existia. Tornando, desse modo, as análises da época mais claras.

“Cada uno de esos órganos sirvió tanto para poner en circulación las ideas del sector respectivo como para intervenir en el debate público y actuar en las disputas políticas. Eran los mismos dirigentes quienes escribían muchas de las notas y los que supervisaban la orientación del periódico que los representaba. (SABATO, Hilda. p 29).”

Segundo a análise de Hilda Sabato, os mesmos servidores que atuavam energicamente na publicação de notícias dos jornais, estavam envolvidos com a política. O debate público tornava-se algo sem distinção, visto que a imprensa corroborava a política e, em muitas situações, os atores eram os mesmos.

Segundo Hilda Sabato (2016. p.71), o principal local de expressão da “opinião pública” foi Buenos Aires. Ainda que mais conflitiva do que em outras províncias, a imprensa continuou ocupando um lugar central no cenário portenho, depois da Batalha de Caseros, de 1852. Assim, a imprensa seguiu sendo um instrumento de diferentes grupos políticos, com espaço de debate e de confrontação, sendo um ator fundamental na disputa política.

Depois da Batalha de Pavón, de 1861, a imprensa e a política ficaram ainda mais conectadas. Segundo Hilda Sabato(2016. p. 126), a questão da opinião pública firmou-se como forma de legitimidade de poder, ainda que a autonomia das instituições variassem entre as regiões. A mais importante forma de influenciar continuou sendo a imprensa, que foi mais expressiva em Buenos Aires e que também influenciava as outras províncias. Os periódicos mais importantes foram o "La Tribuna", criado em 1853 e de filiação autônoma; o "El Nacional", de 1852 a 1893; a “La Nación Argentina”, fundada pelo general Bartolomeu Mitre, em 1862, e substituído em 1870 pelo “La Nación”; “La República”, de 1867 a 1888; "El Mosquito", com um enfoque satírico, de 1863 a 1893; e o “El Pueblo”, de 1864 a 1868, entre outros publicados em Buenos Aires.

A questão da utilização da imprensa para articular-se na política era muito usada no período estudado. A livre exposição sobre os donos dos jornais e as suas opiniões tornavam-se claras em relação à posição de influência política que cada um escolheria articular. Desse modo, cada diário criava uma comunidade de leitores, reforçando uma identidade política, intervindo diretamente na disputa política, porque promovia candidatos, criava intrigas, organizava mobilizações e contribuía para colocar a política na cena pública.

O autor Ernesto Picco(2018), complementa as ideias de Hilda Sabato em relação à imprensa argentina, durante o século XIX. Segundo ele, todas as províncias tinham seus jornais de circulação, no entanto, os de Buenos Aires eram os que mais

tinham destaque, podendo inclusive estabelecer como parâmetro e ter como central os seus periódicos. A imprensa, segundo Picco(2018. p.11), pode ser definida em três objetivos principais: inovação tecnológica, objeto cultural e atividade social, exercida por militares, políticos, escritores e intelectuais.

Para Ernesto Picco(2018), os jornais tinham funções além das de promover interesses políticos na sociedade argentina, contemplando outros objetivos, como os de ser um meio de atividade social e objeto cultural. Ademais, a distinção entre as temáticas dos jornais de Buenos Aires com os de outras províncias, por vezes, não mantinham um padrão, demonstrando a grande heterogeneidade, e assim, exemplificando a dificuldade em que a Argentina enfrentou para que fosse um Estado centralizado.

Desde as suas origens, o jornalismo teve como um dos objetivos dirimir as divergências políticas de cada localidade, e é nessa convergência de ideias que Hilda Sabato e Ernesto Picco “dialogam” entre os seus textos. O uso da imprensa como forma de articular a sociedade frente à política, fez parte de todo o século XIX, na Argentina, em que os meios de comunicação se misturavam com os meios políticos. Sendo assim, é necessário que a análise desses dois pontos seja sempre feita de forma a observar como os meios políticos articulavam os jornais, e como o inverso da análise também ocorria. Dessa maneira, Ernesto Picco(2018. p. 15) fala sobre a visão da imprensa e como, no primeiro terço do século XIX, a imprensa argentina começou a aparecer como uma inovação imprescindível para os caudilhos militares, governadores e para as distintas facções que se iniciavam na arena política local.

2.5 – FEBRE AMARELA

A Febre Amarela era um sério problema que assolava a América do Sul. Durante a análise dos ofícios da legação brasileira em Buenos Aires, enviados para o Império Brasileiro, a temática da doença vinha sempre à tona. As quarentenas eram feitas no porto de Buenos Aires, visto que na época não se sabiam quais motivos causavam a doença. Logo, o isolamento fora elencado como o principal método efetivo para controlar a febre.

“El gobierno argentino había ganado la guerra contra Paraguay, pero la euforia bélica de los inicios de la guerra había sido reemplazada en la culminación de la misma por un clima de inquietud acerca del sentido de una guerra que había exterminado a tantas personas, generado una enorme deuda financiera, y traído a territorio argentino desde los esteros paraguayos las epidemias de cólera y fiebre amarilla que estaban causando estragos, una de cuyas víctimas fue el propio vicepresidente del gobierno de Mitre, Marcos Paz.”(CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. Tomo VI, Cap. 31)

No ano de 1872, a Argentina fazia parte da segunda onda de febre amarela, dentro de uma crise contínua política de instabilidade nas províncias. Maximiliano Fiquepron aborda esse tema no trecho abaixo:

“Entre los años de 1856 y 1886, la República Argentina debió enfrentar el arribo frecuente de enfermedades consideradas letales para la época: el cólera y la fiebre amarilla. Particularmente en su segunda oleada (entre 1867 y 1873), su aparición acentuó el complejo escenario de crisis política y social de esos años. El cólera del verano de 1868 no solo se extendió por toda la campaña bonaerense y en diez de las catorce provincias, sino que también produjo la muerte del vicepresidente de la nación, Marcos Paz, quien, por entonces, debido a la ausencia del presidente Bartolomé Mitre por la Guerra del Paraguay, se encontraba a cargo del Poder Ejecutivo.(FIQUEPRON, Maximiliano p.1.)”

Segundo Maximiliano Fiquepron(2017), o período entre 1867 e 1873 foi retratado como uma temporalidade de contínuo perigo. Em grande parte, o cenário epidêmico de febre amarela foi consequência da frente de guerra aberta com o Paraguai, como também da quarta pandemia de cólera mundial. Buenos Aires, principalmente, foi vista em um período de grave crise demográfica e institucional.

Além da circunstância da febre amarela e do cólera, havia a desinformação das autoridades quanto à dissipação da doença. Como forma de retardar a propagação, eram feitas quarentenas dentro dos navios, no porto de Buenos Aires e também em outros postos. Visto que a febre amarela e o cólera não eram exclusividade argentina, as quarentenas eram necessárias para que, desse modo, houvesse uma queda da contaminação.

Fazendo um paralelo com o cenário atual, do ano de 2020, em relação à situação do COVID-19, há também, principalmente no início da pandemia, uma falta de informação sobre as formas de contágio do vírus com a população. A medida tomada, por uma grande quantidade de países e recomendada pela Organização Mundial da Saúde foi a de manter a população em quarentena para que não houvesse a ampliação de contágio e, conseqüentemente, de mortes por conta da doença. No entanto, sem saber a forma de cura, a quarentena tem sido uma das medidas mais eficazes para a contenção do COVID-19.

Sendo assim, mostra-se erro grave o anacronismo ao julgar as lideranças da época por terem estabelecido as quarentenas nos portos, sabendo-se que o contágio é feito pelo mosquito e que as quarentenas não necessariamente seriam eficazes. Da mesma forma que, em um período futuro, um cientista social não poderá fazer um julgamento de valor quanto ao cenário atual, se uma nova forma de conter o COVID-19 for encontrada.

2.6 - GUERRA E PÓS GUERRA

O período em debate é dedicado ao pós-guerra da Tríplice Aliança, especialmente ao ano de 1872. No entanto, a contextualização da política interna faz-se necessária para que o entendimento dos conflitos que estavam ocorrendo no período sejam mais claros, e assim possam ser compreendidos com mais facilidade.

Roberto Etchepareborda fala sobre a chancelaria argentina, mais especificamente sobre Mariano Varela, que foi ministro das Relações Exteriores durante parte do governo de Domingo Sarmiento.

“Al frente de nuestra cancellería se halla un impetuoso político, Mariano Varela, vocero del autonomismo triunfante en los últimos comicios presidenciales sobre el mitrismo. En prosecución de una política distinta, avanzará una nueva fórmula: “La victoria no da derechos a las naciones aliadas para declarar por sí, límite suyos los que el tratado señala”(ETCHEPAREBORDA, Roberto. p.30)”

Claramente, a posição de Mariano Varela ia contra os princípios do tratado Loizaga-Cotegipe, firmado em 1872. Carlos Tejedor era o ministro das Relações

Exteriores, em 1872, no entanto, pode-se perceber que já havia uma não aceitação da execução desse tratado de seu antecessor, Mariano Varela. Não somente pelo fato de a execução do Tratado ter sido feita em separado, com o Brasil e o Paraguai, mas por definir limites com os quais a Argentina não considerava justa. A imposição brasileira dava contornos imperialistas e de uso da força do país para impor uma situação de desvantagem para as ambições argentinas. Sendo assim, havia divergências entre as chancelarias argentina e brasileira, e um grande ímpeto dos argentinos em definir os seus limites como anteriormente desejados, em relação ao território do Chaco Paraguai.

Em contraste com a opinião de Etcheparebora, tem-se a discussão de Cisneros e Escudé, entendendo a política de Mariano Varela, em relação ao Brasil, como débil. Por isso, a consequência do Tratado Loizaga-Cotegipe foi o acordo, somente, entre Brasil e Paraguai, deixando a Argentina de fora das tratativas. A alteração de Ministros das Relações Exteriores, durante o governo Sarmiento — de Varela para Carlos Tejedor — justifica o pensamento de fraqueza do ministro e, assim, a tentativa de mudança na política externa argentina.

“En la visión de Cárcano, la política de Sarmiento y su canciller Varela de despreciar la alianza con Brasil a través de la fórmula "la victoria no da derechos", es percibida como un grave error, sólo parcialmente compensado por la renuncia del canciller y su reemplazo por Tejedor. A pesar de los valiosos esfuerzos del nuevo canciller, la política mitrista del tratado de la Triple Alianza no pudo ser resucitada, "herida de muerte en protocolos irreparables". La diplomacia brasileña en virtud de la torpeza del canciller Varela pasó a convertirse en enemiga. En palabras de Cárcano, con la llegada de Tejedor a la cancillería argentina, Sarmiento corrigió el "extravío" de la Doctrina Varela, "pero ya no puede librar al país de las consecuencias ni salvar la responsabilidad de su gobierno”.”(CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. Tomo VI, Cap. 34)

Segundo Hilda Sabato (2016, p.131), a afirmação dos liberais no governo nacional, a partir de 1862, não significou o fim dos conflitos por poder. Em várias províncias os federalistas levantaram em armas para impugnar o centralismo estatal, e, em geral, foram impulsionados pelo exército de linha e pelas guardas nacionais das províncias ao oficialismo. Entre os liberais ocorreram disputas e segmentação, mas

nesse contexto de enfrentamentos políticos, desatou-se uma nova guerra, a da Tríplice Aliança, com Argentina, Brasil e Uruguai, contra o Paraguai. Um dos mais trágicos episódios da história latino americana.

Para Francisco Doratioto, o ano de 1862, anterior à guerra da Tríplice Aliança foi decisivo para a Argentina. Além disso, mostra-se que a eclosão da guerra teve como os principais atores as elites interconectadas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, com o intuito principal de aumentar os territórios, principalmente no caso argentino, que estimava que a guerra fosse curta e com vitória fácil, ao apoiar o Brasil.

“[...] no ano de 1862 ocorreu um outro acontecimento de capital importância para o quadro platino: o surgimento da República Argentina.[...] A vitória de Mitre sobre os federalistas das províncias argentinas causou apreensão nos países vizinhos menores. O Paraguai temia ser vítima do expansionismo do governo da República Argentina, o qual, no Uruguai, passou a apoiar, ainda que não abertamente, a rebelião armada da oposição colorada contra os governantes blancos. Estes obtiveram a simpatia do governo paraguaio, do qual se aproximaram para obter respaldo para tirar o Uruguai da situação de dependência de seus dois poderosos vizinhos, e de setores internos argentinos que se opunham ao presidente Mitre. (DORATIOTO, Francisco. p. 473)”

Hilda Sabato(2016, pg.132) diz que a subordinação do poder central, durante a gestão de Mitre, havia logrado êxito por uma combinação de repressão, negociação e alianças com diversos grupos políticos. A imposição dos liberais, no entanto, na maioria das províncias não resistiu ao embate das disputas internas entre os governadores e nem da impugnação dos federalistas marginalizados pelo poder, a exceção de Entre Ríos, na qual Urquiza exerceu seu domínio.

Ademais, as disputas ainda eram fortes entre os liberais e os federalistas nas províncias argentinas. Segundo a autora Hilda Sabato(2016, p.140), o governo central de Mitre levou adiante a política de imposição de predomínio dos liberais, e que para ele, não duvidou em recorrer às armas para eliminar os federalistas que ofereciam resistência à vontade de unificar. Ao mesmo tempo, tentava-se dar uma forma a uma nova legalidade fundada na subordinação do poder central, do Estado e de suas

instituições. Como consequência, buscou eliminar traços de autonomia dos seus próprios partidários.

As disputas mais violentas dos anos de 1864 e de 1865 tiveram lugar dentro do grupo dos liberais. Segundo a autora Hilda Sabato(2016, p.140), em Catamarca, Salta, Córdoba e La Rioja, a rivalidade transcendeu os âmbitos das eleições, dos debates legislativos e da imprensa, para envolver ações armadas que mobilizaram setores da Guarda Nacional e de milícias de um ou outro grupo.

Antes do início da Guerra da Tríplice Aliança, tanto na Argentina quanto no Brasil, havia o domínio dos liberais no poder, o que os aproximavam politicamente. Depois do início da guerra, os conservadores voltam a liderar e, dessa forma, as desconfianças entre as duas nações retomam. Desse modo, Maximiliano Zuccarino fala sobre esse predomínio dos liberais, tanto no Brasil quanto na Argentina.

“Como se ha dicho, durante el predominio de los liberales tanto en Argentina como en Brasil(1862-1868) tuvo lugar un periodo de acercamiento entre ambos países que condujo, entre otras cosas, a la firma del pacto de la Triple Alianza contra el Paraguay.[...] al reasumir los conservadores el poder en Brasil y llegar Sarmiento a la presidencia argentina, volvió a aflorar la desconfianza mutua, y ello se hizo evidente en las negociaciones por la paz una vez concluida la Guerra del Paraguay.” (ZUCCARINO, Maximiliano. p. 8)

2.7 - CONCLUSÕES DA GUERRA DO PARAGUAI PARA AS RELAÇÕES ARGENTINAS COM O BRASIL

A guerra do Paraguai gerou novas dinâmicas para a sociedade brasileira, como um exército mais forte, limites territoriais consolidados e uma monarquia debilitada. O exército oficial, que lutou durante o conflito trouxe mais segurança e orgulho para população. Os tratados de limites, como o Loizaga-Cotegipe, de 1872, consolidaram a prevenção de que a Argentina ampliase os seus territórios de acordo com os limites ditados durante o Vice-Reinado do Prata, de 1776. A contrapartida dos resultados posteriores ao fim do conflito foi a de uma monarquia mais debilitada e com baixa legitimidade da população, como também de um poder religioso enfraquecido. Desse

modo, os contornos desencadeados no pós-guerra da Tríplice Aliança, revelariam um país modificado e em constante mudança.

Segundo o historiador Francisco Doratioto(2002, p.471) eram três os principais objetivos do Brasil em relação ao fim da guerra do Paraguai. O primeiro era o estabelecimento da livre-navegação do Rio Paraguai, para garantir o acesso marítimo-fluvial com o Mato Grosso e com todo o Brasil. O segundo principal objetivo foi estabelecer um tratado de limites com o Paraguai, com os mesmos contornos do período colonial. E o terceiro, não menos importante, foi o de conter a influência argentina sobre o Paraguai, visto que Buenos Aires tinha como pretensão, ampliar o seu território do antigo vice-reino do Prata, ao incorporar o Paraguai.

É de grande importância salientar que o pensamento do historiador leva em consideração suas pesquisas e convicções em relação à expansão Argentina. Alguns pensadores portenhos não compactuam na totalidade com a análise de Francisco Doratioto e, muitos acusam o Brasil como potência expansionista na região sul americana.

Sendo assim, o historiador Francisco Doratioto diz o seguinte: “Terminada a guerra, a política do governo imperial, sob o controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança”.(DORATIOTO, Francisco. p. 481)

A ideia de que o Império Brasileiro era expansionista, conduz grande parte do pensamento argentino durante o século XIX. Cisneros e Escudé falam sobre esse expansionismo, ao referenciar o também historiador argentino Roberto Echepareborda. A relevância da citação está em perceber a convergência dos pensadores argentinos em compreender o Brasil como um império forte e com a grande intenção de ampliar os seus territórios.

“La diferencia de las autoridades de Buenos Aires, Etchepareborda sostiene que las de Río de Janeiro poseen "una sola conducción política" y "un solo proyecto de engrandecimiento", con objetivos de política exterior "claros y definidos". No obstante estas críticas a la política exterior de Sarmiento, Etchepareborda rescata la política armamentista del presidente Sarmiento, calificándola como un ejemplo de "clarividencia política", "ya que de seguro

logró impedir la concreción de los planes imperiales". (ETCHEPAREBORDA, Roberto. apud. CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. Tomo VI, Cap. 34)

O temor da diplomacia brasileira era o de que a Argentina mantivesse os desígnios expansionistas de retomar o seu território quando fora o Vice-Reino do Prata. A conquista do Paraguai fazia parte desse plano expansionista, como também de conseguir ampliar o território do Chaco. Os tratados do pós-guerra com o Paraguai, como também a manutenção de tropas brasileiras, até o ano de 1876, fizeram parte da estratégia brasileira de evitar o expansionismo argentino na região.

“O presidente Sarmiento, por sua vez, desconfiado de intenções expansionistas por parte do Império sobre o Paraguai, não defendeu que os limites deste com seu país e com o Brasil fossem resultado da aplicação pura e simples do termo desse tratado. Ao contrário, o governo argentino surgiu com a política de que a vitória militar não concedia aos vencedores direitos sobre o vencido quanto à definição de fronteiras. A diplomacia imperial fez uso desse argumento e aproveitou-se da ocupação militar brasileira do país vencido para tutelar seus governantes, de modo a impedir que todo o Chaco se tornasse argentino.”(DORATIOTO, Francisco. p. 481)

A posição do Império Brasileiro, em relação à ocupação do território paraguaio e com a intenção de que a Argentina não anexasse a região do Prata, gerou atritos da população argentina, que em setores mais conservadores, clamavam pela guerra contra o Império Brasileiro.

O fim da guerra foi celebrado com o tratado de paz Loizaga-Cotegipe, definindo a fronteira comum, alcançando o Rio Apa e assinado o tratado, separadamente, entre Brasil e Paraguai. Este tratado violou os termos do da Tríplice Aliança, em que proibia a assinatura de qualquer aliado em separado.

O historiador Francisco Doratioto fez uma análise precisa do que estava acontecendo depois do fim da guerra da Tríplice Aliança e esta dizia o seguinte:

“Assistia-se a um vencedor, o Brasil, aliar-se com o vencido para impedir a concessão do Chaco a outro aliado, a Argentina. Esta, porém, estava em posição desfavorável no plano militar e no político para reagir e lhe restava o uso da diplomacia para tentar obter, do Brasil, o reconhecimento de continuar a vigorar o Tratado da Tríplice Aliança, que ratificasse as demandas

territoriais argentinas em relação ao Paraguai. Esse foi o sentido da missão de Bartolomé Mitre, representando o governo Sarmiento, à capital brasileira, em 1872, mas que se revelou infrutífera, pois quando ele se dirigiu à Assunção, no ano seguinte, não recebeu o apoio do negociador imperial, barão de Araguaia. A diplomacia argentina buscou, então, obter um acordo de paz e limites com o Paraguai à revelia do Império, e, em 1875, foi assinado o Tratado Sosa-Tejedor, que, devido à pressão brasileira, não foi ratificado pelo governo paraguaio. Apenas em 1876 as duas Repúblicas assinaram aqueles acordos, quando a hegemonia do Brasil no Prata estava enfraquecida, e impedia, como ocorrera anteriormente, uma influência brasileira decisiva sobre as negociações. Mesmo assim, o resultado do Tratado argentino-paraguaio satisfaz ao Rio de Janeiro, pois foi ratificada a independência paraguaia e a Argentina não se apossou de todo o Chaco.(DORATIOTO, Francisco. p. 482)”

2.8 - CONCLUSÕES DA GUERRA DO PARAGUAI PARA A ARGENTINA

Para Francisco Doratioto(2002, p.484), a Argentina obteve resultados diferentes do Império Brasileiro em relação ao pós guerra, principalmente no âmbito político e econômico. Politicamente, o descontentamento no interior das províncias, em relação à guerra, e, a aliança com o Império Brasileiro, desencadeou movimentos distintos e rebeliões federalistas contra o governo nacional. No setor econômico, os criadores de gado, como os que cultivavam cereais e os comerciantes de Buenos Aires, foram beneficiados com a guerra. Visto que o Império utilizava-se de seus produtos para abastecer os soldados brasileiros, que estavam no Paraguai, durante o conflito.

Havia um pensamento divergente em relação aos objetivos tanto do Brasil quanto da Argentina, para o fim da guerra do Paraguai. Esse pensamento confirmou a desconfiança e rivalidade entre os dois Estados.

“Desde 1868, os críticos dessa aliança ascenderam ao poder, tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro, e projetaram no outro aliado objetivos contrários à soberania do Paraguai: para a Argentina, o Império queria ter o país guarani como protetorado; para o Brasil, o governo Sarmiento planejava promover a incorporação do Paraguai. Essa projeção de intenções resultava, em parte, do peso das desconfianças históricas entre as duas partes, que tinham suas raízes no período colonial. (DORATIOTO, Francisco. p. 485).

O fim da Guerra da Tríplice Aliança para a Argentina gerou processos internos de mudanças, como também a ampliação de territórios e a definição dos limites. Internamente, os conflitos, em relação à centralidade portenha contra o federalismo das demais províncias, precisaram ser resolvidos para que a Campanha do Deserto ampliasse os territórios argentinos. Outrossim, a consolidação das fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai, consolidada por uma comissão de limites, gerou mais segurança política entre os países fronteiriços.

“En 1887, con el objeto de definir con mayor calidad las fronteras internacionales del país y lograr al mismo tiempo su legitimidad en el ámbito internacional, el poder ejecutivo constituyó la llamada Comisión de límites, totalmente compuesta por personal militar, que en 1887 junto con una homóloga comisión brasileña y paraguaya, fue encargada de resolver las controversias todavía existentes alrededor de la línea fronteriza entre los tres países” (CARMAGNANI, Marcello. p. 100).

A consolidação do Estado argentino também precisava ser definida, visto que os conflitos internos permaneciam latentes em relação às divergências entre os nacionalistas e os autonomistas. Não somente essa questão mas também outras, como o movimento dos montoneras, que constituíam um grupo civil armado. Os autores Cisneros e Escudé entendem essa problemática da seguinte forma:

“Esta falta de consolidación del Estado argentino se veía confirmada además por otros elementos, entre ellos la amenaza de las montoneras provinciales y la indefinición de la cuestión capital. La última reflejaba la pugna entre mitristas o nacionalistas y alsinistas o autonomistas y tuvo su repercusión en la política exterior. En este sentido, la guerra del Paraguay sirvió tanto como elemento de cohesión de las dos facciones en que se dividía el liberalismo porteño -al inicio del conflicto- como de instrumento de descrédito hacia el mitrismo por parte de la oposición -al final de la misma-. Debe interpretarse en este sentido la curiosa inclusión de Mitre como negociador en las cuestiones de límites -derivadas de la guerra- con Brasil y Paraguay durante el gobierno de Sarmiento y bajo las órdenes de un autonomista, Carlos Tejedor, quien paradójicamente se dedicó a desautorizar las gestiones del ex presidente. (CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. Tomo VI, Cap. 34)

Além da ampliação do território, o pensamento de uma guerra contra o Brasil era uma das possibilidades de política externa entre os dois países. Ainda que na literatura brasileira, essa não seja uma questão claramente abordada, na Argentina, a ideia da guerra contra o Império era latente.

“En febrero de 1872 el Presidente Sarmiento escribía a su ministro en Washington que tal era la situación que había creado la firma de la paz brasileño-paraguaya tras la Guerra del Paraguay, que inevitablemente llevaría a Argentina a la guerra con el Brasil, o a dejar al Paraguay provincia brasileña, a la que se agregaría por los mismos medios, más tarde, la Banda Oriental, y no tardarían en seguirles Corrientes y Entre Ríos.” (POMER, 1984, apud ZUCCARINO, M. p.8)

Roberto Etchepareborda também reitera a questão do medo de uma possível guerra do Império Brasileiro contra a Argentina, como também adiciona a questão da imprensa como forma de legitimar a sua afirmação, pela seguinte passagem:

“El tenso clima reinante en las respectivas cancillerías se traspasa pronto a las páginas de los diarios, cuya polémica exagera aún más los ánimos. Se configura de ese modo un clima agresivo que hace temer a los más prudentes, la proximidad de un desenlace bélico. Tanto en Buenos Aires como en Río de Janeiro, los principales periódicos previenen a sus lectores de las aviesas intenciones del respectivo contrincante. Los meandros de la política interna envenenan aún más los espíritus.(ETCHEPAREBORDA, Roberto. p. 53)”

Segundo o historiador Roberto Etchepareborda(1994, p. 29), a questão não resolvida sobre o território de Misiones foi mais um agravante para as relações conflituosas entre o Império Brasileiro e a Argentina. No ano de 1876 é feita uma nova tentativa de resolução do conflito, mas que será definida, somente no ano de 1895, com a arbitragem do presidente norte americano, Grover Cleveland.

2.9 - CONCLUSÃO

A história da Argentina passou por grandes períodos de instabilidade, principalmente, após as batalhas que consolidaram a unificação de Buenos Aires com as demais províncias argentinas. A guerra da Tríplice Aliança representou distintos

períodos de aproximação e distensão com o Império Brasileiro, mas que no fim do conflito não gerou a ampliação do território como a Argentina imaginava, ao comparar as Províncias Unidas do Rio Prata, em 1810.

De toda sorte, participar da aliança com o Império Brasileiro e o Uruguai foi importante para criar uma noção de unidade aos argentinos. Ademais, o processo de pós-conflito impulsionou a Argentina a aumentar o seu aparato bélico, como também, nos anos seguintes conseguiram implementar a ideia de nação.

No ano de 1872, Domingos Faustino Sarmiento era o presidente da República Argentina, o seu vice era Adolfo Alsina e o seu ministro das Relações Exteriores era Carlos Tejedor, apesar de Mariano Varela também ter sido ministro das Relações Exteriores durante o mandato de Sarmiento, Carlos Tejedor mostrou-se importante nas negociações em relação ao tratado Loizaga-Cotegipe.

O Tratado Loizaga-Cotegipe, de 1872, foi extremamente sensível para a Argentina, pois demonstrava uma agressividade do Império Brasileiro, ao negociar em separado o tratado com o Paraguai. Sendo assim, a Argentina via-se ameaçada por um possível ataque brasileiro. Dessa maneira, a visita de Bartolomeu Mitre, no mesmo ano de 1872, ao Império Brasileiro tinha como intenção resolver duas questões sensíveis: tratar uma nova resolução sobre as definições territoriais e saber se o Império estava preparando uma guerra contra a Argentina.

CAPÍTULO 3 - LEGAÇÃO BRASILEIRA EM BUENOS AIRES: QUAIS ERAM OS SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS?

O terceiro capítulo analisa as questões de política externa do Brasil durante o período do pós Guerra do Paraguai, diante da perspectiva da Legação Imperial Brasileira, em Buenos Aires. A documentação pesquisada foi em função dos ofícios internos enviados da legação brasileira de Buenos Aires para o Império Brasileiro. Os ofícios foram pesquisados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e o ano de análise foi o de 1872. Os ofícios estavam dispostos na estante 205, prateleira 003, volume 015.

Outrossim, os documentos ficavam divididos entre confidenciais, nos quais continham análises pessoais dos diplomatas, como também os ofícios não confidenciais, podendo conter assuntos burocráticos ou atualizações em relação à política doméstica argentina.

O ano de 1872 foi simbólico como o escolhido para a análise, porque foi nele em que o tratado Loizaga-Cotegipe foi firmado. Ademais, nesse mesmo ano ocorreu a visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro, com a finalidade de negociar o território do Chaco no Paraguai, além de manter a cordialidade entre o Império Brasileiro e a Argentina. A questão de maior conflito entre os dois países foi a de assinatura do Tratado de Limites entre o Paraguai e o Império, pois o Brasil não havia cumprido a decisão de que havia sido feita entre os liberais, durante a Guerra da Tríplice Aliança. O acordo feito entre os liberais brasileiros e os argentinos era o de ceder a região do Chaco Paraguaio, além de assinar todos os tratados do pós guerra em conjunto, decisão esta que não foi cumprida.

Durante o ano de 1872, foram analisados mais de quatrocentos ofícios da legação brasileira em Buenos Aires, enviados ao Império Brasileiro. Estes ofícios iniciaram no dia dois de janeiro do respectivo ano e terminaram no dia trinta de dezembro. Foi observado que a maioria dos ofícios foram assinados por Domingos José Gonçalves de Magalhães, que durante o fim do ano de 1872 ganhou um novo título, e passou a assinar como Barão de Araguaya.

A historiografia tradicional, que aborda a temática da Guerra do Paraguai, sob o viés da perspectiva brasileira, normalmente tende a não aprofundar sobre as questões de política externa que ocorreram depois do fim da Guerra da Tríplice Aliança. Percebe-se, contudo, que existe uma análise macro do período, da questão da guerra como um dos motivos políticos para o enfraquecimento da monarquia no Brasil. A questão micro, no entanto, em relação ao período posterior ao conflito ainda é pouco analisada.

A pesquisa busca entender quais eram os principais meios de análise da conjuntura política, econômica e social, que a legação brasileira permanente em Buenos Aires utilizava. Dessa maneira, a legação diplomática reportava e analisava o cenário de política externa local para enviar à Secretaria de Negócios Estrangeiros. Portanto, elaborar a política externa brasileira em função da análise política platina era a forma que a legação em Buenos Aires contribuía para o desenvolvimento da política externa do Império.

Os textos dos ofícios na presente dissertação foram adaptados para os padrões atuais da Nomenclatura Gramatical Brasileira atual, a fim de melhorar a compreensão do leitor.

3.1 - IMPRENSA NACIONAL

A forma principal de análise da conjuntura política da época feita pelos diplomatas era a de enviar recortes de jornais da imprensa de Buenos Aires — principal produtora de periódicos da Argentina. Domingos Magalhães, em seus ofícios, analisava frequentemente o teor desse conteúdo e, assim, sinalizava ao Império Brasileiro como a Argentina estava entendendo o posicionamento brasileiro. Havia mais de um jornal na cidade, e alguns deles estavam vinculados ao governo portenho. Os principais jornais eram a “Tribuna”, o “Standard”, o “Nación”, e o “Nacional”. Grande parte da análise de política externa e da conjuntura local era retirada a partir dos conteúdos desses jornais, mostrando que essas fontes eram importantes porta-vozes do governo, como também da elite local e dos seus partidos.

A questão da opinião pública foi diversamente elencada pelos diplomatas que estavam na legação brasileira em Buenos Aires, e os jornais eram os principais meios de

propagação dessas notícias. A partir deles, era possível entender o que os argentinos estavam pensando sobre o Império Brasileiro, tanto em questões políticas, como nas econômicas, sociais e de política externa. Ainda que pudesse haver divergências de ideias entre um jornal e outro, as questões relativas a uma possível guerra entre o Brasil e a Argentina; ao sistema monárquico do Império Brasileiro; e as questões territoriais do Chaco firmavam, durante 1872, como os temas mais abordados nos ofícios analisados. Outrossim, as preocupações relativas às doenças da época, como a febre amarela e o cólera, também fizeram parte da pauta de notícias durante o período.

Os ofícios que apresentavam a classificação de confidencial eram os que mais analisavam a política nacional platina e demonstravam como a população argentina enxergava o Brasil. O seguinte trecho demonstra como o jornal “Standard” se posicionou em relação ao Brasil, no dia vinte de janeiro de 1872.

“No “Standard” de 16 do corrente apareceu um artigo anunciando que, por uma correspondência de Assunção, constava ter o Exmo Sr. Barão de Cotegipe celebrado com o Governo no Paraguai um Tratado de paz e de limites mencionando o mesmo algumas de suas estipulações.

Essa notícia, que não está confirmada, ascendeu logo a cólera vocífera contra o Brasil e seu Governo em linguagem descomedida, ameaçando-nos com uma guerra, e de levantar contra o Império todas as Repúblicas americanas, o que verá V. Excia pelas folhas que remeto.

À vista desta tempestade verbal, erguida mais por posições políticas, interesses de partidos, vistas eleitorais e ódio ao Brasil, do que por sincera convicção das faltas que nos atribuem em relação ao cumprimento do Tratado de Aliança. Fui conversar com o Sr. Tejedor, e tive com ele uma larga conferência de hora e meia.

Entende o Sr. Tejedor que, não obstante a incerteza da notícia que provoca as iras das imprensas deste país, o simples fato de estar o Plenipotenciário Brasileiro tratando separadamente com o Governo do Paraguai é uma ofensa às estipulações do Tratado de 1º de Maio.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina, Buenos Aires, 20 de janeiro de 1872. Seção nº1, confidencial)

A análise de Domingos Magalhães mostra como a população e o governo argentino estavam enxergando o Brasil de forma negativa e como o ministro Carlos Tejedor entendia o cenário portenho. A quebra de conduta do Império Brasileiro ao desprezitar o Tratado de 1º de Maio, que falava sobre o fato de os tratados posteriores à guerra serem feitos em conjunto, demonstra para a República um caráter opressor e

unilateral do império. Não obstante, a exaltação da população portenha em relação às atitudes do Brasil torna-se justificável, ainda que Domingos Magalhães mantivesse um tom de cordialidade ao conversar com o ministro das relações exteriores Carlos Tejedor.

Ademais, mostra-se importante ressaltar, que a notícia sobre o Tratado Loizaga-Cotegipe foi dada pela imprensa local argentina, sem que o Ministro Domingos Magalhães soubesse da real veracidade de tal acordo. Essa situação mostra dois fatos importantes: a dificuldade da circulação das informações entre a legação em Buenos Aires e o Império Brasileiro, e como os diplomatas não sabiam totalmente o que estava sendo negociado em relação aos tratados.

É importante observar que na época de análise havia uma grande conexão e engajamento entre as questões de política externa e as elites. Os jornais expunham o que estava sendo negociado nas relações exteriores, tanto em relação aos tratados quanto em relação às posses territoriais, como o Chaco.

Dessa maneira, a articulação da política externa da diplomacia brasileira em Buenos Aires era determinada por conversas feitas pelo Ministro Domingos Magalhães com o Ministro das Relações Exteriores Carlos Tejedor, que em alguns cenários, conseguia intervir na publicação dos jornais com a finalidade de não ampliar a imagem negativa do Império Brasileiro na Argentina.

A escolha do jornal no qual as notícias do Império Brasileiro seriam divulgadas também fazia parte da diplomacia brasileira na cidade. No ofício confidencial, no dia 25 de janeiro, há, claramente, uma predileção pelo jornal Standard, que por ter maior adesão dos ingleses e americanos, geraria maior repercussão internacional. Sendo assim, o diplomata *in loco* não era um ator passivo na sociedade, ele articulava o que seria divulgado na imprensa, como também negociava com os políticos locais e também responsáveis pela imprensa para que, caso alguma notícia negativa brasileira fosse circulada, que houvesse uma retratação sobre o fato.

“Há quatro dias mandei um artigo para o “Standard” expondo com toda clareza esta questão diplomática entre o Brasil e a República Argentina, e mostrando a retidão e lealdade do Governo Brasileiro e do nosso plenipotenciário no Paraguai injustamente acusados. Preferi o “Standard” por ser um diário que sai para os Estados Unidos e aqui é muito lido pelos ingleses e americanos. “(Ministro

Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina, Buenos Aires, 25 de janeiro de 1872. Seção nº1, confidencial)

Aparentemente, Domingos Magalhães não sabia que o Tratado entre o Império e o Paraguai estaria sendo formado, visto que o ofício era confidencial, e, por isso, seria enviado diretamente para o ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. Assim, afirma que o Brasil está sendo leal ao Paraguai.

Em 9 de fevereiro, após o envio do artigo para o jornal “Standard” no dia 22 de janeiro, há uma moderação da imprensa argentina após a reunião do ministro Domingues Magalhães, com o ministro Carlos Tejedor.

“Em confidencial de 25 daquele mês[...] dei conta a V.Ex de se haver tornado mais moderada a linguagem da imprensa argentina em consequência da conferência que tive com o Sr. Tejedor acerca do desacordo que teve lugar em Assunção, entre o Plenipotenciário Argentino e Brasileiro na interpretação do Tratado do 1º de Maio; e de ter feito publicar no “Standard” de 22 de janeiro uma exposição clara dessa questão.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina, Buenos Aires, 9 de fevereiro de 1872. Seção Central, nº2, confidencial),

As análises do diplomata ao Império Brasileiro, sobre a imprensa argentina, têm a intensão de demonstrar como o Brasil estava sendo enxergado pelos vizinhos argentinos. A imprensa era o principal meio de análise para inferir os resultados da política externa brasileira, principalmente, depois do fim da Guerra da Tríplice Aliança. A condução da política externa brasileira, em relação ao Prata, foi diversas vezes mensurada pelo conteúdo e linguagem da imprensa nacional.

A predileção por noticiar no jornal “Standard”, todavia, tinha uma segunda intenção, a de mostrar para a América do Norte e para a Europa o que estava acontecendo na Região Platina. Ao enviar notícias para esse jornal, o Brasil tendia a receber apoio externo sem necessitar criar novas instabilidades entre a República Argentina e o Império.

“A imprensa Argentina apaixonada intencionalmente, não admite razões; e “La Nación” mesmo irritada, se mostra contra nós, talvez porque assim convenha aos planos eleitorais dos diretores do seu partido, senso qualquer sinal de justiça feita do

Brasil razão suficiente para os arredar do poder a que aspiram. Entretanto, todos concorrem para despertar o ódio contra nós, e a força de repetir as suas calúnias acabam por crer que tem razão e que o Brasil deve submeter-se aos seus caprichos. Não há meios de convencer a quem de caso pensado não quer atender à razão e reconhecer suas próprias faltas”. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 20 de fevereiro de 1872. Seção Central, nº 3. confidencial)

Mediante a análise feita por Domingues Magalhães, mostra-se que a imprensa argentina não estava de acordo com as atitudes tomadas pelo Império Brasileiro. As questões de política interna argentina eram também relevantes, visto que o ano de 1872 foi ano eleitoral na província de Buenos Aires, e, por isso, muitas informações divulgadas pelos jornais tinham cunho político. Ademais, o jornal “La Nación” era de propriedade do ex-presidente Bartolomeu Mitre, o que amplia a necessidade de expor as debilidades políticas argentinas para enfraquecer o governo de Domingo Sarmiento e fortificar Mitre para uma possível futura eleição.

“Atualmente o espírito público aqui se ocupa quase que exclusivamente com a propaganda acabada para a eleição de Governador da Província de Buenos Aires, e os diários e círculos discutem eleições dando pouco espaço a outras matérias. (...) As notícias são tão encontradas que não é possível discriminar quem tem razão - os que afirmam ou os que negam o triunfo do partido legal contra os revolucionários”(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de fevereiro de 1872. 1º seção. nº8)

A Argentina, mesmo após a Batalha de Pavón, de 1861, que foi um marco importante para resolver a questão do porto de Buenos Aires, continuava em crise interna. A eleição para governador para a Província de Buenos Aires era uma das mais importantes, visto que a maior parte da economia e prosperidade argentina estava vinculada à essa Província. Sendo assim, as eleições da província portenha tendiam a ser pauta principal nos jornais.

No ofício do dia 28 de março, há uma análise clara do diplomata Domingos Magalhães para o Conselheiro Manuel Francisco Correia, que era o Ministro das Relações Exteriores no Brasil, sobre o posicionamento dos jornais argentinos.

“Os diários argentinos têm moderado sua linguagem acerca dos tratados celebrados pelo Brasil com o Paraguai; alguns mesmo se tem incumbido de censurar o desabrimento dos colegas, mostrando-lhes o inconveniente dessa atitude que, segundo declaram, não é expressão dos sentimentos do país, e somente a opinião dos redatores, que para fins eleitorais, fazem propaganda da guerra contra o Brasil, para o que esta República não está preparada, nem se poderia preparar facilmente, e trazem o perigo de que no Império se creia que o Governo argentino põe em movimento seus batalhões, faz sair sua artilharia dos arsenais e freta patachos e brigues mercantes para armá-los em guerra. A “Prensa” é de todos os periódicos o que mais sensatez tem mostrado nesse assunto, e que tem tornado a si a demonstrar aos argentinos o terreno falso para o qual procura a imprensa conduzi-los.”(Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 28 de março de 1872. 1º seção. nº 14)

No trecho abordado mostra-se uma constante da imprensa argentina, a de usar uma linguagem negativa em relação ao Império Brasileiro. A linguagem moderada, que é citada no texto, apresenta uma nova dinâmica em relação ao país. Nesse período, ainda havia uma grande tensão entre a Argentina e o Brasil. A ideia de moderar a linguagem dos jornais tem ligação direta com a análise feita da literatura argentina, no capítulo anterior. Havia um grande medo de o Brasil usar a sua força contra a Argentina, e que esse movimento fosse transformado em uma nova guerra do Brasil contra o país. Os conflitos internos ainda não estavam resolvidos e uma nova guerra contra o Brasil só seria motivo para perder mais homens e capital.

No século XIX, e principalmente, após a Guerra da Tríplice Aliança, a ideia de que a Argentina pudesse iniciar um conflito contra o Império Brasileiro era latente. Principalmente pela divergência entre ambos os países em relação aos tratados de limites e a dominação do Chaco. A comprovação desse pensamento estava na relação em que a política argentina enxergava as atitudes do Brasil, como também a forma como a imprensa se comportava diante desse cenário.

O Ministro Domingos José Gonçalves Magalhães também atenta, em seu ofício, ao fato de a Argentina não estar em plena capacidade para enfrentar uma nova guerra. Apesar de forjar o movimento dos batalhões e colocar os arsenais de artilharia em evidência, o país não estava pronto para guerrear novamente. A ideia de um novo conflito entre os dois países, segundo ele, era praticamente nula.

A análise do Ministro foi de grande importância para que o Império Brasileiro pudesse tomar decisões precisas. Uma divergência em relação ao entendimento e ao posicionamento da Argentina frente ao Brasil poderia causar um novo conflito, resultando em guerra.

“(...) Ontem apareceu na “Tribuna” um artigo que abunda nestas ideias, e cujo redator transcreve uma carta dessa corte, na qual se diz que o Brasil não provoca nem teme a guerra com a República argentina, estando preparado para todo acontecimento, e tendo seus arsenais em continuado labor. O “Standard” de 21 do corrente, referindo-se a uma notícia que aqui se propalou de que o Brasil mandara comprar armas a Europa, disse o seguinte: Nos círculos comerciais nenhuma importância se liga aos artigos das folhas argentinas acerca de uma guerra eminente com o Brasil. Não há nisso uma só palavra de verdade quanto a este país, e a respeito de ter o Império mandado comprar na Europa armamento na importância de seiscentos mil patacões. O escritor de tal notícia deve não ter visitado o arsenal do Rio de Janeiro. O Brasil podia vender armas a Europa, tal é a enorme quantidade de armas de que dispõe. Nas reuniões particulares não há menor propaganda de guerra contra o Império, e não passou a ideia das colunas periódicas.”(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 28 de março de 1872. 1º seção. nº 14)

A análise feita pelo Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães, sobretudo, a partir de mais de um jornal local, reforça a ideia da imprensa como articuladora de política externa, e grande determinante da imagem que o Brasil passava para os argentinos na época. Ademais, o ofício acima afirma a grande quantidade de que o Brasil possuía de arsenal bélico, porém não havia pretensão em guerrear.

A ideia que permanece constante na literatura argentina, mas diverge na brasileira é a questão da iminente guerra que o Império Brasileiro estaria preparando contra a Argentina. O fato de o Brasil ter assinado o Tratado Loizaga-Cotegipe traz uma certa insegurança, visto que o acordo, durante à época dos liberais brasileiros no poder, não ter sido cumprido. Ademais, o grande tamanho territorial do Brasil, e o arsenal bélico maior do que o argentino, causavam imagem de instabilidade.

No entanto, a ideia de uma guerra do Brasil contra a Argentina, normalmente, não é trazida dos debates da história brasileira. Fato que mostra-se contrário na literatura argentina.

“(…) A tão debatida questão dos tratados com o Paraguai continua a fazer gemer os prelos argentinos. A imprensa, apesar de seguir impugnando a validade e oportunidade desses tratados, tem contudo moderado a sua desabridéz contra o Brasil, mostrando mesmo grandes receios de que o Império se ponha em armas contra esta República, aconselhando agora ao país que use dos meios pacíficos para obter do Brasil a anulação dos tratados, ponderando que é o único meio de ação que lhe resta, porquanto o guardar silêncio equivaleria a aprovação do ato do Governo Brasileiro; recorrer à guerra seria um extremo ao qual, ainda que o não tema, não deseja chegar a República, pois traria irremediáveis males a ambos os beligerantes; e se declara finalmente pelo meio mais sensato — enviar um Plenipotenciário ao Rio de Janeiro e outro à Assunção, que instem pela revisão dos tratados, e entrem em nossos ajustes com o Paraguai.”(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.)

No trecho acima, evidencia-se o medo da imprensa de que o Brasil pudesse iniciar uma guerra contra a Argentina. Os fins pacíficos eram os mais aconselháveis a se tomarem, visto que o Brasil era belicosamente mais forte e detinha maior número de soldados preparados para um possível conflito. Continuando a análise do Ministro Domingos Magalhães, sobre a imprensa, pode-se dizer o seguinte:

“(…) A “Prensa” de ontem, em um artigo pregando a paz no qual muitas verdades em honra do Brasil se misturam com as inevitáveis injúrias que a inveja inspira contra nós, diz que, “a guerra com o Brasil reduziria esta República às condições do Paraguai e a faria gastar o seu último peso, enquanto que o Império não se debilitaria tanto, atenta a sua organização monárquica, a unidade dos seus elementos, a sua idade mais avançada na vida constitucional, e as condições em que a colocou a paz e a tranquilidade de tantos anos, que tem sido para esta República períodos de sangue e de perda da fortuna pública”. Assim, reconhecem estes republicanos as vantagens que temos colhido do nosso sistema de Governo; e é sem dúvida por isso que eles caridosamente desejam ver reduzido o Brasil a pequenas repúblicas e passando pela anarquia de que eles dão exemplo às portas do Império.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.)

A divergência entre as formas de governo, a Monarquia e a República, e o Brasil sendo o único país monárquico nas Américas, fazia com que aumentasse a

animosidade entre o Império Brasileiro e a Argentina. No trecho acima, evidencia-se com muita clareza as divergências entre os dois sistemas, e a defesa da Monarquia no Brasil, como algo superior. A consolidação do vasto território brasileiro, sem que fosse dividido em pequenas repúblicas, como ocorreu na América Espanhola, mostrava-se importante tema discutido entre a diplomacia brasileira e o imperador, como também era algo *suis generis* frente às outras Repúblicas. O debate entre os dois sistemas era acalorado e sem nenhuma finalidade evidente que não fosse aumentar os atritos entre os dois Estados. O trecho do ofício acima também diz que a Argentina gostaria de ver o Império Brasileiro dividido em pequenas repúblicas, o que, ao ver da época, reduziria o poder dos Estados.

“(…) Creia V.E que já tenho procurado, por intermédio de pessoas relacionadas com os redatores dos principais diários desta capital, acalmar o furor belicoso desta imprensa, toda montada e redigida com fins políticos, mostrando a verdade dos fatos, que alguns fingem ignorar, e os inconvenientes da linguagem atrabiliária e provocadora em negócios internacionais pendentes. E talvez a isso se deva em parte o menor descomedimento da imprensa e um ou outro artigo razoável que de vez em quando aparece, e nos quais as convencionais se misturam com a expressão do medo, e o reconhecimento da superioridade do Império.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.)

No trecho analisado, o Ministro afirma a superioridade do Império. A análise feita pelo diplomata brasileiro afirmava que o poder bélico do Império era muito forte e a República argentina, principalmente depois do fim da guerra, tinha medo do poder bélico do Brasil.

“(…) Os diários argentinos, a exceção do Nacional, que pertence ao Dr. Quintana, já não querem a guerra com o Brasil; contentam-se com dizer que somos nós, que para isso estamos preparados, que aqui ninguém a deseja, e que a República não tem forças para resistir as do Império.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.)

“(…) Note V.E. que a “Tribuna”, na qual influi o Sr. Tejedor, e que, no meio de suas acusações contra nós, para salvar as aparências e ocultar o jogo, diz que o Brasil está disposto a conservar a aliança, e que há possibilidade de um acordo honroso entre os dois Governos, é por isso atacado pelo “Nacional”, cujo principal proprietário, bastante presunçoso, e irritado pela triste figura que fez no Paraguai, se vinga da sua humilhação, fazendo recair sobre o Brasil o resultado da sua inércia, e se ele não insulta o Sr. Tejedor é porque o poupou, não reprovando o seu procedimento no Paraguai. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.)

Nos dois trechos acima, mostram-se a influência dos jornais em relação ao pensamento político no contexto da época. Os diferentes periódicos detinham o poder de influenciar o cenário local, principalmente nas relações entre o governador da província de Buenos Aires e a população local, como também em relação aos desdobramentos do pós Guerra do Paraguai. Estes que poderiam mudar a opinião pública contra o Império Brasileiro, e iniciar notícias inverídicas em relação ao Brasil.

A imprensa argentina também posicionou-se em relação à conquista do Chaco pela Argentina. Abaixo, mostra-se o ofício confidencial feito pelo representante do Império na Argentina, Domingos Magalhães.

“A “Nacion” de 4,5 e 6 do corrente apresenta em continuação um artigo sob o título — A Questão do Chaco —, que incluso remeto em original e traduzido; o qual, pela forma e o fim a que se propõe, julgo ser daí mandado pelo proprietário e principal redator desse Diário; o que lhe dá maior importância.

Nenhum outro, creio eu, ousaria por intermédio dessa folha, incitar a imprensa argentina a discutir um assunto diplomático confiado à perícia do General Mitre, indicando ao mesmo tempo um novo plano de argumentação. Nenhum outro ousaria agora dizer que um dos resultados dos protocolos da Assunção pode ser a guerra, e que a primeira questão de que o Plenipotenciário argentino deve tratar no Rio de Janeiro com o Governo Imperial, e em Buenos Aires o Ministro das Relações Exteriores com os Plenipotenciários da Bolívia e do Paraguai, é determinar a validade ou nulidade dos atos que hão de servir de base para fixar o ponto de partida da linha divisória entre os domínios do Brasil e os das Repúblicas que se formavam do Vice- Reinado de Buenos Aires! Deslocando assim a questão entre o Império e esta República, e dando astuciosamente à Missão do General Mitre um objeto novo e não previsto.(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do

Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 6 de setembro de 1872. Seção Central, nº 24 - Confidencial)

O artigo em questão, analisado por Domingos Magalhães, era preocupante porque o cenário atual era de instabilidade política argentina. A visita de Mitre ao Império Brasileiro teve como um dos objetivos pacificar as relações entre os dois Estados. Os litígios entre o Império e a República estavam, aparentemente, pacificados. Bartolomeu Mitre, era julgado pelos argentinos como um político pró-Império e, por isso, fora convocado em missão especial ao Brasil, não só para manter as relações pacíficas entre os dois Estados e tentar um novo tratado que fosse benéfico à Argentina, em relação ao Chaco Paraguai, como também para assegurar-se de que o Império Brasileiro não estava planejando um novo conflito contra a Argentina. Não haveria um motivo concreto para uma nova guerra, tanto do Brasil quanto da Argentina, e o presidente Domingo Sarmiento posicionava-se claramente sobre essa questão. O artigo era uma forma de retomar as especulações sobre uma nova guerra e instabilizar a população.

A visita de Bartolomeu Mitre ao Império foi uma solução encontrada pela República Argentina para minimizar as animosidades entre os dois Estados. Ela foi bem sucedida, no entanto, o papel da imprensa, ao divulgar esse artigo, foi o de enfraquecer a situação que já estava resolvida. Necessita ser analisado o fato de que o jornal “La Nación” era de domínio do Bartolomeu Mitre, assim, um artigo produzido por esse jornal teria como consequência a defesa de Mitre ou até mesmo um suporte para os seus desígnios de alcançar a presidência argentina.

O artigo de Bartolomeu Mitre, no “La Nación”, traz como consequência de análise para Domingos Gonçalves dois resultados: o primeiro estava relacionado às pressões que Mitre estaria tentando fazer em relação ao Império, para exigir que o resultado do Tratado de Loizaga-Cotegipe fosse anulado ou então, que novos contornos fossem feitos para que o Estado Argentino fosse beneficiado. O segundo resultado era de que Mitre, caso conseguisse algum triunfo nas negociações com o Brasil, toda a glória seria para o ministro Carlos Tejedor. Das duas formas, Mitre sairia

desprestigiado, e talvez, a diplomacia argentina soubesse disso ao escolhê-lo para fazer a missão ao Brasil.

“Expondo as razões porque creio ser esse artigo produção do General Mitre, não necessito demonstrar que o seu propósito é ameaçar o Governo Imperial com a perspectiva de complicações e dificuldades que o induzam a ceder às exigências ambiciosas da diplomacia argentina, e no caso provável de não conseguir esse intento, salvar a reputação do General com a invenção desse estratagema que abona a sua capacidade e se presta a novas declamações.

Creio porém que o General se engana, porque o número dos seus antagonistas no poder é maior que os dos seus partidários vencidos e desconceituados. Se ele conseguir alguma coisa, toda a glória será para o Sr. Tejedor, a cujas instruções obedece; se nada conseguir, ficará de todo perdido na opinião pública.

Quanto a Bolívia e o Paraguai, que esse artigo procura aliciar com promessas vagas e condicionais, e que nada podem esperar da ambiciosa República Argentina, se o Brasil, contra o que tem declarado, considerar como *casus foederis* o artigo 16 do tratado do 1º de Maio, e desejam que continue a sustentar os mesmos princípios, não sei porque ato de loucura se ligarão a esta República, se ela declarar caduco o tratado de aliança! E é com esse plano irrisório que o General pretende conseguir o feliz êxito de sua missão e acreditar-se perante a República?

Talvez que o fim principal desse artigo seja preparar uma retirada honrosa deixando todas as questões indecisas.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 6 de setembro de 1872. Seção Central, nº 24 - Confidencial)

O ofício abaixo representa o discurso da imprensa sobre um acordo definitivo entre o Império Brasileiro e a República Argentina. Ainda que não fosse uma notícia diretamente ligada ao governo argentino, a ideia de a imprensa dissipar reportagens sobre um acordo entre os dois países, diminuía as apreensões do comércio, e assim aumentava a confiança da população em relação à economia.

"A "Tribuna" de 27 do corrente anunciou que se achavam estabelecidas as bases para um acordo definitivo entre o Governo Imperial e o Ministro Argentino nesta Corte, que eram honrosas para a República, e deixavam terminado o conflito entre os dois Governos.

Não tendo eu, pelo último correio, recebido comunicação alguma sobre esse assunto, procurei logo o Sr. Tejedor, para saber qual a verdade daquele anúncio, que se dava com tanta segurança.

Disse-me o Sr. Tejedor que havia alguma exageração naquela notícia. Que a verdade se reduziria ao fato de se ter estabelecido um acordo satisfatório a respeito da

questão sobre a forma da resposta às Notas de V.Excia de 20 e 21 de junho, e que o Secretário da Legação Argentina nessa Corte, que para aí regressa, leva a resposta conforme convencionado.

Acrescentou que, pelas últimas comunicações do General Mitre, há toda a esperança que os dois Governos se entendam, pois que as bases das negociações são as convencionadas com o Sr. Barão de Cotegipe.

Esta notícia repetida por todos os Diários tem dissipado as apreensões do comércio”. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de setembro de 1872. Seção Central, nº 30)

A conclusão chegada, diante das manifestações da imprensa argentina, é a de que ela possuía um grande poder de influência na sociedade argentina. Ainda que as pressões políticas, principalmente as de Domingo Sarmiento, fossem direcionadas para estabelecer uma região pacífica entre Brasil e Argentina, a imprensa tinha o grande poder de reverter esse cenário e de criar impasses políticos, econômicos e sociais.

Articular com a imprensa era também uma das habilidades que os diplomatas, que estavam na legação brasileira, em Buenos Aires, necessitavam saber exercer.

A ação do Encarregado Especial e Ministro Plenipotenciário Domingos José Gonçalves de Magalhães foi, por muitas vezes, pautada na intervenção da imprensa local ou internacional, para que a imagem do Império Brasileiro não se tornasse prejudicada. Essa intervenção era feita diante do contato com o Ministro das Relações Exteriores, Carlos Tejedor, que detinha poder em articular intervindo nos jornais locais.

3.2 - COMO OS DIFERENTES JORNAIS ENXERGAVAM O IMPÉRIO

A importância de que a imprensa detinha no século XIX era clara. No entanto, mostra-se altamente relevante entender o que cada jornal dizia à favor e contra o Império, e como eles se posicionavam em relação às questões internas, para assim entender o que cada um articulava com as suas matérias jornalísticas.

“(…)Na “Prensa” de ontem vai marcado um artigo nesse sentido, que merece ser aí transcrito em parte e comentado. Agora, com a autorização de V.E. farei novas tentativas mais diretas e significativas, que já comecei a pôr em execução, por intermédio de um Brasileiro muito relacionado aqui pela sua posição, e a quem um dos redatores dos nove Diários de Buenos Aires deve alguns obséquios. E essa folha,

já bastante modificou a sua linguagem depois disso. Note V.E. que a “Tribuna”, na qual influi o Sr. Tejedor, e que, no meio de suas acusações contra nós, para salvar as aparências e ocultar o jogo, diz que o Brasil está disposto a conservar a aliança, e que há possibilidade de um acordo honroso entre os dois governos, é por isso atacada pelo “Nacional”, cujo principal proprietário, bastante presunçoso, e irritado pela triste figura que fez no Paraguai, se vinga da sua humilhação, fazendo recair sobre o Brasil o resultado da sua inépcia, e se ele não insulta o Sr. Tejedor é porque o poupou, não reprovando o seu procedimento no Paraguai. A “Nación”, tem se mostrado muito moderada nestes últimos tempos; mas o seu ilustre proprietário não se conserva silencioso, tendo às suas ordens a “Verdad” e a “Opinion”, e hoje apareceu naquele Diário um artigo sobre a desocupação da ilha do Atajo, no qual o seu redator parece ignorar qual a resposta dada pelo Governo Imperial sobre esse assunto. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção- Confidencial)

No ofício analisado, em que o Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães envia ao Conselheiro Manoel Francisco Correia, há uma grande discussão e análise sobre os jornais da época em relação como essa imprensa analisava o Império Brasileiro. Os principais jornais eram: “A Tribuna”, o qual havia grande influência do Ministros dos Negócios Estrangeiros Carlos Tejedor; o “Nacional”, que não acreditava em uma aliança entre o Império Brasileiro e a Argentina; o “Nación” que era o jornal comandado por Bartolomeu Mitre e que, pelos dizeres de Domingos Magalhães, afirmava ter um posicionamento mais moderado; e os jornais “Verdad” e “Opinión”, que publicaram sobre as questões da desocupação da ilha do Atajó. Ademais, a análise desses jornais era de grande valia para que os diplomatas que estavam na legação em Buenos Aires pudessem fazer sua interpretação crítica sobre o cenário atual da época.

É importante ressaltar que o ministro Domingos Magalhães analisava todos os diversos jornais da imprensa portenha. A finalidade principal era a de entender o cenário local, como também a de perceber se certas notícias tinham um caráter mais político para influenciar a população argentina, ou se tinham um caráter de prejudicar de alguma forma o Império Brasileiro. Na diplomacia, cada palavra pode representar um contorno diferente e, no cenário do século XIX, em que a imprensa dos jornais era a principal forma de comunicação, esse era o meio em que a diplomacia deveria ficar mais atenta, além de intervir quando necessário.

Ao analisar os ofícios é possível perceber que os jornais que têm mais destaque, diante do olhar de Domingos Magalhães são o “A Tribuna”, o “Nación” e o “Standart”. A Tribuna é claramente próxima do ministro Carlos Tejedor, logo, Domingos Magalhães possui maior possibilidade de articular as questões do Império Brasileiro, ao relacionar-se com o Ministro e assim influir nas publicações do jornal, para que o mesmo possa produzir notícias que sejam favoráveis ao país .

Entender a visão da chancelaria local a partir dos jornais da época mostra-se de grande importância ao perceber que a ideia de imprensa imparcial, que temos atualmente, não existia. Cada jornal posicionava-se de acordo com as pretensões dos seus editores-chefes e que, de alguma forma, refletia a forma de pensar e os interesses dos donos dos jornais.

“Tenho a honra de comunicar a V.E que no dia 14 do corrente se reuniram em conferência com o Sr. Sarmiento todos os representantes da imprensa de Buenos Aires, entre os quais o General Mitre, os Dres. Varela e Quintana, para concordarem nos meios mais convenientes de se resolver a questão com o Brasil por causa dos tratados feitos com o Paraguai. Ignoro o que se decidiu nessa conferência, mas pelo que diz o “Nacional” do dia 15, que fala do acordo de todas as opiniões da imprensa, sem referir a essa reunião, claramente se vê que o Dr. Varela indicou que se mandasse um Plenipotenciário ao Rio de Janeiro, o que já tinha lembrado na “Tribuna”. O redator da “Prensa” sustentou a sua ideia já sabida de se submeter a questão ao arbitramento de uma nação estrangeira. O Dr. Quintana e o seu colega da “República” combateram essas duas indicações por inúteis, aconselhando que se preparassem para a guerra, que é inevitável. O “Mercantil”, que modificou a sua linguagem há pouco tempo, protestou contra a propaganda guerreira e outros não se pronunciaram claramente sobre meio algum de se resolver a dificuldade. Parece porém que todos estão de acordo em continuar a questão pela imprensa, provavelmente para terem um assunto interessante com que encher as colunas dos seus diários, e ocasião larga de exprimir o seu ódio inveterado contra o Brasil, que todos estes políticos consideram como único obstáculo do engrandecimento territorial da República à custa dos vizinhos(...)”(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de abril de 1872. Seção Central nº9)

Diante do excerto acima é possível perceber alguns cenários importantes que estavam acontecendo na época. O primeiro fato relevante é entender que a imprensa reunia-se entre si, exemplo que ocorreu no dia 14 de abril com o presidente Domingo

Sarmiento, e a partir dessas reuniões, concordavam ou não sobre a temática e o teor dos jornais que seriam circulados na província. Mostra-se, dessa maneira, como a imprensa era relevante na época e como também fazia parte da articulação política. Outrossim, é importante entender que a imprensa estava vinculada com a política, visto que muito dos donos dos jornais eram políticos. Assim, fazia-se mais que necessário reunir a imprensa com os políticos locais, com a finalidade de determinar o que seria divulgado nas manchetes.

O segundo fato relevante foi em relação ao tratado o qual o Brasil havia assinado com o Paraguai, e que o mesmo não recebeu endosso argentino. Desse modo, o redator da “Prensa” indicado no ofício, sugeriu que houvesse um arbitramento de uma nação estrangeira para que a solução sobre o território em que o Brasil tinha assinado o com o Paraguai fosse resolvida.

Posteriormente, também é possível perceber que a questão de uma possível guerra não era nula. O Brasil não almejava uma nova guerra, mas parte da imprensa argentina, como o jornal do Dr. Quintana e a “República”, cogitavam essa possibilidade como uma forma de resolver o impasse.

Divulgar os fatos pela imprensa, no entanto, era o único consenso que chegaram na época, pois era uma forma de manter notícias diárias em seus jornais até que o problema fosse resolvido entre a Argentina e o Império Brasileiro. O teor de ódio contra o Brasil era constantemente citado, porém, havia um fervor diante da imprensa, que não necessariamente era reflexo do presidente Domingo Sarmiento.

“O artigo da “Nacion” a que me refiro dá a entender enigmaticamente que em seis meses a dificuldade se resolverá em favor da república. O general conta para isso com a queda do nosso atual Ministério e a elevação ao poder dos Estadistas que no Conselho de Estado se opuseram à aprovação dos tratados celebrados com o Paraguai; o que aqui foi anunciado com a declaração dos seus nomes”. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de abril de 1872. Seção Central nº9)

O Império Brasileiro, para driblar as questões internas argentinas, utilizava a perspicácia da diplomacia brasileira ao divulgar os seus artigos à imprensa internacional, e assim, colocar mais um ator, no cenário mundial, que pudesse

corroborar os objetivos nacionais. Assim, o jogo de poder não se mantinha entre as duas nações, Argentina e Brasil, e as dificuldades entre os Estados eram internacionalmente expostas. Essa posição poderia trazer graves consequências ao Brasil, no entanto, a diplomacia utilizava a seu favor a questão de não querer ampliar o seu território com a região do Chaco, logo, a ideia de Estado expansionista e opressor ficava somente reservada para a Argentina.

“O Sr Tejedor, conversando anteontem com um brasileiro aqui estabelecido, e com quem tem antigas relações de interesses, e falando das suas últimas notas e da circular de V.E de 3 de fevereiro, disse, autorizando-o a comunicar-me que o Governo Imperial procurou indispor a República Argentina perante todos os governos da Europa e da América: que o General Grant, encontrando-se com o Ministro Argentino em Washington, provavelmente em uma reunião na Casa Branca, lhe dissera que esta República se mostrava muito cobiçosa de aumentar o seu território à custa do Paraguai. Que neste momento, já as suas últimas notas teriam ali chegado, e em toda a Europa para esclarecer a questão. (...)”. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 5 de junho de 1872. Seção Central nº10 - confidencial)

O Império Brasileiro, ao expor a situação platina para os governos norte-americanos e europeus, gerou maior legitimidade para que o tratado de limites, em que o Brasil assinara com o Paraguai, tivesse maior credibilidade. A Argentina almejava ampliar o seu domínio após a guerra da Tríplice Aliança, buscando novos territórios paraguaios.

Para o Brasil, não era produtora que a Argentina tivesse maior poder territorial na região platina, porque poderia ser uma possível ameaça ao Império o fato de que um Estado vizinho tivesse maior espaço e assim, pudesse expandir para as fronteiras do Brasil e tornar-se um Estado mais forte na região. Após o tratado entre Brasil e Paraguai, e a insatisfação da Argentina, a ideia de expor a situação, no cenário internacional, mostrou-se como mais um recurso eficiente de política externa da diplomacia brasileira. Para Domingos Golçalves, mostrar internacionalmente o que estava ocorrendo na Bacia do Prata, em relação aos tratados de limites, era sinônimo de expôr a postura dominante da Argentina. Esta que queria ampliar seus territórios frente

à fraqueza do debilitado Paraguai pós guerra. Todavia, não era esse o pensamento argentino, visto que o Império Brasileiro assinou em separado o Tratado de 1872, com o Paraguai, e violou o que tinha sido acordado anteriormente.

A Argentina não se julgava como um Estado expansionista. O pensamento era exatamente o contrário. O argumento nacional era o de que a Argentina era um Estado pacífico, mas que tinha como objetivo retomar os territórios do antigo Vice-Reino do Prata. Em contrapartida, o Brasil, pelo olhar argentino, era um Império opressor, monarquista e que queria aumentar os seus recursos de poder frente aos Estados limítrofes ao almejar aumentar seus territórios.

“(...) Disso se colige claramente que se mandaram com antecedência cópias dessas notas a todos os governos; que para isso foram escritas, e não com o espírito de resolver amigavelmente as dificuldades, antes acusando o Governo Imperial, do que refutando os sólidos argumentos das notas de V.E.

Acrescentou o Sr. Tejedor que com essas notas dava por concluída a discussão e não escreveria outras.

Ponderando-lhe o brasileiro que infalivelmente essas notas teriam uma resposta no mesmo tom, replicou-lhe o Sr. Tejedor que nesse caso remeteria tudo ao General Mitre, encarregado de se entender com o Governo Imperial.

Disse-me mais esse brasileiro que o Sr. Tejedor se mostrara muito satisfeito nessa conversação. Provavelmente por ter o General tomado sobre si a responsabilidade da sua política manhosa, seja qual for o resultado, ficando ele com a glória de ter representado o papel de um Ministro enérgico.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 5 de junho de 1872. Seção Central nº10 - confidencial)

3.3 UMA NOVA GUERRA ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA?

A possibilidade de uma nova guerra entre o Brasil e a Argentina era constantemente mencionada, tanto pela imprensa argentina, quanto pelos ofícios enviados pela legação brasileira em Buenos Aires. Ainda que o Império Brasileiro não demonstrasse nenhuma intenção em fazê-la, e o presidente Domingo Sarmiento reafirmasse em diversas ocasiões a intenção de manter a região pacífica, a imprensa, diante de articulações políticas de adversários do governo, questionava a possibilidade de uma situação de guerra.

“(…) Creia V.E que já tenho procurado por intermédio de pessoas relacionadas com os redatores dos principais diários desta capital, acalmar o furor belicoso desta imprensa, toda montada e redigida com fins políticos, mostrando a verdade dos fatos, que alguns fingem ignorar, e os inconvenientes da linguagem atrabiliária e provocadora em negócios internacionais pendentes. E talvez a isso se deva em parte o menor descomedimento da imprensa e um ou outro artigo razoável que de vez em quando aparece, e nos quais as queixas convencionais se misturam com a expressão do medo, e o reconhecimento da superioridade do Império. Os diários argentinos, a exceção do Nacional, que pertence ao Dr. Quintana, já não querem a guerra com o Brasil, contentam-se com dizer que somos nós, que para isso estamos preparados, que aqui ninguém a deseja, e que a República não tem forças para resistir as do Império.(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção- Confidencial)

As elites argentinas, diferentemente de alguns políticos, como Carlos Tejedor e Bartolomeu Mitre, aparentemente não queriam a guerra contra o Brasil. O ofício acima mostra que todos os jornais, com exceção do "Nacional" , não queriam a guerra. Reafirmando, dessa maneira, o poder de que o Brasil impunha na região.

“Pelo Despacho confidencial N.G com que me honrou V.Ea em 4 do corrente, em aditamento ao de 24 de abril, fico ciente do que a V.Ea comunicou o nosso Encarregado de Negócios em Londres acerca da encomenda e compra de armamento por ordem do Governo da República Argentina, sobre o que se guarda aqui tão completo segredo que ainda nada transpira.

Cumpre-me porém acrescentar que no Senado desta República foi há dias aprovado um projeto de lei, apresentado pela Comissão dos Negócios da Guerra da mesma comarca, autorizando o Governo a despender dois milhões e seiscentos mil pesos fortes na compra de dois ou três vasos de guerra encouraçados seguindo o melhor sistema de artilharia para as fortalezas e armas portáteis de pressão, podendo o Governo recorrer do crédito da República no caso que as rendas ordinárias não cheguem para essas despesas.

A propósito dessa lei, aplaudida por todos os diários, o “Nacional” do Dr. Quintana, diz claramente que uma guerra com o Brasil é inevitável, cedo ou tarde.

Aqui chegou ultimamente da Europa grande quantidade de vestuário para o exército. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 22 de maio de 1872. Seção Central, nº 7 - Confidencial)

No ofício acima, mostra-se a chegada do equipamento naval, encomendada pelo governo de Sarmiento. O autor Jorge Bergallo reafirma constantemente a vinda das

esquadras navais para a Argentina e como esse movimento foi um dos primeiros em relação ao armamento do país.

No ofício acima, a guerra, presumida por um dos representantes da imprensa argentina, é uma possibilidade real para os nacionais argentinos. Essa posição era extremamente contrária aos desígnios do governo brasileiro, no entanto, a imprensa que era contra à postura presidencial, alarmava a população, criando instabilidade interna. Ainda que pudesse ser uma posição exclusiva de somente um ou poucos jornais, deve-se perceber que a imprensa estava intrinsecamente conectada à política. A ideia de uma guerra iminente estava dentro das impressões dos argentinos. A forma como o Império Brasileiro lidou com a consolidação do Tratado de 1872 fez com que a desconfiança aumentasse. Além disso, a desvantagem em material bélico, capacidade de investimento financeiro e de mobilizar homens para um novo conflito era aquém das capacidades brasileiras.

“Tenho a honra de acusar a recepção do Despacho nº4 de 30 do mês passado, ao qual acompanhou uma cópia da confidencial que o Juiz de Direito da Comarca de S. Borja dirigiu ao Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, comunicando o resultado de uma conversação que teve com o Coronel Riguera, acerca das intenções hostis do Governo Argentino em relação ao Brasil. Posto que não tinha dados para confirmar positivamente as asserções do Coronel Riguera, não duvido de sua exatidão. Não desconfio do Sr. Sarmiento, creio mesmo que ele nutre sinceras intenções de manter a aliança, mas desconfio e muito do Sr. Tejedor, que é a alma deste Governo, e cujo caráter ríspido, orgulhoso, dissimulado e presumido não lhe permitirá perdoar ao Brasil o saque que a manhosa política argentina sofreu no Paraguai. Igual desconfiança me inspira o General Mitre, que está de acordo com o Sr. Tejedor, e, ambicionando a presidência da República, é muito provável que veja em um conflito com o Brasil um meio seguro de se elevar ao poder. O certo é que todos aqui, sem exceção de ninguém, estão persuadidos que, se esta República não declara já a guerra ao Brasil, é porque não pode, mas para isso se prepara.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 01 de junho de 1872. Seção Central, nº 1 - Reservado)

O documento acima, de caráter reservado, revela a leitura do diplomata sobre as possíveis intenções do governo argentino em relação ao Brasil. Segundo Domingos

Magalhães, o presidente Domingo Faustino Sarmiento teria claras intenções de manter uma aliança cordial com o Império Brasileiro. No entanto, o Sr. Tejedor, que seria a alma principal do governo, juntamente com Bartolomeu Mitre, que ambicionava a presidência da República, possuíam uma visão diferente de Sarmiento. A intenção de ganhar as futuras eleições para a presidência argentina era um motivo de impulsão para que Mitre criasse um conflito contra o Império Brasileiro. A vitória seria uma forma de fortalecer a sua capacidade de liderança do povo argentino e assim, voltar ao poder. A análise final é a de que não houve nenhuma declaração de guerra contra o Brasil, não pela aliança entre os dois países, mas pela falta de preparo econômico e militar argentino.

A Argentina sentiu-se lesada depois da guerra da Tríplice Aliança. O grande dispêndio econômico, como também a perda de homens na guerra, necessitaria ser recompensada com a aquisição de territórios. O tratado Loizaga-Cotegipe, assinado entre o Brasil e o Paraguai, posteriormente à guerra, também não foi bem visto pela República. Logo, a animosidade entre os dois países mostrava-se latente.

A análise da diplomacia brasileira, em Buenos Aires, era de extrema importância para entender quais eram os planos da política argentina em relação à possibilidade de uma nova guerra contra o Império Brasileiro. Saber posicionar-se e defender-se contra os possíveis ataques argentinos era uma habilidade que necessitaria grande sensibilidade dos diplomatas da época. Errar uma possível análise poderia custar grandes cifras aos cofres do Império.

“Depois da partida da Legação argentina para essa Corte, nada aqui tem ocorrido que mereça ser levado ao conhecimento de V.E. a não ser a renascente confiança de que a paz não será perturbada.

Desde então a imprensa de Buenos Aires se conserva muito moderada, limitando-se a transcrever os diferentes artigos dos nossos Diários de opiniões diversas sobre a questão entre o Brasil e esta República que tanto agitou os ânimos do mês passado. Já se não crê na possibilidade de uma guerra por esse motivo, nem mesmo na de um rompimento das relações diplomáticas. Todos estão hoje persuadidos que o General Mitre se empenhará para manter as boas relações entre os dois países e que isso lhe foi especialmente recomendado pelo Sr. Sarmiento, que considera a guerra como um grande crime e a não quer com o Brasil por causa alguma, não havendo a mais leve razão que a justificasse. Já alguns Membros do Governo dizem, segundo me consta, que o armamento encomendado, insuficiente para ser empregado contra o Brasil, só

é destinado à segurança da República, e a impor respeito à Bolívia, e ao Chile que também se armam.

Bom foi que a imprensa brasileira, irritada pelo desentendimento da linguagem provocadora da imprensa argentina, que levou o seu governo a um passo inconsiderado, tomasse uma atitude enérgica e resoluta em defesa da honra nacional ofendida, e assim fizesse sentir aos nossos fogosos vizinhos que a prudência tem seus limites. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 08 de julho de 1872. Seção Central, nº 19).

Após a visita do General Mitre ao Império Brasileiro, ficam claras as intenções da República Argentina. O interesse em fazer guerra contra o Brasil não se mostra em evidência, e a justificativa da encomenda de material bélico da República era, somente, para a segurança nacional e para impor respeito ao Chile e a Bolívia, países com os quais a Argentina possuía questões de litígio. O Império Brasileiro não estava entre as intenções argentinas de conflito, segundo o que se entende pelo conteúdo dos últimos documentos. Sendo assim, os ofícios de Domingos Magalhães foram importantes para confirmar ao Império Brasileiro que a ida do General Mitre ao Brasil foi, definitivamente, uma forma de celebrar a paz entre os dois Estados.

3.4 - RIVALIDADES ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA

O Brasil era o único império entre as Américas. Essa situação causava estranheza, visto que em um mar de repúblicas, o Brasil continuava com a sua forma de governo monárquica. O amplo território brasileiro era uma questão que diferia das outras repúblicas. A subordinação do país frente a um imperador também. A questão presente reflete a possibilidade de haver harmonia entre as duas distintas formas de governar, como também os impasses obtidos pelos dois sistemas.

“(…) Na tarde do 1º do corrente chegou a esta cidade a notícia de ter o Governo Imperial dissolvido a Câmara eletiva; notícia que pelos diários dessa Corte até 22 do mês passado, já aqui parecia provável, com grande descontentamento dos políticos deste país que, contra as suas anunciadas esperanças, viam nesse ato a ausência completa da influência do partido liberal, com que contavam, o silêncio sobre as questões com esta República, que nem ao menos serviram de pretexto à oposição

caprichosa, a permanência do atual Ministério, e o triunfo provável da política conservadora na organização da nossa comarca. Logo que aqui chegou essa notícia, apressadamente se reuniram os Ministros em Conselho com o Sr. Sarmiento; decidiram enviar o General Mitre como Plenipotenciário a essa Corte, a proposta foi logo remetida ao Senado; ali imediatamente aprovada sem discussão, e anunciada no dia seguinte pela “Nacion” e a “Tribuna”, cujos redatores estão em contato com os membros do Governo. É provável que o General Mitre fosse ouvido nesse conselho. O motivo dessa resolução repentina, a pressa com que foi tomada e aprovada em poucas horas, a escolha da pessoa, a sua pronta aceitação, e as disposições em que estava este Governo, ou antes o Sr. Tejedor e os influentes do seu partido, inspiram grande desconfiança e dão muito que pensar. Senti que por falta de correio me não fosse possível dar logo conhecimento deste fato a V.E.

Primeiramente, esta resolução repentina, e com tais circunstâncias, parece ter sido tomada por algum temor, ou cálculo de política astuciosa.

O Sr. Tejedor estava muito infano com o efeito fulminante que no ânimo do Governo Imperial produziriam as duas últimas notas, muito aplaudidas pela imprensa como incontestáveis e terminantes. Ele não tinha a menor disposição de mandar um plenipotenciário a essa corte, e mais de uma vez me disse que tivesse esperanças de algum acordo, iria ele mesmo. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 04 de junho de 1872. Seção Central, nº 9 - Confidencial)

A região do Chaco, nesse momento, não havia ainda sido demarcada. A relação do Brasil e da Argentina, nesse momento, era de extrema sensibilidade, visto que o Brasil tinha assinado o Tratado de Limites com o Paraguai, nesse mesmo ano de 1872, e o mesmo não cumpriu a decisão de que havia sido feita durante a Guerra da Tríplice Aliança, de que todos os tratados seriam assinados em conjunto. Pelas análises dos ofícios, Domingo Sarmiento não estava planejando fazer uma guerra contra o Brasil, em virtude desse tratado, porém, Carlos Tejedor e Bartolomeu Mitre não pensavam dessa maneira. Domingos Magalhães pensava que, apesar de a Missão Mitre ter sido construída por Domingo Sarmiento para apaziguar as ideias de conflito e manter o *status quo* brasileiro na região, Mitre, em seus planos, desejava criar uma guerra contra o Império. Assim, ficaria mais forte frente às elites argentinas e dessa maneira criaria alicerces para governar o país.

“(...)Atendendo-se à linguagem injuriosa da “Nacion” contra o Governo Imperial, por causa dos tratados com o Paraguai, e as relações do General Mitre, com alguns

liberais e republicanos no Brasil, de cujos Diários a "Nacion" continuamente transcreve os artigos mais contrários aos nossos interesses; é bem provável que ele vá a essa Corte para se pôr em comunicação com essa gente que lhe faz festa, conhecer os recursos desse partido, estudar a opinião pública, descobrir as intenções do Governo Imperial e as suas relações diplomáticas com o Chile e a Bolívia, e decidir-se segundo as circunstâncias, dando tempo a que esta República se prepare."(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 04 de junho de 1872. Seção Central, nº 9 - Confidencial)

O trecho acima refere-se às intenções do General Mitre em relação à visita ao Império Brasileiro, que ocorreu no ano de 1872. Ademais é preciso ressaltar que essa era a visão particular de Domingos Magalhães, visto que ele tendia a se alinhar com os conservadores, e talvez por isso, houvesse um viés crítico em relação a Mitre e ao Partido Liberal.

Havia muita incerteza sobre a tomada de decisões nesse período. A Argentina não sabia ao certo quais eram as intenções do governo brasileiro, além do fato de haver diferentes interesses entre os partidos liberal e o conservador. Sendo assim, Domingo Sarmiento, através do envio do General Mitre ao Império Brasileiro, tinha como intenção estabelecer a paz entre os dois países, independentemente de quais representantes políticos estavam no poder.

"(...)Quanto ao Sr. Tejedor, tão dissimulado, como ambicioso, e que estando ligado com o partido contrário a Mitre, conserva com este relações atenciosas, é bem provável que ele conte que o General de qualquer modo se saia mal dessa árdua missão, e fique de tal maneira anulado que lhe não possa fazer concorrência na próxima eleição para a presidência.

O que eu não compreendo é a condescendência ou a imprudência do General, que deixa no Governo e na imprensa um partido que lhe é hostil, que o tratará de inepto e o esmagará com insultos, se ele não conseguir mesmo o que esse partido não espera conseguir, e do mesmo modo o tratará, se ele provocar um rompimento. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 04 de junho de 1872. Seção Central, nº 9 - Confidencial)

Ainda que Mitre e Tejedor estivessem determinados em resolver os problemas em relação ao tratado de limites entre Brasil e Paraguai, a análise feita por Domingos Magalhães é a de um conflito velado interno. A análise mostra que tanto Carlos Tejedor como Bartolomeu Mitre almejavam a presidência argentina. Dessa maneira, Tejedor enxergava a possível falha de Mitre, como uma impulsão para a sua vitória como futuro presidente argentino.

“Não há muitos dias, na União de 28 do mês passado, que remete a V.E, Diário que pertence ao Ministro da Justiça, e para o qual dizem que às vezes escreve o Sr. Sarmiento e o atual Ministro da Guerra, o Coronel Gainza, apareceu um comunicado, no qual fazendo-se uma comparação entre o merecimento deste com a reputação do General Mitre, é o General tratado de — príncipe turco na vida privada —, e dele se diz o seguinte: “Poucos têm dado nesta cena revolucionária maiores provas de incapacidade do que ele: como representante do povo, tem sido mais um personagem de teatro do que legislador docto e consciencioso. Como militar sofreu reveses imperdoáveis; não fez escola, e não soube dirigir uma guerra. Como governante não viu um palmo diante de si; os conflitos o surpreenderam, e governou com o estado de sítio. Há vinte anos que vive disfarçado em estadista(...)” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 04 de junho de 1872. Seção Central, nº 9 - Confidencial)

No ofício acima, o General Mitre é mostrado como despreparado, ao olhar do Coronel Gainza. Este diz que o General é incapaz de representar o povo, como também um militar que não fez escola e que não soube dirigir uma guerra, fazendo alusão à Guerra da Tríplice Aliança, em que Mitre foi comandante anterior à condução do Duque de Caxias. Entende-se que há uma divergência de objetivos, visto que Bartolomeu Mitre foi designado por Sarmiento para representar a Argentina no Império Brasileiro, pelo fato de Mitre ter maior proximidade com o Império e, por muitas vezes, ter sido entendido como um político pró-Brasil. No entanto, Mitre tinha como intenção, ao visitar o Império, não só resolver as questões de limite em relação ao Chaco, mas também, em caso de um conflito, que este o tornasse mais forte a ponto de conseguir ser nomeado presidente argentino. Mitre era entendido como um estadista fraco quando esteve no poder, principalmente pelos argentinos. No entanto, a visão do diplomata Domingos Magalhães reflete esse olhar, talvez por achar que a visita de Mitre seria uma

forma de se aproximar dos liberais no Brasil ou até de preparar a Argentina para uma guerra enquanto o Império não estava se armando.

“(…)E o General Mitre, que aspira à Presidência do seu país, que tem sido tão maltratado ultimamente, irá com toda a resignação religiosa, sacrificar-se por um Governo e um partido que já o derrotaram na pessoa do Dr. Costa, seu candidato ao Governo de Buenos Aires, e que trabalham para lhe tirar o pouco prestígio que lhe resta?

Espera o General porventura, para se reabilitar na opinião pública, que o Governo Imperial, contra todas as suas declarações, considere a questão de limites com o Paraguai como *causus foederis* ou que ao menos, como um meio de transação, prontamente desocupe e lhe entregue a ilha do Atajo, para que a República, livre temporariamente da questão com o Brasil, tendo o Paraguai seguro, possa empregar os seus preparativos belicosos contra a Bolívia e contra o Chile, com desdouro da política internacional brasileira e prejuízo dos nossos interesses?

Não creio que o General afague tais esperanças, tendo a questão sido colocada em um pé mais difícil pelo estilo das últimas notas do Sr. Tejedor, indiscretamente publicadas quando aqui se espera uma completa mudança da nossa situação política. Essas notas foram com antecedência remetidas para a Europa e para os Estados Unidos, afim de destruir o efeito da circular de V.E. de 3 de fevereiro deste ano.

É provável que o General parta com brevidade, e dele melhor saberá V.E. o fim a que aí se destina. A “Tribuna” anuncia hoje que a Missão do General durará de cinco a seis meses. É o tempo que aqui julgam necessário para o armamento da República. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 04 de junho de 1872. Seção Central, nº 9 - Confidencial)

Na última parte do ofício menciona-se a previsão da estada de Mitre no Império Brasileiro. Segundo Domingos, a missão Mitre duraria de cinco a seis meses, que seria tempo suficiente para que a Argentina conseguisse armar-se, caso encontrasse vestígios de que o Império estaria articulando uma guerra contra o vizinho portenho. Para o diplomata, a visita de Mitre, por mais que aparentemente tivesse um viés pacífico, o principal objetivo era descobrir se o Império Brasileiro estava se armando para guerrear contra a República Argentina.

“Com o Despacho confidencial nº 8 que V.E. me dirigiu em 23 do mês passado, recebi cópia da carta do Sr. Andrade, dando nossas informações a respeito de encomendas de artigos bélicos para a República Argentina.

Sobre esse assunto só posso acrescentar desta vez ao que longamente comuniquei a V.E. no meu ofício nº 8 do 1º do corrente que continuam a fazer-se aqui experiências

de torpedos a pretexto de ensaios psico-químicos, como verá V.E pelos anúncios anexos, que confirmam o que eu disse em um dos parágrafos daquele ofício.

Vários diários publicaram hoje uma ordem do Ministro da Guerra, datada de 31 do mês passado, mandando nomear uma comissão para dar o seu parecer sobre o sistema de armamento portátil que mais convém à República.

Essa ordem pareceu destinada a fazer crer que por ora ainda não fizeram encomendas de armamento, e ocultar as compras já feitas.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 07 de junho de 1872. Seção Central, nº 11 - Confidencial)

O despacho diz sobre as encomendas de material bélico para a República Argentina. O conteúdo diz respeito à preparação argentina para uma possível guerra contra o Império Brasileiro. A questão de uma guerra entre os dois Estados não era nula, e os diplomatas que estavam servindo na legação brasileira, em Buenos Aires, necessitavam estar muito atentos a cada passo argentino para alertar o Império Brasileiro, a fim de tomar as atitudes mais prudentes.

De toda sorte, cabe ainda afirmar que a presidência de Domingo Sarmiento foi a primeira a priorizar a compra de navios de guerra, como também de armamento bélico. Segundo Jorge Bergallo(BERGALLO. p.66), o reaparelhamento militar era prioridade no governo Sarmiento, e marcou uma transição em relação às novas decisões nas temáticas de política de segurança e defesa nacional.

3.5 TERRITÓRIOS E TRATADOS DE LIMITES

Os tratados de limites eram o cerne dos maiores impasses entre o Império Brasileiro e os Estados que faziam parte do entorno da Bacia do Prata. A questão do Chaco foi a uma das mais relevantes, porque a Argentina, ao se ver vitoriosa na Guerra da Tríplice Aliança, demandou o que tinha sido acordado ao iniciar a guerra e aproveitando-se da vulnerabilidade do Paraguai. O Brasil mostrava-se contrário a essa demanda, motivo pelo qual assinou o Tratado de 1872 somente com o Paraguai, e violou o que tinha sido acordado no Tratado da Tríplice Aliança, que era assinar acordos somente em conjunto.

A questão territorial era muito sensível e, claramente, ao analisar os ofícios, foi uma das temáticas mais discutidas pelos diplomatas brasileiros que estavam na legação de Buenos Aires.

“(…) O “Mercantil”, que modificou a sua linguagem há pouco tempo, protestou contra a propaganda guerreira, e outros não se pronunciaram claramente sobre meio algum de se resolver a dificuldade. Parece porém que todos estão de acordo em continuar a questão pela imprensa, provavelmente para terem um assunto interessante com que encher as colunas dos seus diários, e ocasião larga de exprimir o seu ódio inveterado contra o Brasil, que todos estes políticos considerados como o único obstáculo do engrandecimento territorial da República à custas dos vizinhos. Creio que o General Mitre saiu magoado dessa conferência, e que ali lhe repetiram em face os remoques que já pela imprensa lhe dirigiu o “Nacional e a “República”, pois que na “Nacion” de 16 do corrente apareceu um artigo em que ele trata de traidores e covardes os que no perigo se opuseram ao tratado de aliança e agora o querem sustentar a todo o custo, tendo por seus erros produzido os males de que sofre a república; e, repetindo aqueles qualificativos de traidores e covardes, pergunta porque não aceitam o rompimento da aliança contra a qual tanto vociferam(…) O artigo da “Nacion” a que me refiro da a entender enigmaticamente que em seis meses a dificuldade se resolverá em favor da República. O General conta para isso com a queda do novo atual Ministério e a elevação ao poder dos Estadistas que no Conselho de Estado se opuseram à aprovação dos tratados celebrados com o Paraguai; o que aqui foi anunciado com a declaração dos seus nomes. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de abril de 1872. Seção Central, nº 09).

A questão territorial no período do pós Guerra do Paraguai era algo que preocupava a Argentina e também era motivo de conflito entre o Império e a República. Por isso, era de extrema relevância entender o que os articuladores da política argentina estavam planejando em relação ao Chaco, mas também em relação à outras fronteiras.

“Tenho a honra de participar a V.E. que o Sr Gregorio Benites, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, veio a esta cidade, onde chegou ontem, e logo me procurou, trazendo-me cartas do General comandante das nossas forças em Assunção. Disse-me ele que não vinha em missão diplomática, mas sim para resolver uma dificuldade que ocorrera entre o Cônsul paraguaio e uma casa bancária incumbida de negócios pecuniários da República, e que regressaria brevemente. Que devendo porém visitar o Sr. Tejedor, aproveitaria o ensejo para lhe dizer que o seu

Governo deseja celebrar quanto antes com esta República os tratados prescritos no da aliança; pelos graves inconvenientes que para o Paraguai resulta da ocupação do Chaco por direito da vitória; e queixar-se também do procedimento do Cônsul argentino na assunção que continuamente se envolve em questões políticas contra aquele governo. Acrescentou que está bem persuadido que esta República não tem títulos que demonstrem o direito que ela se arroga à posse do Chaco, e por isso inventa pretextos para não tratar, esperando que por suas intrigas, os inimigos do Brasil subam ao poder no Paraguai e se prestem a todas as suas exigências; mas que se enganam porque todos os homens influentes do Paraguai reconhecem hoje a necessidade e a conveniência para o seu país de uma sincera e firme aliança com o Império, enquanto que nenhum bem podiam esperar da República argentina, que só aspira a dilatar-se a custa dos seus vizinhos. Acompanhando o Sr. Benite nessas ideias, mostrei-lhe que o Brasil sempre desejou conservar e manter a independência do Paraguai e viver com ele na mais perfeita harmonia, e que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que se reparem os males da guerra, que ainda hoje lamenta, e a que o arrastou uma rigorosa necessidade. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 3 de maio de 1872. Seção Central, nº 5 - Reservado)

O ofício do Ministro Domingos José Magalhães, enviado ao Secretário de Estado Manoel Francisco Correia, detalha a vinda do Sr. Gregorio Benites, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, a Buenos Aires. Apesar de não ter sido uma visita diplomática oficial, o conteúdo do ofício mostrou questões delicadas, em relação à consolidação dos territórios, que assolavam o Paraguai, a Argentina e o Império Brasileiro.

A questão sobre a ocupação do Chaco pela a Argentina, posteriormente à vitória da guerra da Tríplice Aliança, era conflituosa. O Império não via com bons olhos a intenção da Argentina de anexar vastos territórios. O medo de o Brasil não ter acesso aos seus domínios pela Bacia do Prata continuava vigente, sendo assim, assinar os tratados de aliança, desencadearia maior estabilidade e segurança jurídica.

O Ministro paraguaio contesta no ofício a pretensão da Argentina em obter o território do Chaco e questiona sua legitimidade em ocupar esse território. Além disso, o Paraguai, no ano de 1872, tinha como consequência do fim da guerra a permanência de tropas brasileiras. Essa situação poderia ser vista como subserviência paraguaia. No entanto, a partir do ofício acima, mostra-se que os dirigentes paraguaios tinham maior

conformidade com as decisões sobre os territórios estabelecidas pelos dirigentes brasileiros, do que com as necessidades argentinas de anexação.

A ideia da República argentina era a de que partidos brasileiros que não estavam no poder ocupassem esse lugar de domínio e, dessa maneira, resolvessem assinar os tratados de limites de forma favorável à República Argentina. No cenário de pós conflito, nada estava definido em relação aos limites territoriais, portanto, o jogo diplomático era importante para que pudessem definir os limites de forma benéfica para cada Estado.

Sabendo-se que as questões de território são um jogo de soma zero, ou seja, para que um Estado amplie o seu território, o outro necessitaria perdê-lo, os impasses territoriais eram claramente uma oportunidade de a diplomacia negociar, sem que fosse necessário o recurso às armas. Ademais, a diplomacia brasileira era conhecida pelo alto grau de eficácia e profissionalização, fazendo com que os argentinos ficassem em desvantagem dupla: a diplomática e a militar.

No ofício, o Ministro Domingos Magalhães fala sobre o posicionamento paraguaio, que afirma confiar mais no Império Brasileiro, do que na postura expansiva territorial que a República argentina estava cunhando, sem respeitar os vizinhos. O Brasil manteve a sua postura de país que estava evitando iniciar novos conflitos e, por isso, apoiava a manutenção dos territórios anteriores à guerra da Tríplice Aliança.

Para o Brasil era importante que o Paraguai mantivesse o seu território. A expansão argentina, ameaçava o Império, visto que a livre navegação da Bacia do Prata era extremamente importante. A importância advinha do acesso ao território do Mato Grosso, como também para escoar a produção e manter o livre comércio.

O clima de animosidade era intenso, e as questões em relação à posse do Chaco, seriam menos custosas se fossem resolvidas pela diplomacia, levando em consideração o início de uma possível nova guerra, com dispêndio bélico e de homens.

“Tenho a honra de chamar a atenção de V.Excia para o número da “Tribuna” de ontem de manhã, em que vem publicada a mensagem do Sr. Sarmiento pedindo ao Congresso quota especial para o estabelecimento definitivo do Governo Argentino no território do Chaco, e enviando àquela corporação um projeto de lei para a organização da administração do dito território. O Governo desta República desempenha por este modo as promessas feitas ao Paraguai de admiti-lo à discussão

sobre a posse do Chaco. A sede do Governo do Chaco se estabelecerá na Vila Ocidental. O Governador, além da administração civil, será comandante, em chefe da guarnição da polícia, e da guarda nacional. A justiça civil e criminal será administrada por juizes de paz nomeados diretamente pelo povo.(...) É de supor que esta República se apressou a tomar estas medidas por causa da notícia que aqui se propalou há pouco, que a Bolívia tratava de criar uma província em território argentino, afirmando-se mesmo que essa República fizera marchar para a fronteira, um exército de 5 mil homens. Esta notícia, conquanto desmentida depois, deixou aqui impressionado os ânimos, e é de crer que o governo se queira colocar em atitude de poder repelir qualquer agressão pelo lado da Bolívia se esta tentar ocupar o Chaco, - território que os argentinos pretendem pertence-lhes.(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 22 de maio de 1872. 1º Seção, nº 20)

No ofício enviado por Domingos Magalhães mostra-se a preocupação da Argentina em relação à ocupação do Chaco e, por isso, solicita-se quota especial para que a ocupação do território seja efetivada. Ademais, o Império Brasileiro mantém o compromisso com o Paraguai de apoiá-lo na discussão sobre o Chaco. O interesse pela Bolívia sobre o território do Chaco era latente, logo a república Argentina necessitava agir o mais brevemente possível para que pudesse efetivamente ocupar o Chaco e definir este como seu território. A tensão para adquiri-lo era grande, pois a Argentina tinha como diretrizes de política externa o expansionismo. O Império Brasileiro, no entanto, não apoiava o expansionismo portenho, pois o mesmo poderia atrapalhar o acesso dos navios brasileiros nos limites da Bacia do Prata. O apoio brasileiro ao Paraguai era evidente, e os ofícios comprovam essa atitude.

"Já se acha nesta capital, desde o dia 25 do corrente, o Dr. D. Mariano Reys Cardona. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Bolívia, o qual tem de ir com o mesmo caráter a essa corte e ao Paraguai.

Tendo ele tomado aposento no mesmo hotel em que então se achava o Sr. Conselheiro Azambuja, logo-se avistaram e conversaram, e encontrando-nos no dia seguinte no palácio do Governo, por ocasião da solenidade da inauguração do telégrafo elétrico transandino, ali nos ajustamos para uma entrevista no dia imediato. Nessa conferência amigável, em que trocamos algumas ideias sobre a questão de limites entre esta República, a Bolívia e o Paraguai, disse o Sr Cardona que jamais o seu governo reconhecerá como pertencente à República Argentina território algum no Chaco além do Bermejo, pois que nenhum título tem ela que apoie a sua pretensão de ultrapassar aquele limite. Que a navegação do Bermejo em comum

com a República Argentina, a que Bolívia tem incontestável direito, é uma necessidade vital para o desenvolvimento da sua Província de Tarija. Que o seu Governo, condenando-se do estado que se acha reduzido o Paraguai, se contenta com uma zona de território ao longo da margem esquerda do Bermejo até a sua foz, onde se possa estabelecer um porto deixando àquela República o resto do Chaco desde essa zona até uma linha mais ou menos fronteira a embocadura do Apa “.

(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de julho de 1872. Seção Central, nº 20 - confidencial)

As questões de limites no pós guerra da Tríplice Aliança não estavam resolvidas. A Argentina mantinha a sua posição expansionista de querer o Chaco como território nacional. Além das questões com o Império Brasileiro, a Argentina mantinha litígio com a Bolívia, Chile, Paraguai e Brasil. Sendo assim, a visita do Ministro Plenipotenciário da Bolívia, Dr. D Mariano Reyes, foi intencionada para garantir que o território do Chaco não ultrapassasse o rio Bermejo, que fazia parte da Província de Tarija. A debilidade do Paraguai, depois da guerra, era visível pelos Estados vizinhos. A expansão da Argentina frente a esses territórios mostrava-se desproporcional. Domingo Gonçalves Magalhães não só acompanhava as decisões que o governo argentino tomava para tentar conseguir esse território, mas também articulava com outros diplomatas para que o desejo expansionista argentino não se concretizasse.

“(…)Que o essencial para que a República Argentina desista das suas pretensões ambiciosas e trate razoavelmente com os Estados vizinhos, é que o Governo Imperial conserve por mais algum tempo o *status quo* da sua posição com ela, porquanto se esta República, mediante a missão do General Mitre, se vir desembaraçada das dificuldades em que se colocou em relação ao Brasil, se tornará completamente intratável, e a guerra será inevitável porque a Bolívia prefere recorrer a sorte das armas ao deixar esta República estender-se ao Norte do Bermejo, mesmo só até o Pilcomayo.(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de julho de 1872. Seção Central, nº 20 - confidencial)

O Brasil era enxergado entre os outros Estados, com a exceção da Argentina como primordial para que o *status quo* fosse mantido. Com a manutenção das tropas

brasileiras em território paraguaio, a expansão da República tornaria-se menor. É também por essa atitude do Império Brasileiro que os Estados da Bolívia e do Paraguai mantinham seu apoio ao Império.

“Sobre a conservação do *status quo*, disse eu ao Sr. Cardona, que a questão pendente entre o Brasil e esta República era, como ele bem sabia, justamente porque tendo o Brasil ressaltado os direitos da Bolívia sobre o Chaco, não admitia como *casus foederis* a questão de limites; e não é presumível por conseguinte que o Governo Imperial renuncie os princípios sustentados em suas Notas que correm impressas. Como o Sr. Conselheiro Azambuja, partindo ontem de manhã para o Paraguai, me confiou o seu ofício para V.E. que com este remeto, inútil é aqui repetir o que nele se contém, e só peço licença para acrescentar que os receios do Sr. Cardona, e por conseguinte do seu Governo, a respeito dos motivos porque o Governo Argentino procura desembaraçar-se temporariamente da questão com o Brasil, são iguais aos que tenho expressado com alguns dos meus anteriores ofícios. Com efeito, se o Governo Imperial, por amor da paz, consentir em retirar as suas forças do Paraguai e desocupar o Atajo, ficará a República Argentina triunfante dos quais perderemos as empatias, sem que consigamos por isso viver com ela em boa harmonia; porque a queda e o desmembramento do Império é o sonho risonho da República Argentina; que considera a grandeza e superioridade do Brasil como uma ofensa permanente. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de julho de 1872. Seção Central, nº 20 - confidencial)

O Império Brasileiro mostrava-se protagonista e elemento principal capaz de manter o *status quo* na região Platina. A República Argentina buscava incansavelmente obter a região do Chaco, obtendo territórios tanto paraguaios, quanto bolivianos. O Brasil, por ser militarmente mais forte do que a Argentina, impedia que esta tomasse uma atitude mais enérgica, e desse modo, mantinha um equilíbrio na região.

“Tenho a honra de participar a V.Ex cia que o Sr. Carlos Loizaga, Ministro da Justiça do Paraguai, chegou a esta cidade a 9 do corrente, e apresenta hoje ao Presidente desta República a carta que o acredita na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão especial para negociar os tratados definitivos de paz entre as duas Repúblicas.

O Sr. Loizaga irá depois apresentar-se no mesmo caráter ao Presidente da República Oriental do Uruguai.

Consta-me que as instruções do Sr. Loizaga o não autorizam a reconhecer porção alguma do Chaco como território argentino.”(Ministro Domingos José Gonçalves de

Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 14 de agosto de 1872. Seção Central, nº 25)

A questão do Chaco argentino não tinha suporte de nenhum dos vizinhos. Era uma demanda unilateral e que não era vista com bons olhos por nenhum dos países em questão. O Ministro da Justiça Paraguai, Carlos Loizaga, foi até a província de Buenos Aires para reafirmar que não negociaria um tratado de paz entre Paraguai e Argentina, que levasse em consideração o reconhecimento do Chaco.

“Acusando a recepção do Despacho desta série sob o nº 13 datado de 20 do corrente, a respeito das instruções reservadas que, segundo constou ao Sr Conselheiro Azambuja, foram dadas pelo Governo Paraguai ao Sr. Loizaga , só posso afirmar a V.Exa que ainda na última visita que me fez o Sr. Loizaga, há 5 dias, ele me assegurou da maneira mais categórica que as suas instruções lhe não permitiam fazer tratado algum com a República Argentina cedendo-lhe uma polegada do território do Chaco, e que por isso, na impossibilidade de entrar em ajustes com o Sr. Tejedor, pedira instruções ao seu Governo para a sua retirada, e as espera neste mês. Não deixarei de levar ao conhecimento de V.Exa o que mais ocorrer a este respeito”(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 25 de setembro de 1872. Seção Central, nº 8 - Reservado)

Em novembro de 1872, a questão do Chaco ainda não estava resolvida, logo, o excerto acima confirma que o Ministro paraguai, Sr. Carlos Loizaga, não tinha a autorização de seu governo de ceder parte ou totalidade do Chaco, e assim, essa questão não seria findada de acordo com os interesses argentinos.

“Tenho a honra de participar a V.Exa que o Sr. Mariano Reyes Cardona suspendeu a conferência que tinha com o Ministro das Relações Exteriores desta República, protestando formalmente contra as disposições do Congresso Argentino sobre o Chaco e ocupação da Vila Ocidental, e está disposto a partir para essa corte no vapor de 9 do corrente, para ir apresentar a S.M. o Imperador a sua Credencial de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 03 de outubro de 1872. Seção Central, nº 31)

O Ministro Plenipotenciário da Bolívia, o Sr. Cardona, também não estava autorizado a negociar o Chaco com a Argentina, logo, a maneira de protesto argentino foi a solução encontrada da República para aproximar-se ao Império Brasileiro.

“Pelo Despacho nº37 com que V.EX cia me honrou em 7 do corrente e as cópias que o acompanharam, fico ciente do conteúdo da Nota que, em 30 de Outubro último, a V. Ex cia passou o Sr. D. Marianno Reyes Cardona, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, pedindo explicações a respeito da maneira pela qual os aliados entendem dever cumprir a disposição das reversas ameaças ao tratado de 1º de Maio de 1865, nas quais ressaltaram os direitos da Bolívia ao Território do Chaco, e da resposta dada por V. Ex cia, em 4 do corrente, mostrando o verdadeiro sentido daquelas reversais, que não obrigam os Governos dos Estados que não têm interesse próprio na questão do Chaco a envolver-se no litígio sobre esse território, pendente entre a Bolívia e os dois outros Estados limítrofes.

Em conformidade das ordens de V. Ex cia vou remeter cópia dessas duas Notas ao Ministro das Relações Exteriores desta República.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de novembro de 1872. Seção Central, nº 39)

Os Estados limítrofes do Chaco eram a Argentina e o Brasil, além do Paraguai, onde ficava o território questionado. A Bolívia também não almejava entrar em guerra e, por isso, acreditava que os países deveriam respeitar o tratado de 1º de maio de 1865.

“Tenho a honra de acusar a recepção do Despacho nº48, de 28 de Novembro último, contendo cópia do protesto que o Sr. Cardona dirigiu ao Governo Imperial, em 23 de novembro, contra o acordo de 19 do corrente, por supor que foram nele esquecidos os direitos que a Bolívia alega ao território do Chaco e da resposta que lhe deu o Governo Imperial. Segundo a recomendação de V.Exa darei conhecimento de tudo ao Governo Argentino.”(Barão de Araguaia. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de dezembro de 1872. Seção Central, nº 49)

O trecho acima justifica a falta de acordo entre os limites do Chaco. A Bolívia requeria os seus direitos limítrofes, assim como a Argentina e o Paraguai buscavam ampliar, no caso argentino, ou manter, no caso Paraguai, os territórios. Dessa maneira, os officios elencados acima mostram a dificuldade encontrada pela República Argentina em obter a região do Chaco. Ainda que quisesse negociar ou entrar em um novo conflito, não obtinha apoio do Brasil, da Bolívia e do Paraguai.

3.6 - VISITA DE BARTOLOMEU MITRE AO IMPÉRIO BRASILEIRO

A visita do General Bartolomeu Mitre foi de grande importância para a República Argentina. As relações entre o Império e a República estavam instáveis, e a vinda de Mitre foi inicialmente designada para aumentar os laços e fortalecer a aliança de amizade entre ambos os países. A intenção secundária, além do fortalecimento dos laços, era a de saber se o Império Brasileiro estava armando-se para envolver-se em um novo conflito. Domingos Magalhães não se mostrava de acordo com essa visita, pois entendia que a intenção de Mitre não era a de criar laços amigáveis com o Império Brasileiro, mas sim de persuadir o Brasil a modificar o tratado assinado com o Paraguai. A visita foi importante para a diplomacia argentina, que se certificou de que o Brasil não estava se armando para uma nova guerra contra a República, mas não logrou êxito em relação à modificação do tratado Loizaga-Cotegipe.

“Tive a honra de participar a V.E em meu ofício nº 9 desta série, datada de 4 do corrente, a nomeação do General Mitre como Ministro Plenipotenciário em Missão Especial nessa Corte, fazendo algumas considerações sobre essa inesperada nomeação e pronta aceitação, que a todos tem maravilhado; porque ninguém aqui acredita que ele possa resolver amigavelmente as dificuldades, depois das últimas notas do Sr. Tejedor, geralmente consideradas como ofensivas à dignidade do Império, tanto que despachos de Montevideu, reproduzidos pelo “Nacional” de hoje, anunciam correr o boato no Rio de Janeiro que o Governo Imperial ia exigir a retirada dessas notas; ideia que muitas pessoas aqui tiveram logo que as viram impressas(...). “(Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 07 de junho de 1872. Seção, Central nº 14 - confidencial)

Domingos Magalhães, ao analisar a rapidez em que foi autorizada a ida de Mitre ao Brasil, mostrou-se duvidoso quanto às reais intenções da República para com o Brasil — sobretudo com as notas ofensivas que o Sr. Tejedor tivera publicado. A análise de Domingos Magalhães foi precisa, visto que a intenção principal da República não era a de fortalecer os laços de amizade, mas saber, de uma forma concreta se a Argentina sofria ameaça pelo Brasil. Domingos Magalhães, por diversas vezes, alertou o

Secretário de Estado Manoel Correia sobre as devidas intenções argentinas em relação à visita de Mitre. A justificativa vinda de Buenos Aires era a de que, a visita Mitre, por ter boas relações com o Império, seria imprescindível para diminuir as animosidades entre ambos os Estados. A questão central, no entanto, estava direcionada em procurar descobrir se o Brasil estava se armando contra a Argentina, a fim de fazer uma nova guerra. Além disso, a visita de Mitre teve como objetivo encontrar com políticos que compunham o partido liberal, que fizeram parte do acordo durante a Guerra do Paraguai, e tentar acordar uma nova tratativa que fosse favorável à República em relação ao território do Chaco.

“(…)O ”Nacional” de ontem, na sua edição da tarde, diz que este Governo propôs ao General Mitre que fosse sem instruções, com faculdades amplas para proceder conforme a sua ciência e consciência; mas que o General recusara, exigindo que se lhe dessem instruções claras, precisas e terminantes, a fim de se cingir a elas; como verá V.E pelo artigo anexo. E o “Nacional” é órgão do Dr. Quintana, muito ligado ao Sr. Tejedor, e ouvido em conselho.

Isso prova que o General refletiu sobre a Missão que aceitou talvez em um momento de alucinação patriótica, e não tendo confiança na sinceridade do seu Governo inteiramente ligado a um partido que lhe é hostil, deseja ter um documento com que possa responder às acusações que infalivelmente lhe fará essa gente que trabalha para desacreditá-lo.

Até este momento não recebi comunicação alguma do Sr. Tejedor sobre a nomeação do General Mitre, nem a visita deste, de rigor em tais casos. E eu não procuro o Ministro das Relações Exteriores desde que vi publicadas as suas últimas notas, esperando saber de que modo o Governo Imperial as considera.” (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 07 de junho de 1872. Seção, Central nº 14 - confidencial)

A visita do General Mitre ao Império Brasileiro tinha como principal função saber sobre as intenções do Brasil em relação a uma possível guerra. Tanto Bartolomeu Mitre quanto Carlos Tejedor almejavam candidatar-se à presidência argentina, e, para isso, ganhar o apoio da população e dos seus partidos seria de grande relevância.

O jogo de poder estava evidenciado pela visita de Mitre, que caso descobrisse uma tentativa de guerra do Império Brasileiro, ganharia forças da população argentina para lutar. Em contrapartida, caso Mitre falhasse, Carlos Tejedor ganharia maior suporte do povo.

“Tenho a honra de participar a V.E que o General Mitre veio fazer-me a sua visita de etiqueta no dia 16 do corrente.

Disse-me ele nessa ocasião que se dispunha a partir pelo vapor no dia 30 desse mês. Que aceitará essa Missão pelo grande desejo que o anima de conservar a aliança com o Império tão necessária ao desenvolvimento dos dois países, e para o que tanto ele se empenhara. Que este é hoje o desejo do seu Governo, do Congresso e de todos os argentinos, mesmo daqueles que outrora a combateram por não compreenderem o espírito do tratado do 1º de Maio. Que esta convicção geral do seu país a respeito das vantagens da aliança lhe dava coragem e a maior segurança para se entender amigavelmente com o Governo Imperial(...). (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de junho de 1872. seção 16 - Confidencial)

A fala de Mitre possui um discurso pacífico e amigável entre as relações da Argentina com o Brasil Imperial. Precisa distinguir-se, no entanto, que a situação momentânea estava diretamente ligada às tensões sobre a assinatura do Tratado Loizaga-Cotegipe, de 1872, entre Brasil e Paraguai. A Argentina via-se traída pelo Império, que assinou o tratado bilateralmente, descumprindo o que havia sido previamente acordado no Tratado da Tríplice Aliança. Assinar acordos em conjunto, no pós guerra, estava como um dos principais temas a serem cumpridos.

Diante dessa falha, a Argentina visava obter os domínios territoriais que almejava, principalmente sobre o território do Chaco. Desse modo, portanto, a visita de Mitre era estratégica para que se pudesse entender quais eram as intenções do Império Brasileiro frente à Argentina, e se havia possibilidade de guerra. Sendo assim, a fala de Mitre de aliança com o Império é parcialmente duvidosa, ao saber das reais intenções do General.

“(...)Acompanhei-o nessas generalidades de bons desejos e gratas esperanças, e procurando ao mesmo tempo penetrar o seu pensamento, quanto à matéria da discussão entre os dois Governos e os meios de resolver as dificuldades, coligi do pouco que me disse que essas grandes vantagens que todos agora aqui reconhecem da continuação da aliança, consistem na posse do Chaco como garantida pelo tratado do 1º de Maio e da ilha do Atajo como parte integrante e incontestável do território argentino aquém do Bermejo; parecendo-me que ele liga maior importância à decisão favorável da questão sobre a ilha do Atajo, como um meio seguro para que a

República por si só decida a do Chaco, que pela ocupação quase se considera decidida.

Lembro-me que na conferência que tive com o Sr Tejedor a respeito das notas de V.E de 21 e 22 de março último, da qual dei conta no meu ofício ostensivo nº6 de 9 de abril, disse-me ele que a resposta de V.E sobre a ilha do Atajo era menos satisfatória que a relativa aos tratados com o Paraguai(...). Hoje porém estou persuadido que a discussão sobre os tratados celebrados separadamente com o Paraguai e a inteligência dada ao tratado d'Aliança é um pretexto a que renunciariam com a pacífica posse da ilha do Atajo, que asseguraria a esta República a posse do Chaco sem mais dependência de tratados e de garantias da aliança.

Além disso, a desocupação daquela ilha, a pedido desta República, o que implicaria o reconhecimento do seu direito sobre ela e seguida seria da ocupação argentina, nos apresentaria perante às Repúblicas Espanholas pelo menos como de bom acordo com esta, se não acovardados; dar-lhe-ia força moral, faria prevalecer sua influência no Paraguai, e desembaraçada a deixaria em relação às dificuldades que se lhe apresentam da parte da Bolívia e do Chile.

Quanto a mim tal é o plano combinado entre o Sr Tejedor e o General Mitre. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de junho de 1872. seção 16 - Confidencial)

A Ilha de Atajo parecia ser uma moeda de troca para a real ambição da Argentina, que era a posse do Chaco. O Império Brasileiro, no entanto, pouco ou nada menciona sobre a Ilha de Atajo. E assim, cabe induzir que a ilha era pouco valorizada e ambicionada pelo Império, ou que já era pressuposta como território exclusivamente argentino.

“A atitude enérgica tomada repentinamente pela imprensa dessa Corte por causa da Nota ofensiva do Dr. Tejedor, e da missão confiada ao General Mitre, nas circunstâncias atuais, produziu uma profunda sensação e sérias apreensões em toda esta cidade, que não esperava por essas tão veementes manifestações contra esses atos do Governo Argentino. Mas nem por isso se comederam alguns Diários de Buenos Aires, antes com mais furor espanhol responderam a essas manifestações hostis com maiores impropérios e sarcasmo contra o exército e marinha do Império, persuadidos que podem bravatear a seu gosto, porque não há temor de guerra por palavras de diaristas.

Moderaram-se, porém com a notícia dada aqui como certa que com efeito o Governo Imperial tinha resolvido exigir a retirada daquela nota e não receber o General Mitre antes disso, e desde então a linguagem da imprensa é toda pacífica. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de junho de 1872. seção 17 - Confidencial)

A opinião argentina, expressa majoritariamente pelos jornais, era a de que havia uma possibilidade de guerra e de que a República estaria pronta para atacar o Império Brasileiro. A justificativa desse cenário foi a das manifestações sarcásticas contra a marinha e o exército brasileiro. No entanto, a posição incisiva da imprensa argentina contra o Brasil desencadeou o fato de o Governo Imperial decidir não aceitar a vinda de Mitre. E diante desse fato, a imprensa argentina mudou de postura e pacificou os seus ataques contra o Império.

O Governo Imperial, ao ler essas informações via Nota oficial do Ministro das Relações Exteriores, e dizer que não receberia o General Mitre nessas circunstâncias, gerou insegurança na Argentina. Um fim das relações diplomáticas entre o Império e a República geraria mais instabilidade do que existira. E dessa maneira, a nota foi retirada e os jornais tornaram-se mais pacíficos em relação à linguagem.

“(…) Como eu não tenho procurado avistar-me com o Ministro das Relações Exteriores desde a publicação de sua Nota, veio ele ver-me ontem, e conversamos longamente com a maior serenidade possível de parte a parte. Procurou ele justificar o seu procedimento tanto a respeito da intenção com que redigiu a sua célebre Nota, sem o menor desejo de ser ofensivo, como a respeito da sua publicação, alegando o exemplo dado por V.E em publicar as primeiras Notas; exemplo que não admiti, mostrando-lhe a diferença entre o teor daquelas, e as linguagem desta que ainda não tinha sido respondida. Disse-me que o General ia com plenos poderes para retirar todas as Notas e entrar em ajustes amigáveis com o Governo Imperial, como ele entendesse, para conservar as boas relações entre os dois países: Louvou o verdadeiro patriotismo do General que em circunstâncias tão difíceis, a tudo se expunha, mesmo a perder a sua popularidade, só por amor da paz e da conservação da aliança com o Império, único fim a que se propunha na sua Missão, e dos desejos deste governo. Que seria de lamentar se antes da sua chegada a essa corte me viesse alguma ordem que ocasionasse o rompimento das nossas relações diplomáticas. Enfim parece que este Governo não deseja por causa nenhuma uma guerra com o Brasil, nem mesmo o interrompimento das boas relações diplomáticas. Estes investimentos tem sido manifestados pelo Presidente a todas as pessoas que com ele conversam. (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 19 de junho de 1872. seção 16 - Confidencial)

Segundo o ofício acima, de Domingos Magalhães, enviado a Manoel Francisco Correia, a visita do General Mitre tinha como finalidade estabelecer a paz entre as duas nações. A Argentina não enxergava como positivo romper as relações diplomáticas com o Império e nem tampouco iniciar uma nova guerra. Ainda que houvesse outros objetivos a serem cumpridos durante a visita de Mitre ao Brasil, o intuito inicial era o de estabelecer a paz entre os dois Estados, evitando uma nova guerra, a qual a Argentina não estaria preparada.

Apesar das relações instáveis entre o Império Brasileiro e a República Argentina, devido à assinatura do Tratado de 1872, não havia nenhum desejo de que se iniciasse um novo conflito. Os impasses deveriam ser resolvidos pela diplomacia, inicialmente.

"Tenho a honra de submeter a V.Excia cópia da Nota pela qual o Sr. Tejedor me comunicou ter sido nomeado o Brigadeiro General D. Bartholomeo Mitre na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto de S.M. O Imperador, para terminar amigavelmente o desacordo existente entre o Governo Imperial e o da República Argentina."(Conselheiro Manoel Francisco Correia Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 29 de junho de 1872. 1º seção nº26)

O ofício acima representa, claramente, os esforços que a República Argentina estava fazendo para evitar novos conflitos com o Império Brasileiro. Ao nomear o Sr. Tejedor como Brigadeiro General de Bartolomeu Mitre e enviá-los à Missão Especial ao Império Brasileiro, mostra o resultado argentino para que uma nova guerra não fosse lançada, e nem o rompimento de relações diplomáticas.

3.7 - FEBRE AMARELA NO PRATA E A "NECESSÁRIA" QUARENTENA

Uma das temáticas que se apresentou com relevante frequência foi a relação da Febre Amarela e a designação da quarentena como medida sanitária para preservar a população local. Ainda que fosse necessária a quarentena, o contínuo uso desse processo de isolamento foi questionado pela diplomacia brasileira, como é apresentado em alguns dos ofícios abaixo.

"(...) Alguns casos de febre amarela, que se manifestaram em Montevidéu, encheram de pavor a população de Buenos Aires e subiu de pronto com o boato, que não tardou a espalhar-se, de que também aqui havia aparecido essa epidemia importada do Estado Oriental. A municipalidade, saindo por momentos de sua inércia, tomou várias providências para evitar que o mal se desenvolvesse e o Governo mandou fechar os portos para as embarcações provenientes da República vizinha. Felizmente verificou-se que os casos que os médicos qualificara de febre amarela, pertenciam a outra classe de enfermidades. O Governo continua contudo a conservar fechados os portos e a impor uma quarentena de 15 dias aos navios procedentes do Brasil." (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.)

Os boatos que foram descritos acima eram pertencentes à Montevidéu, no entanto, o Império foi penalizado ao também necessitar que seus navios ficassem em uma quarentena de 15 dias. Dessa forma, os produtos brasileiros ficavam retidos no porto de Buenos Aires, e o comércio de produtos nacionais ficava prejudicado.

"Com o Despacho nº 7 de 22 do mês passado recebi cópia do ofício que a V.Exa dirigiu no 1º daquele mês o Cônsul Geral do Brasil em Montevidéu a respeito das quarentenas ali impostas por influência da Inspetoria de Saúde desta República aos navios procedentes dos portos do Brasil.

Sobre os inconvenientes dessas indevidas quarentenas que há mais de uma vez chamei a atenção do Sr. Tejedor; mas ele responde que não pode tomar a responsabilidade de impedir essas medidas sanitárias, mais aconselhadas pela opinião pública em consequência do temor causado pela última epidemia que sofreu esta República, e à vista dos repetidos anúncios de ter aparecido a febre amarela em várias Províncias do Brasil; que se por desgraça aqui reaparecesse esse flagelo, todos se conspirariam contra a imprevidência do Governo.

As censuras do Jornal do Comércio contra essas quarentenas foram aqui reproduzidas por quase todos os diários, e consideradas injustas, e ditadas pela má vontade. Não obstante apareceram no Standard de ontem algumas queixas contra essas vexatórias medidas sanitárias." (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 6 de setembro de 1872. 2º seção, nº 19.)

As quarentenas foram medidas tomadas pela República Argentina para conter a Febre Amarela. Aparentemente, as causas do contágio não eram totalmente sabidas,

logo, o isolamento de navios vindos do Império eram feitos para que o surto da doença não se propagasse na Província de Buenos Aires.

“Tenho a honra de acusar a recepção do Despacho nº42, expedido em 21 do mês passado, pelo qual V. Ex.cia dando-me conhecimento do que dirigiu naquela mesma data à Legação Imperial em Montevideú, a respeito da convenção que esta República e a Oriental do Uruguai pretendem celebrar relativamente a medidas sanitárias que deverão observar para com os navios de procedências infestadas ou suspeitas, chama sobre isso a minha atenção, e me ordena que eu procure demover o Governo Argentino de semelhante acordo.

Tive sobre esse assunto uma larga conferência com o Sr. Tejedor. Expus-lhe todos os inconvenientes das medidas sanitárias que em Montevideú se têm adotado contra as proveniências do Brasil, medidas que geralmente se atribuem à influência do Governo Argentino: mostrei-lhe que nada justifica essas contínuas e rigorosas quarentenas, por serem falsos os anúncios mesmo de um ou outro caso mal classificado de febre amarela. Que elas já começam a despertar a indignação pública no Brasil, parecendo um meio de desacreditar o Império, prejudicar o seu comércio, irritar os ânimos, e provocar rompimento”. (Barão de Araguaya. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 5 de dezembro de 1872. 2º seção, nº 44.)

Para o Império Brasileiro, as quarentenas exigidas pela Argentina estavam tornando-se uma medida econômica e não mais sanitária. Com o surto de febre amarela e com os navios brasileiros atracados no porto de Buenos Aires em quarentena, passava-se a imagem de que o Brasil não estava regulando o problema. Logo, tanto o comércio de bens quanto o fluxo de pessoas estariam reduzidos.

Em um cenário de animosidade entre os dois Estados, prejudicar o Império Brasileiro de forma indireta, ao classificar a Febre Amarela como causa para impedir navios brasileiros a atracarem no porto, seria uma medida inteligente para prejudicar o país.

“O Sr. Tejedor lançou toda a responsabilidade dessas medidas sobre a Junta de Saúde, sobre os anúncios da imprensa brasileira que dão matéria aos avisos da imprensa argentina e sobre o temor da população de Buenos Aires, tão recentemente flagelada pela febre amarela. Dando porém todo o peso às minhas considerações prometeu-me que se entenderia com a Junta de Saúde para que esta, de acordo com a de Montevideú, trate de minorar as quarentenas e de acabar com as impostas às proveniências do Rio de Janeiro.

Pedi-lhe que isso fizesse com brevidade, e ele me assegurou que se não descuidaria(...) Depois de longa discussão que durou duas horas, ficou decidido que o Sr. Tejedor escreveria imediatamente ao Cônsul argentino em Montevideú, e a Junta de Saúde desta República à daquela, declarando que tendo este governo informações do perfeito estado sanitário do Rio de Janeiro, e que aí se tomam todas as precauções a respeito das províncias de Pernambuco, onde a febre amarela se reduz a poucos casos, era conveniente um acordo para a suspensão das quarentenas em favor dos navios que do Brasil vierem com carta limpa, não podendo esta República tomar separadamente deliberação alguma a tal respeito.” (Barão de Araguaya. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 5 de dezembro de 1872. 2º seção, nº 44.)

3.8 - AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA EM 1872 SOBRE A PERSPECTIVA DOS OFÍCIOS DE DOMINGOS JOSÉ GONÇALVES DE MAGALHÃES

Os ofícios da legação brasileira em Buenos Aires foram importantes para que o Império pudesse definir quais seriam as prioridades de política externa brasileira e como a Argentina estaria reagindo em relação à consolidação do Tratado Loizaga-Cotegipe, por não ter sido parte e por não ter conseguido anexar a região do Chaco Paraguai.

A primeira conclusão está no fato de que a Argentina entendia o Império Brasileiro como um ator instável, em que uma iminente guerra poderia acontecer a qualquer instante, logo, a Argentina necessitaria se precaver investindo em capital humano e em armamento bélico para sentir-se mais seguro frente a qualquer iniciativa do Brasil.

A segunda conclusão foi a ilustre visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro, que tinha como objetivo apaziguar as relações instáveis entre o Império Brasileiro e a República Argentina, mas que na verdade, a grande intenção não revelada era a de que Mitre estaria visitando o Brasil com o intuito de saber se o país estava se armando para fazer uma guerra surpresa contra a Argentina. Não obstante, o período foi de grande desinformação. Domingos Magalhães, ainda que estivesse tendo contato direto com as autoridades portenhas, não havia absoluta certeza sobre os reais motivos para a Missão de Mitre ao Império Brasileiro. A reflexão, a partir da análise dos ofícios, é a de

que os reais objetivos da missão Mitre ainda não eram muito claros para Domingos Magalhães.

Para concluir, é preciso perceber a grande importância da imprensa em conectar a política doméstica argentina com a externa. Os grandes donos de jornais faziam parte da política da República e, dessa forma, a imprensa era imprescindível para corroborar o governo ou até impedir que determinadas ações fossem feitas. Outrossim, um fato importante a ressaltar é o de que os diplomatas tinham papel fundamental na articulação da imprensa. Eles eram ativos em relação à intervenção no que seria publicado nos jornais locais. Para que ocorresse tal resultado, Domingos Magalhães, constantemente, encontrava-se com Tejedor, para que o mesmo pudesse conversar com os editores dos jornais, para que o conteúdo de uma determinada matéria soasse de forma mais branda para que a imagem do Império Brasileiro não fosse alterada. Desse modo, mostra-se uma diplomacia constantemente ativa e engajada para defender os interesses do Império Brasileiro.

CONCLUSÃO

A conclusão da dissertação presente mostra-se de grande relevância para entender as relações de poder entre o Império Brasileiro e a sociedade nos anos posteriores à Guerra do Paraguai. Sendo assim, a dissertação procurou explorar a lacuna que ocorre na historiografia brasileira em relação aos anos que sucedem a Guerra da Tríplice Aliança até o início do Brasil República. Essa lacuna foi debatida no primeiro capítulo da dissertação, em que chegou-se a conclusão de que a temática do pós guerra era pouco ou nada explorada.

Não obstante, ao iniciar a pesquisa, a partir dos ofícios do Arquivo Histórico do Itamaraty, houve uma certa dúvida se a pesquisa teria como resultado informações relevantes ao período temporal delimitado, ou se a resposta da pesquisa iria corroborar a ideia de que a temporalidade entre 1870 e 1889 era irrelevante para a história do país, visto que os autores estudados no primeiro capítulo, pouco ou nada aprofundaram no assunto.

Importante ressaltar a escolha do ano de 1872 para a definição dos ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires. O ano foi escolhido, a partir da necessidade de encontrar um recorte histórico para iniciar a pesquisa. Desse modo, o ano de 1872 contemplava como os principais acontecimentos a assinatura do tratado Loizaga-Cotegipe, assim como a visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro.

Esses dois fatos geraram grande curiosidade para entender como os servidores do Império, que estavam na Argentina, perceberam esses dois movimentos político-diplomáticos e assim contribuíram para analisar o cenário argentino e como essas situações refletiam no Império Brasileiro.

O segundo capítulo esteve presente como forma de tanto contextualizar o leitor, em relação à história da Argentina, como também para conhecer as principais questões que assolavam o país, tanto no contexto doméstico, quanto no contexto internacional.

Sendo assim, percebe-se que dois pontos principais foram importantes para o início da consolidação Argentina como nação: a Batalha de Monte Caseros e a Batalha de Pavón. Ainda que tenham ocorrido com uma década de diferença, fez parte do processo de consolidação do país. Ademais, no contexto internacional, a guerra da Tríplice Aliança, como quase todas as guerras, foi importante para trazer um ideal de

nação unitária para o povo argentino. Dessa maneira, o segundo capítulo baseou-se em trazer as principais temáticas para o entendimento da história argentina, e como ela se relacionou com as questões do Império Brasileiro

O terceiro capítulo da dissertação foi feito a partir da análise dos ofícios da legação do Brasil em Buenos Aires, no ano de 1872, que estavam localizados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. A partir deles, pôde-se chegar a conclusão de alguns fatos extremamente importantes.

O primeiro fato a ser debatido foi em relação à imprensa argentina. Nela eram abordados temas da política doméstica e internacional. Ademais, alguns donos de jornais faziam parte da política argentina, o que tornava a imprensa estar intrinsicamente conectada à política.

Além disso, a forma de se conectar com o Império, em relação à imprensa, era pelo envio de recortes de jornais, mostrando como os jornais locais estavam expondo as notícias sobre o Império Brasileiro. Ademais, o diplomata que estava na legação em Buenos Aires, Domingos Magalhães, constantemente encontrava-se com as autoridades locais com a finalidade de alterar o teor ou a forma do conteúdo que seria exposto pela imprensa local.

A segunda conclusão foi em relação a Argentina, que pensava em uma possibilidade de guerra ensejada pelo Império Brasileiro, porém, a contrapartida, de uma guerra do Império contra a República Argentina, não fora debatida nos ofícios, apenas o grande arsenal bélico Imperial, que era amplamente maior do que o argentino.

A terceira análise estava relacionada ao fato de o Império Brasileiro ainda ser uma monarquia, enquanto a Argentina ser uma república, o que causava certa desconfiança, principalmente no estabelecimento de acordos.

Continuando as conclusões do terceiro capítulo, a quarta análise feita pelos ofícios foi em relação ao Tratado Loizaga-Cotegipe, em que, no ano de 1872, foi firmado um acordo, somente entre o Império e o Paraguai, com a definição dos limites do Chaco Paraguaio. Esse acordo foi um dos principais motivos para a instabilidade entre a Argentina e o Brasil, pois demonstrava a falta de confiança entre os dois Estados. O tratado, de acordo com o que tinha sido estabelecido, no início da guerra da Tríplice Aliança foi o de que todos as negociações posteriores ao conflito deveriam ser

firmadas em conjunto. Com essa quebra de conduta, iniciou-se, novamente, uma desconfiança contra o Império.

Sendo assim, uma outra análise encontrada nos ofícios foi em relação à visita de Bartolomeu Mitre ao Império, que tinha como principais objetivos tentar negociar o território do Chaco Paraguai, assim como sondar se o Império Brasileiro estava programando uma possível guerra contra a Argentina.

A imprensa argentina também especulou com bastante intensidade sobre os motivos da visita de Mitre, que poderiam ter como finalidade conseguir extinguir o tratado Loizaga-Cotegipe ou até de saber se o Império estaria planejando um novo conflito. As incertezas sobre a visita eram mútuas, pois, tanto a diplomacia brasileira em Buenos Aires não tinha grandes certezas, como também a imprensa argentina não as tinham.

O último tema, abordado na dissertação e não menos importante, a partir da análise dos ofícios da legação brasileira na Argentina, foi em relação ao surto da Febre Amarela no país, o que resultava em sucessivas quarentenas no porto de Buenos Aires, com a finalidade que não houvesse propagação da doença entre os argentinos.

Sendo assim, mostra-se altamente relevante a pesquisa em relação ao ano de 1872 para entender os desdobramentos dos anos posteriores à guerra do Paraguai. Dessa maneira, a pesquisa conclui que o ano de 1872 foi de grande importância para o Império Brasileiro, como também para a Argentina.

As questões domésticas dos dois países não estavam totalmente estáveis, logo, diversos acontecimentos de política externa estavam acontecendo no período. As análises feitas pelo diplomata Domingos José Gonçalves Magalhães, que estava na legação brasileira em Buenos Aires e que posteriormente tornou-se o Barão de Araguaya, foram de grande necessidade para que o Império Brasileiro pudesse tomar as suas decisões em relação ao vizinho portenho.

Conclui-se, portanto, que o debate em relação à política externa do Império Brasileiro, entre os anos de 1870 até 1889, podem e devem ser mais explorados pelos analistas da área, com a finalidade de contribuir para a história e o conhecimento da nação, visto que há uma grande possibilidade de exploração sobre esse período que ainda é pouco explorado nos estudos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

- CALÓGERAS, João Pandiá. A Política Exterior do Império: O Primeiro Reinado. Volume 2. Editora fac-similar - Brasília: Senado Federal, 1998.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. 2º edição. Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). 2 ed. - Brasília: FUNAG, 2014.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. As fronteiras do Brasil - Brasília: FUNAG, 2013
- RODRIGUES, José Honório, SEITENFUS, Ricardo A.S.; Organização BOECHAT, Lêda. Uma História Diplomática do Brasil:1531-1945). Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira S.A, 1918.
- RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: ed. Versal Editores. 1º edição, 2017.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: ed. UNESP, 2003.
- VIANNA, Hélio. História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: ed. biblioteca do Exército, 1958.
- BERGALLO, Jorge. 1874-1892: La integración de la Patagonia y el mantenimiento de la paz con Chile. Ed. Browniano.
- CARMAGNANI, Marcello. Constitucionalismo y orden liberal. América Latina, 1850 -1920. 1º Ed. Otto Editore. Prima Edizione. 2000.
- CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos(org.) Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina. Buenos Aires: Grupo editor latinoamericano, 2000.
- http://www.argentina-rree.com/historia_indice06.htm

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas. Ed. Pleamar, 1994.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. La disputa por la construcción nacional argentina: Buenos Aires, la Confederación y las provincias 1850-1865. - 1º ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A Nova Política no Prata. Da Neutralidade à Intervenção

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1987.

PICCO, Ernesto. Los Orígenes de la Prensa en Las Provincias Argentinas/ Ernesto Picco. 1a Ed. - Rosario: Prohistoria Ediciones, 2018.

PREUSS, Ori. Transnational South America. Experiences, Ideas, and Identities, 1860s-1900s. Ed. Routledge, 2016.

SABATO, Hilda. Historia de la Argentina, 1852-1890. - 1º ed. 1º reimpr.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016

ARTIGOS

CORONATO, Daniel Rei. A política externa das últimas décadas do Império Brasileiro(1870-1889). Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n.15, p. 113-131, jul./dez. 2013. <http://revista.anphlac.org.br/>

FIQUEPRON, Maximiliano Ricardo. Los vecinos de Buenos Aires ante las epidemias de cólera y fiebre amarilla(1856-1886). Revista de Historia Quinto Sol.Vol.21. n° 3. 2017.

Disponível em <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/1230/2283>

FIGUEIREDO, Eurico. Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico. Revista Brasileira de Estudos de Defesa. ISSN 2358-3932, n°2, p.107-128, jul/dez. 2015.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. História Unisinos. 2017

PENNA FILHO, Pio. A Pesquisa Histórica no Itamaraty. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 42 - 1999 - Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a07.pdf>

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. Revista de História. nº145, 2001.

Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18921/20984

ZUCCARINO, Maximiliano. Competencia y rivalidad argentino-brasileña en el Paraguay tras la Guerra de la Triple Alianza. Revista de História UEG - Anápolis. Vol.3, nº2. jul/dez. 2014